CAPÍTULO IV: ARQUEOINFORMAÇÂO E A ATUAL MUSEALIZAÇÃO

Compreender os motivos que favorecem o uso qualificado de bens patrimoniais com enfoque às novas perspectivas de manejo e gestão do patrimônio arqueológico é ponto crucial, pois, a partir dessa compreensão é que poderemos propor ações assertivas de inclusão social do patrimônio arqueológico.

Para tanto, discorreremos aqui a respeito de três subtemas específicos, a saber:

Conceitos e premissas das forças atuantes nos museus. Neste subcapítulo são retratados alguns tópicos conceituais importantes para a musealização do patrimônio arqueológico de acordo com a legislação vigente e bibliografia, assim como, questões relacionadas a inclusão social do patrimônio arqueológico.

Em seguida são apresentadas as instituições e personagens existentes no contexto do trabalho e, por fim, o atual quadro de fruição da arqueoinformação no Paranapanema superior investigado por meio de questionários realizados junto a lideranças políticas e professores das redes públicas de ensino.

1. CONCEITOS E PREMISSAS DAS FORÇAS ATUANTES

A Lei nº 11.904 de 20 de janeiro de 2009 em seus artigos 1° e 2º dispõe sobre o que é um museu e assim seus princípios.

> Consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. [...] São princípios fundamentais dos museus: I - a valorização da dignidade humana; II – a promoção da cidadania; III – o cumprimento da função social; IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; VI – o intercâmbio institucional (LEI 11.904/09).

Para o ICOM - *International Council of Museums,* em definição aprovada pela Assembléia Geral em Barcelona, Espanha em 6 de julho de 2001, museu é uma "*instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para a educação e deleite da sociedade."*

Segundo o ICOM também são incluídos nesta definição:

> Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos; Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno; As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários; Os centros de ciência e planetários; As galerias de exposição não comerciais; Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos; Os parques naturais; As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus; Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia; Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais; Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação (ICOM, 2001).

Outro conceito importante, sobre o qual este trabalho se apóia é relativo à iniciativa de uma política cultural. Compartilha-se que "*uma política cultural só se desenvolve através dos poderes públicos, diretamente ou por delegação destes a outrem*" (GUARNIERI, 1976).

A trajetória de vida de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, de acordo com Maria Cristina Oliveira Bruno (2010), aponta para 5 premissas que

levantam questões básicas sobre a museologia[1], as quais acreditamos ser essenciais, são elas:

> valorização da "causa pública" como razão de ser das políticas estatais; a imposição da "utopia" como um caminho seguro para a visualização de um futuro inovador e regenerador; a articulação entre premissas de desenvolvimento socioeconômico e preservação patrimonial; a proposição das rotas acadêmicas para a consolidação das mudanças e rupturas no cenário dos museus; e a inserção do museu como local de transformação social (BRUNO, 2010, vol. 1 p.25).

Segundo Maria Cristina Oliveira Bruno (2007), os museus são instituições relevantes que sustentam processos humanizadores, pois, estão vocacionadas para mediarem os sentidos e significados de nossas representações patrimoniais.

As fontes arqueológicas voltadas para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, são raramente consideradas por historiadores no decorrer do século XX (BRUNO, 1995, p.4-8). Sendo assim, este trabalho no âmbito da museologia, tem como pressuposto, contribuir com fim da estratigrafia do abandono[2], ou seja, atender a demanda cultural contemporânea aproximando arqueologia, história regional e sociedade.

Bruno aponta que no século XIX que os grupos dominavam o Estado, a Igreja ou a Cultura privilegiaram as manifestações eruditas de origem européia

---

[1] A museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é também, a ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, tendo o Museu como cenário desse relacionamento (GUARNIERI, 1979).

[2] Em linhas gerais, estratigrafia do abandono pode ser interpretada como o abandono intencional ou não da cultura material pré-colonial oriunda de estudos arqueológicos como fonte de informações nas explicações sobre a formação do Brasil. Este abandono das fontes arqueológicas pode ser entendido e particularizado em dois segmentos: em um primeiro momento, considera-se que a imagem da arqueologia está comprometida em função de questões inerentes à produção do conhecimento, no que diz respeito ao desenvolvimento científico das pesquisas no território nacional. Em um segundo momento, pode-se afirmar que a comunicação do conhecimento produzido, por esses projetos científicos, está comprometendo e desfocando a imagem sobre a Arqueologia e distanciando-a do processo cultural contemporâneo, Bruno (1995, p.18).

em detrimento dos fatos culturais populares inerentes aos nativos. Porém, foi o colecionismo de antiguidades, curiosidades e artes importado da Europa é que possibilitou o desenvolvimento de inúmeras áreas científicas, incluindo a Arqueologia e a Etnologia (BRUNO, 1991, p. 10). A partir do final do século XIX e início do século XX, surgem e se instituem alguns museus no Brasil.

Durante as décadas de 1920 e 1930 rompe-se com os antigos valores de cultura e arte de forte influência européia e afirma-se uma nova sensibilidade sobre as questões patrimoniais que passam a merecer atenção de muitos intelectuais e, depois, do próprio governo. Entre tais acontecimentos estão:

O engajamento do Movimento Modernista no Brasil com Oswald de Andrade com o "Manifesto Antropófago" cuja proposta era fazer com que o Brasil deixasse de absorver a cultura estrangeira e absorve-se outra, a própria cultura. Este engajamento é representado na frase: "*Tupi, or not tupi, that is the question."*

Também surgidas no Movimento Modernista envolvendo a cultura nacional em revelia, destacam-se as ideias de Mário de Andrade. Dentre tantas, destacamos aqui o desejo de criação de um Museu Etnográfico em carta a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, em 29 de julho de 1936, então coordenador do projeto que implantou o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.

Na carta entre outras ideias sobre a organização dos museus no Brasil destacam-se:

A junção entre etnografia ameríndia e arqueologia; a não conformidade com a exposição da etnografia brasileira no Museu Nacional com apenas uma sala em exposição; segundo Mário de Andrade um museu etnográfico deveria fornecer modelos de decoração, processos de fazer renda, chapéus de palha, música e danças... Próximo ao fim da carta ele desabafa "*Não é só expor (a coisa está me doendo...), mas agir".*

A atuação e estabelecimento de bases para os museus por Paulo Duarte a partir da década de 1930 com a migração do Instituto de Pré-História da

Casa Civil do Governo estadual para a USP (MENDES, 1994)[3] que resulta mais tarde, entre outras benfeitorias, na criação do atual Museu de Arqueologia e Etnologia[4]. Entre suas criações estão o Departamento Cultura da cidade de São Paulo, preservação de Sambaquis e a preocupação com o caráter pedagógico e de formação cultural da população (ALCÂNTARA, 2007, p.44).

Surge também nas primeiras décadas do século XX, a primeira norma legal referente à proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, o Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, conhecido como a "Lei do Tombamento", no qual a União organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através dos quatro Livros de Tombo, sendo o primeiro referente ao Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes à categoria de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular.

Sobre as relações entre a Universidade de São Paulo e arqueologia no vale do Paranapanema, destaca-se a descentralização da extensão à comunidade pelo Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme iniciado em 1972, com a parceria com o município de Piraju– SP. Além de servir como base logística e operacional às pesquisas de campo da Universidade de São Paulo na região o Centro Regional de Arqueologia Ambiental também mantém uma mostra permanente de arqueologia resultante das pesquisas regionais.

É na cidade de Piraju que se encontra a maior parte do material arqueológico do Paranapanema superior.

Um museu visto como instituição "a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", especialmente na América Latina - deveria "*responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais*

---

[3] Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018> Acessado em: 10/09/11.

[4] O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo foi criado em 1989 pela integração de duas unidades, o Instituto de Pré-História e o antigo MAE, por iniciativa de José Goldemberg (Resolução nº 3560, de 12/08/89). Por este mesmo ato promoveu-se a fusão dos Acervos de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista e do Acervo Plínio Ayrosa, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. O acervo do atual MAE contém cerca de 120 mil peças e é composto por coleções de Arqueologia do Mediterrâneo e Oriente Médio; Arqueologia Americana com ênfase a Pré-história brasileira; Etnologia brasileira e Africana. Disponível em http://www.mae.usp.br/ e acessado no dia 11/10/11.

feliz, através do conhecimento do seu patrimônio natural e cultural" (ARAÚJO & BRUNO, 1995, p. 23).

No nosso entendimento a museologia tem um importante papel na democratização da arqueologia (nas mais diferentes concepções). Porém, é preciso que os arqueólogos percebam não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas sobre as pessoas cuja herança cultural se relaciona a estes vestígios (LITTLE, 2002 *apud* ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 66).

Para Rossano Lopes Bastos (2002) os desencadeamentos da arqueologia devem atingir grupos minoritários, sem exclusão.

> A comunidade arqueológica urge o enfrentamento das antigas formas de ver e fazer arqueologia, numa ação que grita por justiça, conhecimento, cidadania e emancipação. Esta mudança de postura, tão necessária, acena para as parcerias entre o poder público, sociedade e comunidade científica, sem a qual todo esforço corre o risco de se tornar apenas mais uma frustração, entre tantas com as quais já convivemos (BASTOS, 2002, p. 143).

Hugues de Varine-Bohan (2000) faz uma discussão muito interessante sobre a necessidade de mudança no pensar e nas relações museológicas e apresenta uma museologia "diferente" da concepção que denomina "normal" ou predominante.

O autor considera que na concepção normal *"o museu é apenas uma instituição, cujos objetivos e funções são determinados pela definição do ICOM"*. Já na concepção diferente *"o museu sem deixar de ser uma instituição é essencialmente um processo cujo objetivo é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto no presente como no futuro*" (VARINE-BOHAN, 2000 p. 22-23).

Outra questão pensada por Varine-Bohan sobre museu e transformação social está na participação da comunidade como um todo: aspectos sociais, culturais e econômicos.

> A organização do território, em termos tanto de desenvolvimento local quanto de museu, não é um processo político-administrativo, ela é a criação de uma dinâmica, que articula as autoridades políticas locais, as instituições e as populações e suas forças vivas, os atores sociais e econômicos, tudo isso levando-se em consideração o patrimônio, natural, cultural e humano (VARINE-BOHAN, 2000, p. 26).

Uma observação merece cautela quanto à questão de trabalhar junto com a comunidade. Atenção para não recorrermos, ainda que subjetivamente ao erro de tentar validar a relativa superioridade da sociedade científico-tecnológica contemporânea sobre as culturas tradicionais (DE LA PENHA, 1992, p. 56).

A partir da relação território/patrimônio/comunidade, a nova museologia propõe uma nova missão ao museu, a de se integrar à comunidade: não mais um museu integral, mas um museu integrado à vida da comunidade. Neste cenário, ele funciona como um meio de comunicação entre estas três partes, um elo cuja função é a de viabilizar o diálogo entre estas partes, para que a memória construída e/ou (re) apropriada pela comunidade possa contribuir para transformações na realidade mais próxima. Este foi um dos pontos apresentados pela Declaração de Caracas, produzida na Venezuela no ano de 1992, seis meses antes da realização da maior Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, a Eco-92.

Marília Xavier Cury argumenta que gerenciamento eficaz das atividades educativas ligadas à realidade mais próxima do público aprimora o conhecimento pessoal e a percepção de cada indivíduo, ampliando a visão de mundo, permitindo novas descobertas e a compreensão que o presente traz consigo parte do passado coletivo construído por vários agentes em tempos e espaços específicos.

De acordo com Cury (2006):

> A exposição para um museu é sua parte mais visível. É também, o que torna uma instituição preservacionista um museu, isto porque um

> museu preserva e comunica. Não é possível, para um museu, prescindir de um acervo, mas o acervo não o torna museu, o que somente é possível com a comunicação e, especialmente, com a exposição. Não é possível, para uma exposição prescindir do acervo, pois corre o risco de perder o seu status privilegiado de linguagem museológica. **Nenhuma outra linguagem alcança ser aquilo que a exposição museológica é** (CURY, 2006, p.31, grifo nosso).

Para Denise Maria Cavalcanti Gomes (2001), a situação é complexa. Nossos museus possuem acervos preciosos, mas, em muitos casos, subaproveitados, uma vez que grande número das instituições atua à margem dos princípios museológicos (GOMES, 2001, p.28).

O Sistema Brasileiro de Museus é instituído pelo Decreto 5.264 de 5 de novembro de 2004, coordenado pelo Ministério da Cultura e com a finalidade de promover:

> I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais; II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico; III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema (DECRETO, 5.264/04).

Em 2006, o próprio Governo Federal, através da Portaria Normativa n° 1, de 5 de julho de 2006 (DOU de 11/07/2006), vai dispor sobre a elaboração do Plano Museológico dos Museus do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Surge daí algumas diretrizes importantes para os museus (exequibilidade e adequação, cronograma, metodologia adequada, descrição das ações) e estabelece o Plano Museológico como ferramenta básica de

planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento (artigo 2º).

Já em 2007, Portaria Normativa nº 1 de 12 de janeiro do IPHAN vai contribuir com as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais no sentido de orientar e redefinir as relações entre as Unidades Museológicas vinculadas ao IPHAN.

Em 2009, é instituído o Estatuto dos Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro (já mencionada). Mas é com a Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009 é que se cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM com as seguintes finalidades:

> I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos; II – estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado; III – incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro; IV – estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas; V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica; VI – contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros; VII – promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor; VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os

> processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado (LEI FEDERAL Nº 11.906/09).

Apesar dos avanços por parte da legislação federal e da publicação de subsídios com bases conceituais bem estabelecidas no tocante ao acautelamento, planejamento, salvaguarda, comunicação e educação patrimonial, segundo constatado nos onze municípios, não há ainda uma interlocução formal entre os municípios e o IBRAM. Apenas Itapeva está cadastrada junto ao novo órgão federal[5].

2- INCLUSÂO SOCIAL, ARQUEOLOGIA E MUSEUS

Inclusão social é um termo bastante amplo e muito utilizado em diversos contextos sobre questões sociais variadas.

De forma geral o termo é utilizado em referências à inserção social de pessoas que estão à margem da sociedade, excluídas de seus direitos que são garantidos, no caso brasileiro pela Constituição Federal, por exemplo: as crianças e jovens vulneráveis socialmente, grupos étnicos, comunidades minoritárias ou as camadas mais populares.

Quando abordamos o tema inclusão social com vista ao patrimônio arqueológico temos que nos ater em duas premissas básicas ditadas na Constituição Federal de 1988: o direito ao acesso à cultura de todos os cidadãos (artigo 215) e à preservação do patrimônio cultural brasileiro (artigo 216). Enquanto no artigo 15, diretamente se relaciona ao direito cultural de todos os cidadãos brasileiros, o artigo 216 está diretamente relacionado ao acautelamento, conservação, preservação, salvaguarda de um bem patrimonial.

Entendemos que o ser humano deve estar no centro das atenções e somente pela transformação social é que poderemos incluir os bens arqueológicos outrora parte do modo de vida das sociedades pretéritas em bens com significados múltiplos e valorizados socialmente**.**

Aqui tratamos da inclusão do cidadão que está excluído de suas referências patrimoniais esquecidas na penumbra de “museus” por parte de quem administrou a história e não incluiu ou se importou com o outro.

---

[5] Constatação realizada em 10 de maio de 2011.

Para José Luiz de Morais, no âmbito da arqueologia preventiva

> a variável inclusão social, hoje muito em voga, mormente restrita ao conceito de acessibilidade nos espaços físicos. Longe de se restringir a isso, nos estudo de arqueologia preventiva, a inclusão social deve ser encarada na perspectiva holística, privilegiando o envolvimento da totalidade pela construção de pontes entre o saber erudito e o saber vernacular (MORAIS, 2006, p. 212)

Sobre os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural brasileiro voltado para a construção de uma identidade nacional e diferenças étnicas, Pedro Paulo de Abreu Funari aponta a existência da manipulação oficial do passado com a qual alguns estratos da população são excluídos do poder e da preservação do patrimônio (FUNARI, 2007, p. 60).

Não ter o acesso ou direito a fruição de bens patrimoniais significa estar privado das possibilidades de crescimento e fortalecimento pessoal e, consequentemente, de seus benefícios.

Acreditamos que a fruição do saber pode acontecer por meio de planos de desenvolvimento educacionais, culturais, socioambientais.

Segundo Mirian Arroyo (2011) em palestra no 3º Encontro Baiano de Museus com o tema Acessibilidade e Inclusão Social de Museus;

> “Nos países latino-americanos, onde a pobreza ainda atinge grande parte da população, a permanência dos museus comunitários fica comprometida se os projetos não estão relacionados à conscientização das pessoas sobre seus direitos básicos: ter acesso à educação, saúde e emprego” (Disponível em <http://dimusbahia.wordpress.com/2011/09/22/miriam-arroyo-e-Gabriela-aidar-palestram-no-3%C2%BA-encontro-Baiano-de-useus> Acessado em: 12/10/2011)

Gabriela Aidar coordenadora do Programa de Inclusão Sociocultural da Pinacoteca do Estado de São Paulo trabalhou[6] com vários públicos de faixas

[6] Entre os objetivos do trabalho realizado por Gabriela Aidar estavam: diversificar o perfil de visitantes da Pinacoteca; promover ações que possam ser catalisadoras de

etárias diferentes, como cooperativas e grupos de artesãos voltados à geração de renda, grupos de Educação de Jovens e Adultos, grupos em situação de rua, moradores de cortiços e ocupações entre outros grupos populares.

Segundo a coordenadora:

> O estabelecimento de processos de diálogo que promovam nos jovens a apropriação e o empoderamento em relação aos processos educativos no museu é, assim, crucial. Um caminho possível tem sido considerar as demandas dos grupos e também desenvolver atividades educativas que gerem – por meio de propostas desafiadoras que instiguem seu engajamento – experiências de descoberta a respeito dos bens culturais expostos, e da própria instituição museológica, instrumentalizando-os a buscarem a partir dessas vivências os conhecimentos e habilidades que julguem relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo (Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=907> Acessado em: 12/10/ 2011).

3- ENTENDENDO O ATUAL QUADRO DA FRUIÇÃO

No aprofundamento dos estudos referentes à extroversão da atual arqueoinformação, foi possível detectar algumas instituições, lideranças e características de alguns protagonistas locais e bens patrimoniais (inclusive o arqueológico) na área de estudo. Tal detecção foi possível graças à incorporação de dois formulários com questões pertinentes aos objetivos propostos sobre o uso qualificado do patrimônio arqueológico e suas conjunções.

---

transformações sociais, em esfera individual ou coletiva; ampliar o repertório e a noção de pertencimento cultural dos participantes; contribuir para o desenvolvimento de sua percepção estética, subsídio para suas criações e para o fortalecimento de sua capacidade crítica; promover oportunidades de diálogo que estimulem a autoconfiança nos participantes; atuar na construção de capacidades, a aquisição e manejo de conhecimentos e habilidades cognitivos, emocionais ou vivenciais entre outros, Aidar vai ampliar o público e tornar a Pinacoteca do Estado mais incisiva socialmente com processos educativos onde os jovens são protagonistas. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=907> Acessado em: 12/10/ 2011).

Em ambos os questionários deixamos livres a opção de justificar as respostas caso houvesse interesse ou necessidade por parte dos entrevistados (lideranças políticas, educadores e lideranças sociais).

Para Oracy Nogueira (1968) formulário é

> uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, a medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado sob sua orientação (NOGUEIRA, 1968, p. 129).

Segundo Eva Maria Lakatos e Marina Andrade Marconi (2001) o formulário apresenta uma série de vantagens, entre elas estão:

Possibilidade de entrar no mundo (contexto) do entrevistado; elucidar significados de perguntas que não estejam muito claras para o entrevistado; reformular ou ajustar o questionário à compreensão de cada informante; obtenção de dados complexos e úteis; busca da uniformidade dos símbolos utilizados, pois é preenchido pelo próprio pesquisador (LAKATOS & MARCONI, 2001, p.212-213).

Graças ao formulário de entrevista pessoal podemos constatar alguns fatos “extra questões”, mas que implicam no desenvolvimento deste trabalho.

4- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS

No primeiro questionário, são entrevistados secretários, diretores ou responsáveis pela cultura de cada município com sete questões. Por sua vez, este questionário possibilitou encontrar as lideranças sociais e colecionadores existentes em cada localidade.

A intenção foi obter um panorama dos municípios sobre questões relacionadas à existência ou não e a autonomia da secretaria de cultura, a existência de museus e de material arqueológico em exposição ou colecionadores, legislação específica para bens patrimoniais arqueológicos, protagonistas e intenções sobre o futuro no tocante a arqueologia.

O questionário é apresentado a seguir e se repete a cada município para melhor visualização das perguntas e respostas.

1- A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias? A que secretaria está subordinada?

2- Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?

3- Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?

4- Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?

5- Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?

6- Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?

7- A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?

4.1- QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE BONSUCESSO DE ITARARÉ

Questões	Entrevista realizada em 27/06/09 com Nizete Soares da Silva Ruivo, diretora de escola e Secretária Municipal de Educação.
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias? A que secretaria está subordinada?	Não é autônoma, está subordinada a Secretaria da Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Não verificado. Apesar de protocolo em 27/06/09 na prefeitura solicitando cópia da lei Orgânica e mais duas visitas a prefeitura, não foi possível obter a cópia da Lei Orgânica Municipal.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Não.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Não.

Bonsucesso de Itararé, Itararé, Itapeva e Nova Campina portam em seus territórios uma infinidade de formações rochosas de beleza cênicas únicas no estado de São Paulo, devido a sua posição no relevo paulista, Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná (ROSS, 2001, p.53).

Existe um domínio, na paisagem de paredões abruptos de arenito denominado Escarpamento Furnas.

> O Escarpamento Estrutural Furnas constitui um sítio geomorfológico raro no Brasil, pois apresenta um conjunto de paleoformas de relevo que guardam importantes informações paleoambientais e estratigráficas sobre a evolução e também das rochas sedimentares que expõe [...] O escarpamento está implantado e expõe toda seqüência sedimentar eodevoniana da Formação Furnas e também uma discordância erosiva que marca o contato dessa formação com as unidades geológicas proterozóicas e eopaleozóicas basais. O seu desenvolvimento está associado a uma série de processos geodinâmicos iniciados com a ruptura do Gondwana (Jurássico) e continuados com longos processos de erosão diferencial associados a condições climáticas áridas a semi-áridas e quentes, ocorridas durante o Cretáceo superior e o Terciário. O sítio apresenta ainda outras feições geomorfológicas importantes como relevo ruiniforme, pedimentos, morros testemunhos, pináculos, rios que formam canhões, cachoeiras e corredeiras, além de várias grutas e pequenas cavernas de arenito (SOUZA & SOUZA, 2000, p.2).

Empresas de turismo em Itararé e Itapeva iniciam a exploração dos canhões locais com trilhas de motos, jipes e trilhas a pé e esportes radicais.

Em Bonsucesso de Itararé, em relação às coleções arqueológicas não foi encontrada nenhuma, nem municipal ou particular. A exceção são os artefatos e fragmentos resultantes de pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo, Araújo (1995; 2001) e Kamase (2004).

No bairro da Serrinha, distante cerca de 10 km de Bonsucesso de Itararé rumo ao bairro do Butiá, foi identificado um sítio arqueológico histórico que até pouco tempo, menos de uma década, era utilizado para a produção de vasilhames de cerâmica. Vide foto 67.

Segundo moradores do bairro, o forno no qual se queimava vasilhames de argila para transformá-la em cerâmica teria cerca de 200 anos. No local foram encontrados pelo menos 4 pilhas de fragmentos cerâmicos tipo cabocla[7] descartados provavelmente pela quebra ou deformidade no momento da produção. Hoje o forno está desativado. As Coordenadas UTM são: 22J, 0692601/7310846. Vide foto 67.

Foto 67: Pilha de cerâmica cabocla, no fundo tijolos do antigo forno. Bairro da Serrinha em Bonsucesso de Itararé – Foto Silvio A.C. Araújo

Através de um morador do bairro da Serrinha tivemos a informação de que membros da família de oleiros ainda estariam produzindo vasilhames e outros objetos cerâmicos dentro da área urbana de Bonsucesso de Itararé.

Como foi constatado, de fato, encontramos na Rua Coronel Macedo no nº 610 duas famílias oleiras: a Sra. Maria Rosa Pontes de Oliveira, que com outras cinco mulheres produzem seus vasilhames e objetos, neta da matriarca oleira Dona Rosa Pontes, conhecida como Dona Rosinha do bairro da Serrinha, considerada a mais talentosa e antiga oleira da região. Na altura do nº 630, encontramos Sra. Eni Brizola, a qual conviveu com a matriarca Dona Rosa Pontes e família por décadas e atualmente produz cerâmicas de diversos tipos junto com filho, filha, nora, genro e netos.

Ambas as famílias produzem jarros, moringas, copos e vasos com formas semelhantes (mas não como antes) às tradicionais; também produzem

[7] O termo cerâmico cabocla, aqui utilizado refere-se à origem mestiça, caipira, sertaneja, roceira e rústica.

cópias de animais silvestres como onças, pássaros, jacarés, tatus, sapos e lagartos por ser uma tendência de mercado.

Muitos dos artefatos produzidos atualmente têm formas um pouco modificadas e funções diferentes dos objetos produzidos no passado; segundo as oleiras, isso acontece devido à necessidade de sobrevivência da atividade.

No passado o enfoque da produção era atender as necessidades domésticas de uma casa, o atributo principal era, segundo as oleiras, a funcionalidade como processar e guardar alimentos e manter água fresca com potes, panelas, jarras e cuscuzeiros.

Hoje o principal atributo está na voltado à estética, vasilhames como jarras, potes, vasos e outros objetos zoomorfos e antropomorfos são vendidos como mercadorias para decoração de ambientes em feiras pelo estado e Brasil a fora. Não encontramos a produção das panelas e vasilhas de barro para utilização no processamento de alimento (cozinha) apesar de haver o domínio de construção, segundo as oleiras não existe demanda**.** Vide fotos 68 e 69.

Fotos 68 e 69: Processo familiar e artesanal de amassar a argila para tirar bolhas de ar, pedras deixando a massa homogênea. Na segunda foto vista parcial da produção cerâmica de Dona Maria Rosa Pontes de Oliveira de Bonsucesso de Itararé. Fotos: Silvio A. C. Araújo

De acordo com Dona Eni Brizola muitos dos que faziam vasilhames cerâmicos morreram, outros desistiram de produzir devido à baixa remuneração da atividade.

As duas famílias oleiras têm o apoio da SUTACO - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades subordinada a Secretaria do Emprego e

das Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, que dá o apoio através de consultoria, logística e informação para a inserção do artesanato produzido em feiras organizadas.

4.2- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE BURI

Questões	Entrevista realizada por e-mail 17/05/11 com Marieni Ângela Zilocchi Miguel, Secretária Municipal de Educação
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que secretaria está subordinada?	Sim é autônoma, porém conjugada a esporte e lazer. Atualmente não existe Secretário Municipal de Esporte e Cultura e Lazer.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não há museu no município. Há um centro cultural denominado Casa de Cultura de Buri Dr. Edgard Ângelo Zilocchi criado por Lei Municipal 09 de 23 de maio de 1995. Situado na rua Juca Luiz nº 44, na antiga Estação Ferroviária da EFS. O local é utilizado para produção de artesanato como tapetes, pinturas em tela, crochê e objetos de uso doméstico que são expostos para a venda.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Sim, existem algumas cápsulas de munição relacionadas ao uso militar, provavelmente revolução de 1932.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Lei Orgânica Municipal de 9 de junho de 1990, artigo 189, inciso III e IV. Do que é constituído o patrimônio cultural do município “as obras, projetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valores históricos, paisagísticos, artístico, arqueológico, ecológico e científico.”
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, o Sr. João Basílio Ramos Júnior que escreveu um livro chamado “Guerra das Elites” no qual relata confronto entre paulistas e gaúchos e é detentor de informações e alguns objetos sobre o conflito e Estrada de Ferro Sorocabana (não entrevistado).
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Sim, a Lei Orgânica Municipal.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Não.

No Centro Cultural, existe uma pequena coleção de objetos históricos e arqueológicos compostos por cápsulas de deflagradas de munição para

morteiro, fuzil e capacetes atribuídos a Revolução Constitucionalista de 1932, máquinas de fotográficas antigas e duas prateleiras com algumas louças e outros objetos de uso domésticos como máquina de costura, balança, ferros de passar roupas a carvão e pesos de balanças. Vide fotos 70 a 73.

Fotos 70 e 71: Respectivamente vista da entrada da estação de Buri e de sua plataforma de embarque. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 72 e 73: Respectivamente grupo de artesãs em trabalho na antiga Estação de Buri e prateleira com cápsulas de munição expostas no local. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Digna de nota, é o o bairro do Fundão, entre a fazenda Monjolinho e o IBAMA. Lá existem evidências de trincheiras as quais moradores locais atribuem a Revolução Constitucionalista de 1932.

No bairro do Fundão, próximo a Capela Católica, o Sr. Natanael Pires Lopes morador do município de Buri, residente no local a mais de 30 anos, indicou uma série de trincheiras defensivas de formatos ovais (provavelmente para uma pessoa só deitada) e retangulares (coletivas pra ficar em pé), porém estavam cobertas de sedimentos algumas quase imperceptíveis devido à mata

densa e serrapilheira. Parecem ser dezenas de trincheiras entre uma densa mata, foram contabilizadas 9.

No local, já foram encontradas munições de vários calibres segundo o informante.

As coordenadas UTM são: 22K 756355/7356761 para as trincheiras ovais e 22 K 756215/7356704 para as retangulares, mas, de acordo com o Sr. Natanael existem muitas outras nas proximidades e outros morros próximos. Vide foto 74.

Fotos 74: Sr. Natanael dentro de uma trincheira com sedimentos. A linha indica o perfil do micro relevo de uma trincheira retangular. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Um casarão construído em 1920, e utilizado por mais de 40 anos como clube na praça central de Buri foi indicado como um dos edfícios mais antigos da cidade, porém, não houve colaboração do detentor das informações sobre a história do local nem sobre posse do imóvel que está fechado ao uso a mais de um a década. Vide fotos 75 e 76.

Fotos 75 e 76: Casarão construído em 1920 e utilizado como Clube Recreativo até meados de 1960. Localização Praça central de Buri. Hoje desativado, situaçãoem em 11/02/2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

4.3- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO

Questões	Entrevista realizada em 04/04/11 com João Bosco, Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Juventude
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que secretaria está subordinada?	Sim.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Não foi possível obter a Lei Orgânica do Município apesar de protocolo de cópia na prefeitura municipal, Secretaria de Negócios Jurídicos em 04/04/11 e não disponível na internet. Existe o tombamento da Creche Municipal e Escola Fundamental Jacyra Landim Stori por parte da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (Resolução SC. Nº 60 de 21 de julho de 2010 - DOE 11/11/10 páginas 112-114). A escola está inserida como Grupo1 no qual são permitidas, independentemente de análise do CONDEPHAAT intervenções ou novas construções no entorno da escola.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, o Tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo Wagner Luciano de Oliveira que tem uma coleção de artefatos militares da Revolução Constitucionalista de 1932 na sede (quartel) da Polícia Militar. A coleção tem entre outros artefatos, segundo o militar: uma Pistola Llama 45 milímetros de origem espanhola, Fuzil Mauser modelo 1908, conhecido como Lâmina Preta. Existe também cápsulas deflagradas e não deflagradas de munições de 75 milímetros e outras munições, granadas, baioneta e sabre, peças de uniformes entre outros equipamentos de combate. Vide fotos 77 a 82. Também existe uma ONG denominada Instituto Peabiru Paulista. Com o nome completo de Instituto Histórico Geográfico Cultural e Ambiental Peabiru Paulista foi criado em 09/08/2007 em Capão Bonito/SP, é uma ONG (associação nos termos do art.53 do código civil), para resgatar e a História, Geografia, Natureza e a Cultura da região, realizando palestras, cursos e eventos, e divulgar a arte, música, artesanato, pintura, escultura, desenho e dança, e também criar um museu com artefatos históricos, arqueológicos, artísticos e geológicos. (http://institutopeabirupaulista.blogspot.com/). Apesar do contato estabelecido não foi possível entrevistar os membros.
6ª Existe legislação	Não.

municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, mas não tem um plano elaborado e pensa num local que está sob disputa judicial.

O Sr. Wagner Luciano de Oliveira busca informações sobre artefatos militares encontrados por moradores locais, em especial, aqueles que possam ser detonados e causar ferimentos (granadas, bombas de morteiros e munições).

Os artefatos militares, na sua maioria foram encontrados por habitantes locais entre Capão Bonito e Buri, nas proximidades da Fazenda do IBAMA, bairro do Fundão e nas margens/confluência do rio Paranapanema e Almas, alguns em Guapiara, bairro dos Pinheiros e próximo às margens do rio Apiaí.

O colecionador espera um dia expor a coleção em um museu os artefatos de combate.

Sobre os artefatos bélicos, foi possível levantar alguns dados interssantes na rede mundial de computadores:

Segundo Robert K. Campbell[8] as pistolas Llamas eram modestas, mas o número total produzido foi impressionante. Quando a empresa foi próspera, nas primeiras décadas do século XX, sua principal fonte de lucro era uma linha de pistolas semelhantes às 1911 A1 Colt desenhada por John M. Browning, esta última foi utilizada na Primeira Grande Guerra com sucesso, daí o surgimento de cópias pelo mundo inteiro.

Segundo Carlos P. Neto[9] alguns exemplos de cópias da 1911 A1 Colt desenhada por John M. Browning são na Espanha, Gabilondo y Cia. (Llama) e a Star (Bonifacio Echeveria) lançadas em 1920 e 1921, na Argentina, em 1927 a Fabrica Militar de Armas Portatiles Domingo Matheu. Em adição ao modelo militar, a empresa Hispano Argentino Fabrica de Automoviles S/A (HAFDASA)

---

[8] Disponível em <http://www.gunreports.com/special_reports/handguns/Vintage-Llama-1911-Pistols172-1.html> Acesso em: 11/11/2011.

[9] Carlos P. Neto é nascido e residente em São Paulo, tem 64 anos, membro vitalício da NRA (National Rifle Association) e um estudioso de armas de fogo há mais de 40 anos, com ênfase nas de emprego militar. Chegou a executar trabalhos de consultoria junto a alguns museus, como o Museu Paulista (Ipiranga), o Museu Prudente de Moraes (Piracicaba) e o Museu da Convenção de Itú, dentre outros. (Disponível em <http://armasonline.org/armas-on-line/a-colt-1911/> Acessado em: 12/11/2011)

fabricou-a também, porém sem autorização formal a Ballester-Molina. Vietnam e Coréia do Norte também tiveram suas cópias.

Sobre o referido modelo do fuzil alemão no Brasil, foi possível constatar que:

> Em 1908, o governo (brasileiro) resolve substituir o modelo 1893 pelo mais moderno e reforçado modelo da Mauser, o 1898, mas ainda em calibre 7X57 milímetros, embora as armas do modelo 1893 continuassem em uso até meados da década de 50. Muitas delas foram equipar as Polícias Militares de alguns estados, como o do Rio de Janeiro, que mesmo nos anos 90 ainda eram vistas nas mãos de integrantes da PM daquele estado. Este fuzil passou a ser denominado aqui como Mauser modelo 1908. [...] Um detalhe histórico interessante foi a importação feita pelo governo do Estado de São Paulo, de 15.000 carabinas da Tchecoslováquia, no ano de 1932, para suprir as tropas revolucionárias que se ergueram contra Getúlio Vargas; a chamada Revolução Constitucionalista. Em 1934, como forma de minimizar a dependência de importação de armas, a Fábrica de Itajubá decidiu produzir fuzis e carabinas no Brasil, originando o chamado modelo 1908/34, uma versão "nacionalizada" e encurtada, nos moldes das carabinas [...] Devido à grande demanda de fuzis para suprir as Forças Armadas Brasileiras durante a primeira metade do século XX, a Fábrica de Itajubá iniciou a fabricação "em casa" dos Mauser mod. 1908 como alternativa às importações que eram geralmente feitas junto à D.W.M. (Deutsche Waffen und Munitionsfabrik) na Alemanha e da C.Z. (Ceska Sbrojovka), na então Tchecoslováquia, com a utilização de madeiras locais ao invés das nogueiras européias. O maior período de aquisição de Mausers da D.W.M. foi entre 1908 e 1914, quando eclodiu a I Guerra e a D.W.M. não tinha sequer condições de suprir o mercado interno em tempos de guerra. Já a aquisição fornecida pela C.Z. ocorreu principalmente de 1922 a 1924, o conhecido fuzil VZ24 (NETO, 2011)[10].

[10] Disponível em <http://armasonline.org/armas-on-line/as-espingardas-da-fabrica-de-itajuba/> Acesso em: 11/11/2011.

Fotos 77 e 78: Respectivamente cantil de alumínio e baionetas. Coleção do Sr. Wagner Luciano Oliveira. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 79 e 80: Respectivamente pistola espanhola Llama de 45 milímetros e granada de mão encontradas nas proximidades de Capão Bonito. Coleção do Sr. Wagner Luciano Oliveira. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 81: Munições e cápsulas de vários calibres. Coleção do Sr. Wagner Luciano Oliveira. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 82: Estrutura metálica (ferrolho, gatilho, cano, mira etc.) de um fuzil alemão Mauser modelo 1908. Coleção do Sr. Wagner Luciano Oliveira. Foto: Silvio A. C. Araújo.

A Escola Jacyra Landim Stori foi visitada e constatou o uso como Escola Municipal, porém, o edifício necessita de reformas no telhado, forro e pintura, No *playgroun*d foi notado um fragmento de ceramica branca lisa (não coletado). A frente e fundo com *playground* da escola podem ser observados nas fotos 83 e 84.

Fotos 83 e 84: Respectivamente frente e parte do fundo da Escola Municipal Jacyra Landim Stori. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

No centro da cidade de Capão Bonito foi observado um casarão com características coloniais com janelas grandes, portas de altura aproximada de 3 metros e telhas capa e calha feitas artesanalmente em formas e à mão. O imóvel está situado à Rua Silva Jardim nº 562, centro da cidade. Foto 85.

Apesar de algumas tentativas de contato via fone e e-mail não houve respostas.

Foto 85: Casarão com características coloniais no centro de Capão Bonito em maio de 2011. Rua Silva Jardim nº 562. Foto: Silvio A. C. Araújo.

4.4 - QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE GUAPIARA

Questões	Entrevista realizada em 27/05/11 com Professor Paulo Raimundo de Freitas, Secretário Municipal de Educação
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias? A que secretaria está subordinada?	Não é autônoma, o Departamento de Cultura é subordinado a Secretaria Municipal de Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Sim, mas na concepção de Unidade de Conservação ou Lugares Naturais[11]. O Parque Estadual Intervales
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Apenas a Lei Orgânica Municipal. Artigo nº 169:§ 4º Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Não, porém foi possível encontrar um historiador amador o Sr. Mário Bueno Sampaio, conhecido como Mário do Cartório que é colaborador da historiadora local Diva Freitas que está escrevendo um livro sobre a história da cidade (não entrevistada), pois estava em repouso nas duas visitas realizadas a cidade.
6ª Existe legislação municipal específica para	Não.

[11] Os parques, lugares naturais vigiados, que constituem a expressão mais perfeita da apresentação ecológica, devem ser respeitados integralmente a fim mantenham sua beleza e seu valor educativo. Seminário regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus. Rio de Janeiro, 1958. Tradução M. C. O. Bruno e M. F. Camargo.

a proteção de bens arqueológicos?	
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Não. Ainda que exista planos para ampliação do o turismo local, além do Parque Estadual Intervales, associações ou estudos com os bens culturais materiais não foram relizadas até o momento de forma sistemática.

Vale ressaltar que a arqueologia pré-histórica e histórica tem alto potencial, conforme pesquisa de Daisy Morais (2005) sobre arquitetura vernacular e o próprio histórico regional relacionado e ciclo do ouro (já mencionados).

Após indicação do Sr. Mário Bueno foi possível chegar a um antigo cemitério, segundo moradores do local, Capela do Alto[12], seria do século XVIII e XIX, porém não foi possível observar nada em superfície além de algumas pedras soltas por um caminho que leva ao local do referido cemitério devido a serrapilheira cobrindo o solo e capim nas adjacências.

No local se encontra uma cruz e um pequeno altar de concreto ao ar livre, que simbolizam o antigo cemitério. A visibilidade da superfície do solo no local e adjacências era muito baixa (UTM 22J 759274/7320504).

Moradores do bairro rural de Capela do Alto também indicaram duas trincheiras atribuídas à Revolução de 1932, no bairro denominado Cravo da Capela, bairro próximo 5 quilômetros.

As trincheiras estão na propriedade de Dona Antônia Maria da Silva e filhos e distanciam-se cerca de 18 a 20 metros uma da outra. Uma dessas trincheiras tem uma rampa de acesso do nível de superfície do solo até a profundidade de 1 metro (provavelmente a tricheira seria bem mais profunda). Também é notável um corredor saindo da trincheira com aproximadamente 6 metros que leva a um buraco circular (talvez uma casamata). Fotos 86 e 87.

A proprietária diz que, em 1932, na propriedade existia uma Casa Grande que foi demolida para construir a atual casa; esta Casa Grande serviu de Hospital para os soldados, segunda ela "*para zelar das pessoas machucadas* e *que os mortos eram enterrados no antigo cemitério do bairro dos Cordeiros".* Essas informações foram passadas por seu sogro Gregório França de Jesus, já falecido e testemunha local do conflito. A UTM entre as tricheiras é 22J 759486/7323310.

[12] Um dos núcleos coloniais mais antigos, segundo o Sr. Mário.

Foi observado, na casa de Dona Antônia, telhas tipo capa e calha feitas com forma e à mão em um paiol (restos da casa grande), além de um trenó de tração animal para retirada de lenha construído de madeira de lei e eucaliptos. A distância da localização antiga Casa Grande até as trincheiras é de cerca de 60 metros. Vide fotos 88 e 89.

Segundo seu filho e neto existem outras trincheiras nas redondezas

Fotos 86 e 87: Respectivamente trincheira e provável casamata do bairro Cravo da Capela (zona rural). Jovem Douglas, neto de Dona Maria, diz existir outras trincheiras nas proximidades. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 88 e 89: Respectivamente paiol com telhas tipo colonial capa e calha e trenó com rodas de madeira para baldeação de lenha na propriedade de D. Antônia Maria. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

4.5- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE ITABERÁ

Questões	Entrevista realizada em 07/05/11 com o Secretário De Educação e Cultura Milton Couto
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que	Não. Está conjugada a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

secretaria está subordinada?	
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Apenas a Lei Orgânica Municipal no Artigo 165 atenta a preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico de forma abrangente tal como nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. No Artigo 167 prevê o estabelecimento de museus e a formação do CONDEPHAAT.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, indicado por Milton Couto, colecionador pediu o anonimato e não apresentou seu acervo que, segundo ele varia de artefatos antigos (não especificados), livros, fotos, primeiros jornais e documentos histórico do município e região. O colecionador diz já ter oferecido parcerias para divulgação do material junto a prefeitura, mas não houve interesse.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Não

Após várias tentativas de contato com o colecionador indicado pela autoridade municipal foi possível conversar por telefone com o mesmo que não demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa.

Também não foram indicadas ou encontradas lideranças sociais, memorialistas ou historiadores que indicassem locais ou artefatos de interesse arqueológico e histórico.

Notadamente, Itaberá é um dos municípios mais carentes de informação e extroversão arqueológica e histórica.

4.6- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÍPIO DE ITAPEVA

Questões	Entrevista realizada durante o mês de Julho de 2011 com o Secretário de Cultura e Turismo Sr. Davidson Panis Kaseker e a Coordenadora de Educação Patrimonial Jaquelina Eli Leite Arruda
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias? A que	Sim, é autônoma.

secretaria está subordinada?	
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Informalmente existia um Departamento de Museu desde 1977 que ficou sediado na Casa da Cultura Cícero Marques até o ano de 2008. O Museu Histórico de Itapeva - MHI foi oficialmente criado em 19 de janeiro de 2010 pelo Decreto 6.743/2010 com sede na Estação Cultura (endereço: Avenida Mário Covas nº 269 - Centro). O acervo do MHI está dividido entre uma reserva técnica na Estação Cultura (já mencionada) e uma exposição de artefatos na Fazenda Pilão d'Água (área limítrofe urbana/rural nas margens da Rodovia SP – 258).
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Na Fazenda Pilão d'Água estão expostos dezenas de fragmentos cerâmicos e uma vasilha cerâmica guarani, quatro vasilhas caboclas (cuscuzeiros e tigela). Além de material lítico do Paranapanema (11 lâminas de machado polidas e 3 pontas de projéteis e outras lascas e raspadores e pré-formas).
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	A Lei Orgânica Municipal (2008), Artigos nº 157 a 160 atenta sobre a preservação do patrimônio cultural, histórico arquitetônico, paisagístico e ambiental de forma abrangente, inclusive com a criação da Fundação Cícero Marques (não existente) e estabelecimento de parcerias com entidades particulares. No Artigo nº 200 existe menção ao patrimônio ecológico do município, entre eles: Mata do Carmo, recanto Pilão d'Água, Cânion do Itanguá e o Rio Taquari (locais onde já foram detectados sítios arqueológicos associados a eles.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, existe o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico de Itapeva (COMDEPHAAT, Lei Municipal nº 2.753 de 10 de maio de 2008) e a própria Secretaria de Cultura e Turismo; o ICT - Instituto Cílios da Terra que já trabalhou em campanhas de preservação da Fazenda Pilão d'Água nos anos de 2001 a 2003 com palestras, divulgação de material e visitas a fazenda e represa do Pilão d'Água; o IHGGI – Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Itapeva existente na informalidade que funciona como fórum permanente sobre as questões culturais (em fase de regulamentação). Alguns proprietários de terras com incentivo do município e uma empresa de turismo local[13] buscam o aproveitamento do Cânion do Itanguá para visitas monitoradas ao ambiente natural composto por paredões rochosos, cachoeiras, matas galeria, mirantes onde estão alguns sítios arqueológicos cerâmicos, líticos e pinturas rupestres.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Para bens arqueológicos não. Porém para bens histórico-arquitetônicos os quais portam bens arqueológicos sim. Lei Municipal 6.731/2009 que dispõe sobre edifícios públicos tombados, a saber: Casa da Cultura Cícero Marques, Fazenda Pilão d'Água, Estação de Vila Isabel

[13] Ação & Marketing Consultoria e Turismo.

	da antiga Estrada de Ferro Sorocabana e conjunto residencial, Escola Municipal Acácio Piedade, Delegacia Seccional de Polícia, sede do Batalhão da Polícia Militar, Catedral de Santana, Capela de Nossa Senhora do Carmo e a sede do Seminário Propedêutico. A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo através da Resolução nº 60 que tombou a Escola Acácio Piedade (a resolução dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado entre 1890 a 1930). Processo do CONDEPHAAT nº 24929/1986.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, para sediar o MHI. O local está em discussão: Casa da Cultura Cícero Marques antiga sede do MHI (o MHI), Fazenda Pilão d'Água ou Estação Cultura. O MHI está cadastrado atualmente no IBRAM, com a situação de aberto ao público e natureza administrativa: público municipal, porém como mencionado anteriormente é na Fazenda Pilão d'Água é onde estão os objetos arqueológicos e históricos em exposição. A sede oficial do MHI é a Estação Cultura. Existe um convênio entre Prefeitura Municipal de Itapeva e Universidade de São Paulo de 18 de julho de 2010 através do MAE que objetiva planejar, executar ações visando o estudo, proteção, valorização e inclusão social do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico e Histórico do município de Itapeva. Autorizado pela Lei Municipal nº 1020 de 21 de julho de 1997 e Resolução USP nº 3461 de 07 de outubro de 1988 e Regimento Geral aprovado pela Resolução nº 3745 de 19 de outubro de 1990, com fundamento na Lei nº 8.666/93. O convênio resultou até o fechamento deste trabalho na implantação de um pequeno laboratório de arqueologia (composto por uma estante e duas mesas para estudos comprados com ajuda do ICT) na Casa da Cultura Cícero Marques. No local estão sob a guarda da Prefeitura Municipal de Itapeva e arqueólogo Silvio A. Araújo o material arqueológico resgatado do sítio HCR (será apresentado mais adiante). Também já foram realizados cursos de curta duração por Meio do SISEM[14].

[14] O Sistema Estadual de Museus – SISEM-SP é o conjunto de Museus do Estado de São Paulo, articulados no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. Sua missão é integrar os museus do Estado, públicos ou privados, por meio de políticas públicas que objetivam a capacitação e a instrumentalização para a gestão contemporânea dos espaços museológicos, centrando o foco das ações na salvaguarda, conservação, investigação e difusão do patrimônio museológico tangível e intangível brasileiro. Ao mesmo tempo, e com a mesma importância, essas políticas objetivam criar espaços de encontro para diálogos e trocas de informações da mais alta relevância para a adaptação das instituições à dinâmica e exigências da sociedade atual, em constante mudança. Oficinas realizadas: "Planejamento Museológico" com o museólogo Paulo Nascimento e "Preservação de Acervos Fotográficos" com o Arquiteto e Urbanista Leandro Lopes Pereira de Melo.

Atualmente, está em pauta na sociedade itapevense, a questão da preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico.

Em maio de 2007 foi instaurado Inquérito Civil Público nº 47/2007 na 2ª Vara Judicial por sobre a destruição do patrimônio cultural e ambiental da Fazenda Pilão d'Água, que está ainda sob trâmite. O alvo das denúncias foi destruição de estruturas de pedras e descaracterização de ambiente histórico, causado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo assim como um terraceamento promovido pela Secretaria Municipal de Obras sem devido estudo do patrimônio arqueológico, distante cerca de 30 metros de um muro de pedras, além da derrubada de árvores nativas.

O município de Itapeva vem desenvolvendo trabalhos de inventário e tombamento de bens histórico-arquitetônicos (imóveis públicos) e depois (imóveis e privados), os quais em alguns casos portam bens arqueológicos. Porém, existem recursos junto à prefeitura e disputa judicial sobre a legalidade no que se refere aos edifícios particulares. Após a demolição de um edifício, se instaurou uma Ação Civil Pública contra os herdeiros, processo distribuído na 2ª Vara Judicial e está tramitando sob o nº 1.177/11, aguardando, no momento despacho inaugural (JORNAL GAZETA, 24 de novembro de 2011, p. A7).

O Sr. Davidson Panis Kaseker informa que faz três anos que vêm desenvolvendo ciclos de palestras para professores de Itapeva com a presença de historiadores, geógrafos, memorialistas, arqueólogos, arquitetos entre vários profissionais da área do patrimônio histórico e ambiental.

Segundo o Sr. Davidson Panis Kaseker e Jaquelina Eli Leite Arruda, existem dois projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos pelo município. São eles: Projeto Viagem do Saber de cunho municipal e Programa Cultura é Currículo (Projeto Lugares de Aprender), promovido com o apoio do governo do Estado de São Paulo.

O Projeto Viagem do Saber consiste em visitas a sete locais históricos da cidade (*city tour),* com alunos, professores e monitores da Secretaria de Cultura e Turismo.

Os locais visitados são: Capela Nossa Senhora do Carmo, Escola Municipal Coronel Acácio Piedade, Catedral de Santana, Casa da Cultura Cícero Marques, Estação Cultura, Parque Pilão d'Água (Complexo Turístico) e

Estação Ramos de Azevedo (Estação da Ferroviária Sorocabana de Itapeva - Vila Isabel).

O objetivo do Projeto Viagem do Saber é oferecer aos estudantes das escolas públicas de Itapeva a oportunidade conhecer a história local, de forma a buscar o vínculo das crianças com a sua história, fortalecendo os laços de cidadania.

O Programa Cultura é Currículo com o Projeto Lugares de Aprender visa propiciar melhor qualidade de ensino da escola pública estadual, seja no sentido de atender aos desafios do mundo moderno, bem como em relação à função de transmissão do saber para inserção social de seus alunos.

O Programa Cultura é Currículo (Projeto Lugares de Aprender) é orientado por três objetivos básicos, a saber:

> democratizar o acesso de professores e alunos da rede pública estadual a equipamentos, bens e produções culturais que constituem patrimônio cultural da sociedade, tendo em vista uma formação plural e a inserção social; fortalecer o ensino por meio de novas formas e possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos curriculares em articulação com produções socioculturais e fenômenos naturais, diversificando-se as situações de aprendizagens; estimular e desenvolver a aprendizagem por intermédio de interações significativas do aluno com o objeto de estudo/conhecimento de disciplinas, reforçando-se o caráter investigativo da experiência curricular (Disponível em <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/ programa.aspx> Acessado em 12/11/2011).

Ambos os projetos tem fundamentos na Educação Patrimonial e tem monitores especialmente contratados e treinados pela municipalidade para este fim.

Em relação aos bens históricos e arqueológicos na Estação Cultura[15], a reserva técnica é composta por pinturas (quadros em tela) produzidas por

[15] De acordo o com IHGGI edifício onde está instalada a Estação Cultura é uma tentativa frustrada de aproximação da linha férrea da Estrada de Ferro Sorocaba da cidade de Itapeva, uma vez que a Estação da Vila Isabel passava cerca de 3 quilômetros de distância. De acordo com o jornal O Tempo de 17 de fevereiro de 1946 havia sido iniciadas terraplanagens e aterros para tal intenção. Porém estudiosos do solo itapevense condenaram os terrenos em 1960

artistas locais, um importante acervo de documentos históricos do início do século XIX, antigos jornais que datam do fim do século XIX até os dias de hoje, livros de sessão da câmara municipal das décadas de 1810 em diante, louças de origem européia e nacional do final do século XIX e início do século XX, lamparinas, panelas, moedores e processadores de alimentos, ferros de passar roupas, máquinas fotográficas antigas, instrumentos musicais entre outros artefatos antigos. Também existe um significativo acervo com cerca de 30 artefatos militares da Revolução Constitucionalista de 1932 que vão de mochilas, munições de vários calibres, baionetas, capacetes e outros utensílios de combate antigos.

Vide fotos 90 a 102 da Estação Cultura de Itapeva.

Foto 90 e 91: Respectivamente frente e fundo do edifício da Estação Cultura Na Avenida Mário Covas nº 269, Centro. Fotos: Prefeitura Municipal de Itapeva.

Foto 92: Vista parcial da reserva técnica do edifício Estação Cultura. Monitores patrimoniais em estudo. Foto: Silvio A.C. Araújo.

(Jornal da Estação Cultura: Esquina da Vida 30/06/2000). A paralisação das obras ocorreu logo em seguida. Porém um grupo de edifícios já havia sido construído entre eles o edifício em questão. Disponível em <http://www.ihggi.org.br/pag.php?pag=estacaocultura> Acessado em: 19/11/2011.

Fotos 93 e 94: Respectivamente móveis antigos, tela de artista local e artefatos da Revolução de 1932. Reserva técnica da Estação Cultura. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 95 e 96: Respectivamente prateleira com obra de arte de artistas locais e objetos de uso doméstico do final do século XIX e início do século XX. Reserva técnica da Estação Cultura. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 97 e 98: Respectivamente prateleiras com objetos de uso doméstico e câmeras fotográficas antigas, início do século XX. Reserva técnica da Estação Cultura. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 99 e 100: Respectivamente prateleiras com máquinas de escrever e rádios antigos e louças, relógio e outro objetos. Reserva técnica da Estação Cultura. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 101 e 102: Respectivamente vaso cerâmico datado de 1920 e importadas e nacionais do início do século XX. Reserva técnica da Estação Cultura. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

No ano de 2010 foi construído um pequeno sobrado nos fundos da Casa da Cultura Cícero Marques onde hoje estão instalados um departamento da secretaria de cultura e um pequeno laboratório de arqueologia de aproximadamente 3,5X4 metros. Vide fotos 103 e 104.

Fotos 103 e 104: Vistas parciais do sobrado onde foi instalado um pequeno laboratório de arqueologia nos fundos da Casa da Cultura Cícero Marques em maio/junho de 2011. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

A Casa da Cultura Cícero Marques (antiga sede do Museu Histórico de Itapeva e reserva técnica) está em restauração/reforma, que ocorre concomitantemente a uma “Oficina Experimental de Restauração” com jovens em situação de risco social. A situação é resultado da parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Sorocaba.

Entre as atividades realizadas, estão: à recomposição da fachada original (linha e pintura originais), retirada de um banheiro em anexo ao edifício construído na década de 1980, evidenciação do alicerce, reforma parcial do telhado e madeiramento.

Após a reforma, espera-se que a Casa da Cultura Cícero Marques abrigue o Museu Histórico de Itapeva ou Museu/Centro Regional de Arqueologia.

Porém, salientam-se aqui três observações quanto à referida “restauração” e a oficina experimental:

Não há previsão de obras estruturais no edifício que tem paredes trincadas de cima a baixo em alguns lugares, por exemplo: próximo a saída da rede de esgoto e água (embaixo do banheiro interno) do edifício (CAMARGO ARAÚJO, 2006, p.74), ao lado antigo ponto de ônibus da Rua Pires Fleury e, porta do quintal.

Ao nosso entender, devia-se iniciar a obra com as questões relacionadas à resolução de problemas de estrutura do edifício (fundações, paredes, hidráulica, elétrica, madeiramento, telhado etc.) e, no final pintura interna e recomposição da fachada e pintura externa.

Outra observação é a falta do acompanhamento por especialistas em patrimônio histórico-arquitetônico e arqueologia; idem em relação à mão de obra, que é realizada por bolsistas da oficina orientados por um mestre de obras especialista e funcionários graduados da prefeitura.

Como consequência das três observações anteriores, temos a falta de percepção dos obreiros na recomposição da fachada que foi descaracterizada no alicerce com a retirada de fragmentos de telhas que o protegiam da água das chuvas tornando-o suscetível a infiltração de água.

Vide Casa da Cultura Cícero Marques, situação em outubro de 2011 nas fotos 105 a 109.

Fotos 105: Fachada externa da Casa da Cultura Cícero Marques vista a partir da esquina da Paça Anchieta - Centro. Nota-se conjunto de trincas na parede. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 106 e 107: Respectivamente fragmentos de telhas cobrindo beiral do alicerce da Casa da Cultura Cícero Marques, situação ideal/original (trecho preservado). Na segunda foto alicerce descaracterizado, sem proteção do beiral com fragmentos de telhas, sujeito a infiltração de água e enfraquecimento do alicerce e parede. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 108 e 109: Parede de taipa de pilão e de tijolos nos fundos (quintal) da Casa da Cultura. Situação após retirada do banheiro externo (construído na década de 1980). Foto 109, parede próxima a porta do quintal da Casa da Cultura, observa-se trincas na parede próximo ao batente da porta, em baixo à esquerda o alicerce de pedras com argamassa. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

A Fazenda do Pilão d'Água está localizada em área limítrofe urbano rural, à margem da Rodovia Francisco Alves Negrão, SP - 258, entre os bairros Santa Maria, Colina dos Pinheiros e a Represa do Pilão d'Água (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA, 2000).

É um sítio arqueológico e histórico-arquitetônico rural de pleno reconhecimento da população itapevense, sendo sua história diretamente ligada à escravidão e desbravamento do sudoeste do estado de São Paulo e sua integração com o sul do país através do ciclo tropeiro.

Silvia Correa Marques (MARQUES, 2001) aponta o atual bairro rural do Jaó como uma comunidade quilombola remanescente de escravos que se organizaram após a sua libertação na localidade denominada Ponte Alta e teriam seus ancestrais trabalhados na Fazenda Pilão d'Água.

Desde o período colonial até o início da década de 1970, a fazenda passa por vários proprietários e tentativas de implantação de atividades agropecuárias em especial gado bovino e o algodão a moagem de grãos, a produção de café e cachaça (OLIVEIRA *et al*., 2006). Vide foto 110 da Casa Grande na década de 1920.

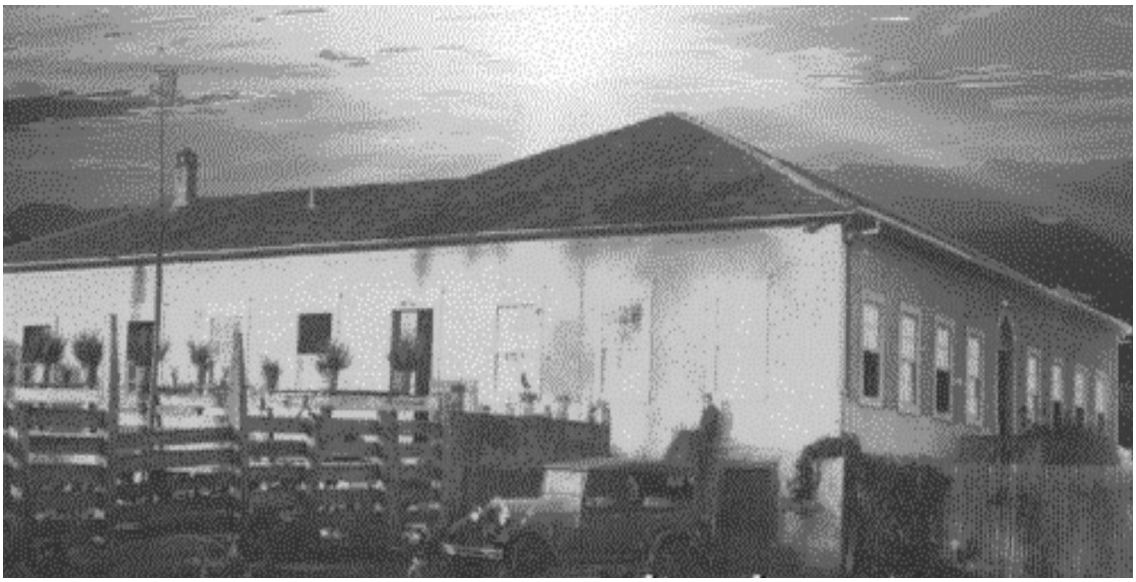


Foto 110: Casa Grande da Fazenda Pilão d'Água por volta de 1920. Extraído de Histórias de Itapeva: Fazenda Pilão d'Água. (OLIVEIRA *et al*., 2006).

Em 1970, a Prefeitura Municipal de Itapeva adquire, pela primeira vez, parte da Fazenda Pilão d'Água para a construção do reservatório de água, utilizado até hoje na captação e abastecimento da cidade.

O então prefeito Jorge Assumpção Schimidt, num acordo amigável com o proprietário Hans Henrich Rudolf Braren, adquiriu uma pequena parte da fazenda ao redor do Ribeirão Fundo onde construiu a barragem para abastecer a cidade com água. E, aproveitando um imenso espelho d'água de cerca de 20 hectares, um muro de pedras sobrepostas denominado localmente como muro dos escravos, é inaugurado em 1972, o Centro Comunitário Bento Alves Natel com piscinas, restaurante, ilha artificial e trilhas sob mata de eucaliptos. Vide imagens da construção da represa nas fotos 111 a 118.

Fotos 111 e 112: Construção da barragem da represa do Pilão d'Água no início da década de 1970. Fotos: Acervo da família de Jorge Assunpção Schimidt.

Fotos 113 e 114: Ambiente da represa do Pilão d'Água antes da água da represa subir e ilha artificial em construção. Início da década de 1970. Fotos: Acervo da família de Jorge Assunpção Schimidt.

Fotos 115 e 116: Alicerce de restaurante em construção e vista parcial do ambiente da represa do Pilão d'Água vista a partir da rodovia SP – 258. Fotos: Acervo da família de Jorge Assunpção Schimidt.

Foto 117: Recanto Bento Alves Natel em 1972 pouco antes da inauguração. No alto a esquerda restaurante, piscinas com vestiários (a direita) e área de eucaliptos ao fundo. Foto: Acervo da família de Jorge Assunpção Schimidt.

Foto 118: Recanto Bento Alves Natel no dia da inauguração em 20 de setembro de 1972. Foto: Acervo da família de Jorge Assunpção Schimidt.

Três décadas depois, no ano de 2003 inicia-se nova negociação entre a Prefeitura Municipal de Itapeva e herdeiros da família Braren que resulta na compra total da fazenda.

Atualmente, toda Fazenda Pilão d‘Água pertence à Prefeitura Municipal de Itapeva, que a comprara com a intenção de implantar no local uma escola de educação ambiental, pois boa parte dos recursos empregados nesta compra vieram do FUNDEF – Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental (CAMARGO ARAÚJO, 2006, p.68).

A Fazenda Pilão d‘Água, comprada em 2003, a área da represa comprada na década de 1970, fazem parte de um único sítio arqueológico e histórico-arquitetônico muito extenso, com mais de 4 quilômetros quadrados, que hoje se transforma num Complexo Turístico conforme encaminhamento no ano de 2008, da Prefeitura Municipal de Itapeva com a formação de uma Comissão Tripartite para elaboração de Plano Diretor do Complexo Turístico Pilão d’Água. Este complexo turístico tem cerca de 67 alqueires[16].

Porém uma observação é valida: não foram requeridos os devidos estudos e licenças ambientais de acordo com legislação ambiental vigente[17]

[16] Informações sobre Plano Diretor do Pilão d’Água. Retirado do Inquérito Civil nº 47/2006 – Volume nº 2, p. 240 da 2ª PJ de Itapeva-SP.

[17] Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216; Lei Federal nº 3924 de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana (Estatuto das Cidades); Portaria IPHAN nº 230 de 17 de

numa clara demonstração de negligência (mais uma vez) por parte da Prefeitura Municipal e Secretaria de Cultura e Turismo, que já responde a inquérito civil público pelos mesmos motivos no mesmo local.

Tal situação gerou o aprofundamento da degradação do sítio arqueológico e histórico-arquitetônico da Fazenda Pilão d'Água.

Várias estruturas de pedras sobrepostas compõem a fazenda, entre elas: muros, rampas, escadas e alicerces antigos de pedra foram abandonados outros, reaproveitados em construções mais recentes numa sobreposição de pelo menos 5 técnicas construtivas.

A Casa Grande, edifício construído em taipa de pilão e vigas lavradas a machado, seria a primeira técnica (também construída co tijolos)

A segunda técnica construtiva é composta por estruturas de pedras encaixadas umas sobre as outras. São os muros dos escravos e o piso de pedras encaixadas que rodeiam a Casa Grande, o terreiro, as canaletas bem como beiradas de calçadas (hoje destruídas).

A terceira técnica construtiva observada é composta por estruturas de pedras encaixadas umas sobre as outras, com a utilização de argamassa de saibro, com ou sem mistura a cacos cerâmicos. Entre elas estão: escadas, muretas das rampas aos arredores da Casa Grande, uma parede inclinada de um galpão onde, segundo moradores antigos que conviveram com os escravos libertos que trabalham na fazenda, seria a Senzala.

A quarta técnica construtiva é composta por casas, barracões e um terreiro de tijolo a vista, tal como utilizado para secar café, inclusive uma estação de recebimento de energia elétrica que remonta o início do século XX, quando a energia elétrica chega a Itapeva. Alguns desses edifícios contam com reboque de argamassa de saibro, outras apresentam alicerces de pedras sobrepostas, típico da segunda técnica construtiva citada.

---

dezembro de 2002 que dispõe sobre os procedimentos relacionados ao licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico; Resolução CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 001 de 23 de janeiro de 1986 que considera a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente; Resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo nº 34, de 27 de agosto de 2003 que dispõe sobre as medidas necessárias a proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos a apresentação de EIA/RIMA, e dá providências.

A quinta e última técnica construtiva é composta por edifícios complementares ou estruturas sobrepostas da Casa Grande e Senzala, por exemplo, uma cozinha, banheiros, varandas com pisos de cimento, lajes de concreto e azulejo; também são observados em diversos pontos da fazenda cochos de concreto e um muro ornamental de basalto e concreto na entrada da Casa Grande, estes de alvenaria e recentes, da segunda metade do século XX até os dias de hoje conforme Camargo Araújo (2006, p. 66-70)

A Casa Grande da Fazenda é utilizada como museu onde estão expostos materiais arqueológicos e históricos. Nenhum artefato arqueológico e histórico tanto na Estação Cultura como na Fazenda Pilão d'Água recebem tratamento museológico adequado pela Prefeitura Municipal de Itapeva (informação de julho de 2011).

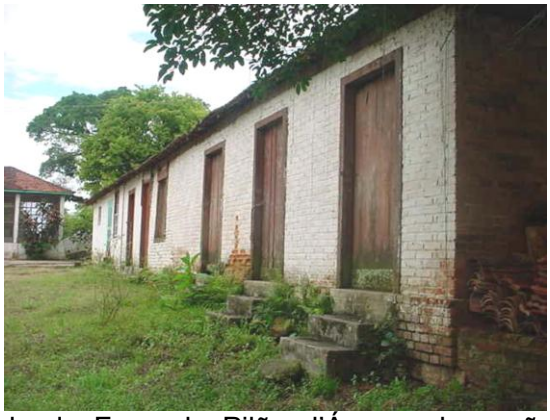
A exposição de artefatos arqueológicos e históricos e o conjunto histórico da Fazenda Pilão d'Água e outros bens patrimoniais receberam entre os anos de 2010 e 2011 cerca de 11 mil estudantes de Itapeva e municípios vizinhos, inclusive escolas do vale do Ribeira, distante mais de 100 quilômetros. Informações de Davidson Panis Kaseker. Porém, há poucos cuidados no planejamento didático/pedagógico e de extroversão no tocante à musealização.

No ambiente histórico, também estão sendo implantados oficinas de produção cerâmica e de marcenaria com jovens em situação de risco social.

A Casa Grande é uma construção do século XIX, em taipa, posteriormente ampliada com alvenaria (tijolos). Ao redor, existem diversas casas e barracões em tijolos à vista com argamassa de saibro.

São encontrados, ao redor da Casa Grande muros e ruínas de muros que saem da Casa Grande para leste até o Recanto Jorge Assumpção Schimidt, para o norte no bairro Santa Maria e para sul a cachoeira do Pilão d'Água onde está uma estrutura de pedras sobrepostas que, provavelmente, utilizava força hidráulica para moer cereais (monjolo). Uma capela próxima a entrada da fazenda e núcleos de solo antropogênicos são notados e vários locais

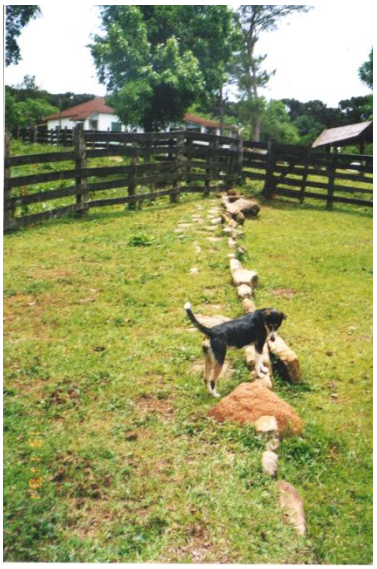
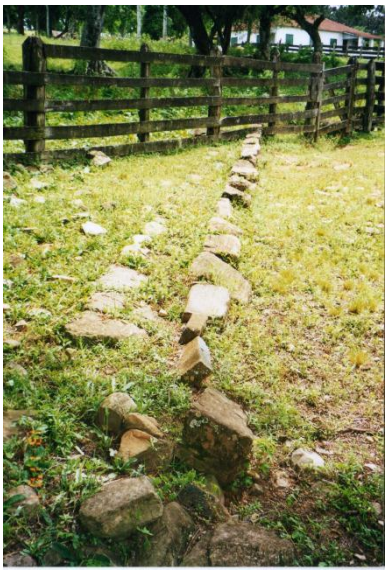
As fotos da Fazenda Pilão d'Água no decorrer dos anos, Recanto Jorge Assumpção Schimidt e exposições de artefatos arqueológicos e artesanato podem ser vistas nas fotos de 119 a 158**.**



Fotos 119 e 120: Vista frontal Casa Grande da Fazenda Pilão d'Água e barracão adjacente (indicado por antigos trabalhadores da fazenda como senzala). Fotos: Silvio A.C. Araújo em 2005.

Foto 121 e 122: Fazenda Pilão d'Água rampa de acesso ao curral e terreiro próximo a Casa Grande. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 123 a 124: Vista frontal e em perspectiva do barracão indicado como senzala (agora sem cobertura) da Fazenda Pilão d'Água em 2007. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

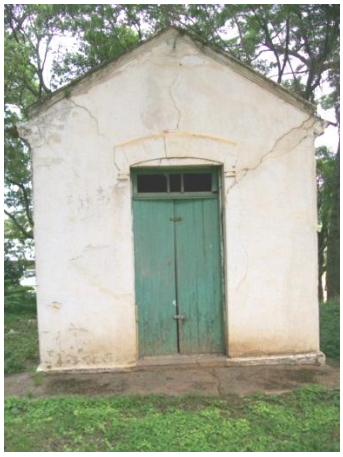
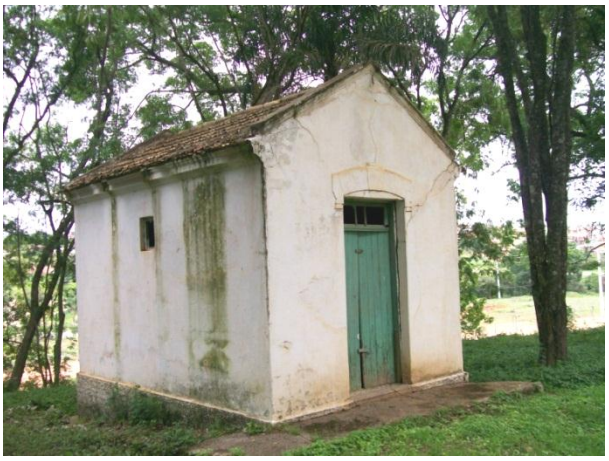
Fotos 125 a 126: Vista de estruturas de pedras próximo a Casa Grande da Fazenda Pilão d'Água no ano de 2005. Nota-se ao fundo uma casa (do caseiro) como referência. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 127 e 128: Vista da localização das estruturas de pedras (agora destruídas) da Fazenda Pilão d'Água no ano de 2007 (a casa ao fundo serve como referência). Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 129 e 130: Terraplanagem esquerda do salão de eventos com possíveis danos a linha de pedras das estruturas denominadas muro dos escravos. Segunda foto detalhe de blocos de rochas removidos. Situação em 20/11/2011. Muro Leste. Muro leste. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 131 e 132: Ambas as fotos apresentam a abertura de estrada próxima ao bairro Santa Maria para entrada na Fazenda Pilão d'Água. Prejuízo ao patrimônio arqueológico, pois o acesso realizado pela prefeitura destruiu "de novo" as estruturas de pedras que ainda não foram estudadas de forma integrada a história local. Situação 20/11/2011. Muro norte. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 133 e 134: Partes da estrutura de pedra onde se instalava o monjolo e moenda da Fazenda Pilão d'Água. Situação em 2006. Área sul da fazenda, cerva de 300 metros da sede da fazenda (Casa Grande). Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 135 e 136: Vista frontal e lateral da Capela em 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 137: Vista lateral do Casarão da Fazenda Pilão d'Água em 2011. Estrutura de alvenaria (varanda) e pedras de basalto são sobreposições de técnicas construtivas. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 138: Vista frontal da Casa Grande e rampa de acesso com muros da fazenda Pilão d'Água em 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 139 e 140: Núcleo de Solo Antropogênico ao lado da rampa de acesso da Casa Grande utilizado como horta. Na segunda foto fragmento de cerâmica cabocla identificada. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 141 e 142: Pedra de mó encontrada em uma das estruturas de pedras sobre postas da Fazenda e muro do lado sul no ano de 2001. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 143 e 144: Terreiro nos fundos da Casa Grande. Edifícios de oficinas de cerâmica e marcenaria instaladas em área histórica da Fazenda Pilão d'Água, dezembro de 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 145 e 146: Fotos parciais da exposição arqueológica e de antiguidades dos séculos XIX e XX. Exposição museológica da Prefeitura Municipal de Itapeva na Fazenda Pilão d'Água. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 147, 148 e 149: Tigela (a esquerda) e cuscuzeiros no início do século XX. Nota-se o último cuscuzeiro pintado de prata (tratamento inadequado). Exposição museológica da Prefeitura Municipal de Itapeva na Fazenda Pilão d'Água. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 150 e 151: Respectivamente apetrechos tropeiros (estribos, berrante, boleadeira, reio, guaiaca, formiga etc.) e bateias em estado precário. Exposição museológica da Prefeitura Municipal de Itapeva na Fazenda Pilão d'Água. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 152 e 153: Vista da área construída do Recanto Jorge Assumpção Schimidt. Observa-se a barragem da represa, salão de eventos no centro da foto e no alto Casa do Artesão. Terraplanagem à esquerda no alto. Segunda foto, Casa do Artesão vista lateralmente. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 154: Vista do Recanto Jorge Assumpção Schimidt e represa do Pilão d'Água em dezembro de 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 155 e 156: Respectivamente vasilhas dos municípios de Bom Sucesso de Itararé de Apiaí expostos na Casa do Artesão. Exposição para a venda em outubro de 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 157 e 158: Estátuas de barro queimado pintadas com temas relacionados à cultura negra e cristã. Exposição para venda na Casa do Artesão. Situação em outubro de 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Já descrita anteriormente, a Estação de Faxina Itapeva está em situação é muito grave (em ruínas) mesmo assim, é utilizada para educação patrimonial por vários segmentos da sociedade. Nas fotos 159 a 168, figuras 15 e 16 pode se observar como era e como está a Estação Faxina.

Foto 159: Estação Faxina em madeira no ano de 1909, antes da construção de Ramos de Azevedo. Foto: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

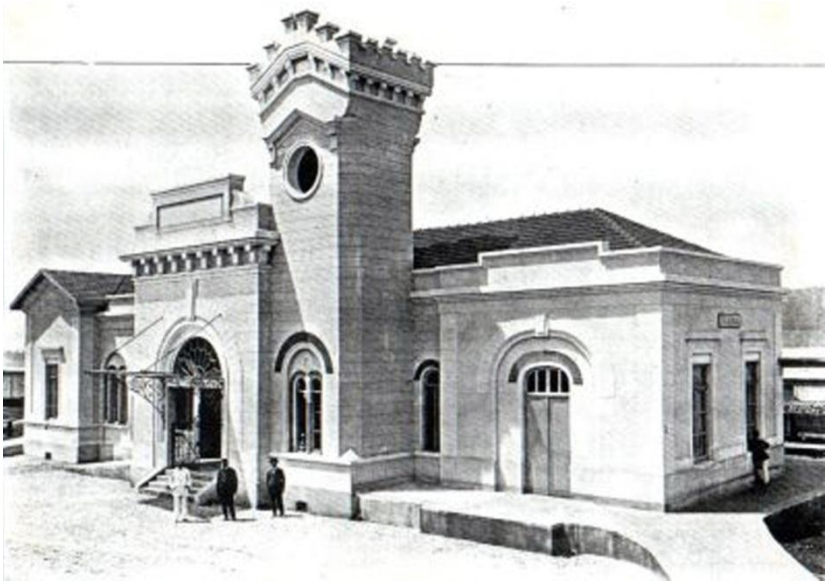


Foto 160: Estação Faxina. Foto da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimentos da Estrada de Ferro Sorocabana - Relatório apresentado pelo Engenheiro-Chefe Joaquim Huet de Bacellar em 31/01/1912. Extraído do acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 161: Estação Faxina. Foto da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimentos da Estrada de Ferro Sorocabana - Relatório apresentado pelo Engenheiro-Chefe Joaquim Huet de Bacellar em 31/01/1912 por volta de 1915. Extraído do acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

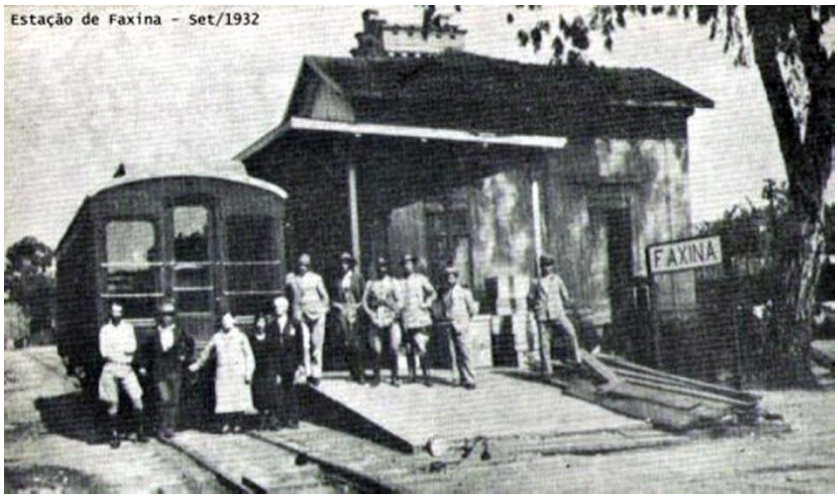


Foto 162: Estação Faxina em 1932. Foto: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

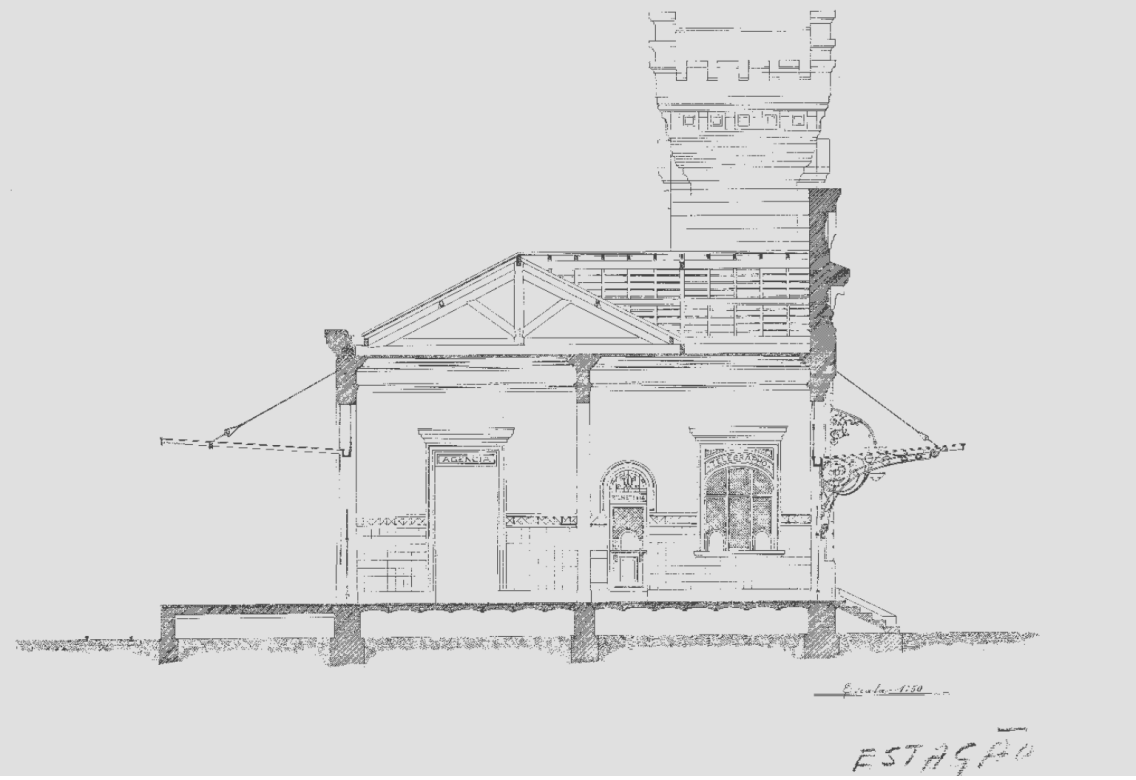


Figura 15: Planta da Estação Ferroviária de Faxina realizada por Ramos de Azevedo. Vista lateral. Disponível em <http://www.ihggi.org.br/conteudo/acervo/upload_documentoshistoricos/plantaEstacao_1.pdf> Acessado em: 21/11/2011.

Figura 16: Planta da Estação Ferroviária de Faxina realizada por Ramos de Azevedo. Vista frontal. Disponível em <http://www.ihggi.org.br/conteudo/acervo/upload _documentoshistoricos/plantaEstacao_1.pdf> Acessado em: 21/11/2011.

Foto 163: Estação Faxina (Itapeva) em novembro de 2011. Foto: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 164 e 165: Respectivamente Estação Ferroviária de Faxina (Itapeva) torre vista do saguão e saguão de entrada da estação em novembro de 2011. Fotos: Silvio A.C. Araújo

Fotos 166 e 167: Casas da vila do chefe e de operário da Estação Ferroviária de Faxina (Itapeva) em novembro de 2011. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Foto 168: Barracão de cargas da Estrada de Ferro Sorocabana de Faxina (Itapeva) em novembro de 2011. Foto: Silvio A.C. Araújo.

O Edifício da Avenida Coronel Acácio Piedade nº 657 é um Edifício público da 1ª República. Fotos 169 e 170.

A autoria do projeto arquitetônico é atribuída a Manuel Sabater e José Van Humbeeck. (CORRÊA, 1991) e sua construção data 1910 (BARROS, 1996, p. 25).

Em relação ao seu histórico e descrição, o edifício faz parte de um conjunto de projetos escolares estaduais, que datam de 1910. Esse conjunto ficou conhecido por - Tipo Faxina, pois Itapeva foi à primeira cidade onde o projeto foi construído (BARROS, 1996).

Seu porão foi concretado em uma das reformas por que passou, existem diversos documentos escolares que datam do final do século XIX até os dias

de hoje; são diários de classe, em sua maioria, mas também se encontram documentos, fotos, livros, móveis, moedas e utensílios antigos, usados durante o fim do século XIX e século XX.

No mês de maio de 2011, dos dias 16 a 22 houve exposição museológica denominada “História da educação em Itapeva” promovida pelas secretarias de Educação e de Cultura de Itapeva.

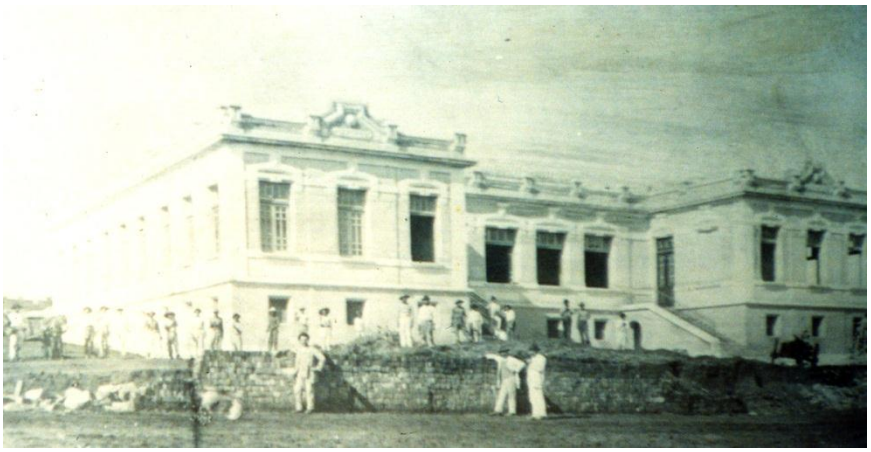


Foto 169: Escola Acácio Piedade (então Grupo Escolar Faxina) em fase de término (1910/1912). Foto: Acervo digital de Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 170: Escola Acácio Piedade em dezembro de 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

O edifício do 2º Fórum de Itapeva situa--se na Avenida José Ermírio de Moraes, nº 2682, centro. Fotos 171 e 172.

Segundo Barros (1996) o número de pavimento são dois, mais um porão, sendo construído de alvenaria (tijolos). Foi construído para abrigar o

segundo Fórum e cadeia pública. Apresentando bom estado de conservação sendo alteradas apenas algumas esquadrias.

Devido ao pouco estudo sobre o edifício, e material a disposição não foi possível levantar dados e informações exatas sobre sua construção, talvez, segundo informações orais entre as décadas de 1940/1950.

Foto 171: Antigo do Fórum “Desembargador Euclides de Campos em meados da década 1970. Abriga atualmente a Secional de Polícia Edifício praticamente intacto até hoje. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 172: Antigo edifício do Fórum “Desembargador Euclides de Campos” em meados no início da década 1980. Abriga atualmente a Secional de Polícia, edifício praticamente intacto até hoje. Foto: Silvio A. C. Araújo.

O Batalhão da Polícia Militar, já mencionado anteriormente tem suas paredes externas de alvenaria enquanto as paredes internas são compostas por taipa e existe grande possibilidade de material arqueológico adjacente nos

fundos, ainda que sua superfície seja praticamente toda lajotada e concretada[18]. Vide foto 173 do edifício em 2010.

Foto 173: 54º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Avenida Acácio Piedade, esquina com Rua Coronel Crescêncio em 2010. Foto: Acervo digital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

A Catedral de Santana foi construída no período colonial; vivenciou o início e fim do ciclo tropeiro (primeiramente como pequena Igreja).

Localizada na Praça Anchieta, área nuclear urbana, é um dos símbolos históricos da cidade de Itapeva. Sua construção em taipa de pilão foi iniciada em 1785 por escravos, ampliada em 1844, reformada por mais três vezes, de 1910 a 1927. Em 1924 as paredes de taipa foram revestidas com tijolos interna e externamente no final da década de 1960 e entre os anos de 1986 e 1992 foi reformada de modo que se encontra até hoje (PASTRO, 1992).

A torre esquerda foi concluída em 1881, enquanto a torre direita, na primeira década de século XX. Em 1911, as torres foram amarradas com ferragens, pois a segunda torre, a da direita, ameaçava cair por causa de um grande formigueiro de saúvas. Ainda hoje, a parte frontal da Catedral, do lado direito, apresenta trincas que vão desde o alto da torre até a base próxima à porta frontal. Provavelmente o tráfego veículos pesados na Rua Santana que passa do lado direito da Catedral e a fixação de dois sinos que foram chumbados com argamassa de concreto no alto da torre, provocando vibrações

[18] Observação realizada na década de 1990 onde se observou antiga prática de queimar lixo em manchas espalhadas pelos fundos (quintal).

na hora do toque, sejam fatores de agravamento do problema do formigueiro do início do século XX.

No ano de 2005 e novamente em 2010 foram realizadas pequenas reformas, inclusive com pintura, que mascarou estas trincas.

Segundo Pastro (1992), arquiteto que executou as obras de reforma e restauração é denominado Barroco Colonial Primitivo Tardio (PASTRO, 1992).

Do final do século XIX, na torre da direita está um relógio Collins S. De Wagner Horlorger – Mécanicien – Rue Montmartre, 118, Paris, France que teria chegado à Catedral por volta de 1898. Esse relógio necessita de manutenção, pois parafusos, porcas, arruelas e engrenagens estão desgastados ou faltando, sendo substituídos por arames. Não são raros os dias em que o relógio fica parado. Também há na Catedral uma imagem de Santana, vinda de Hamburgo, na Alemanha, no ano de 1898. Essa imagem é de pinho de riga policromada. Em suas paredes de taipa estão sepultadas pessoas que teriam sido benfeitoras, ou contribuído para a manutenção, ampliação e reformas do edifício. Desde o ano de 1852 a igreja deixa de funcionar como cemitério público, porém, apesar da várias reformas, são encontradas sete lápides em suas paredes que datam de 1887 a 1913, período aproximado em que foi construída a segunda torre. Segundo informações orais de membros da igreja, inicialmente esses benfeitores teriam sido enterrados no chão da Igreja e, mais tarde colocados nas paredes, talvez apenas às lápides. A integridade do edifício é boa. Vide fotos 174 a 178.

Fotos 174 e 175: Vista da Cateral de Santana em dezenbro de 2010 e final da década de 1980. Fotos: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

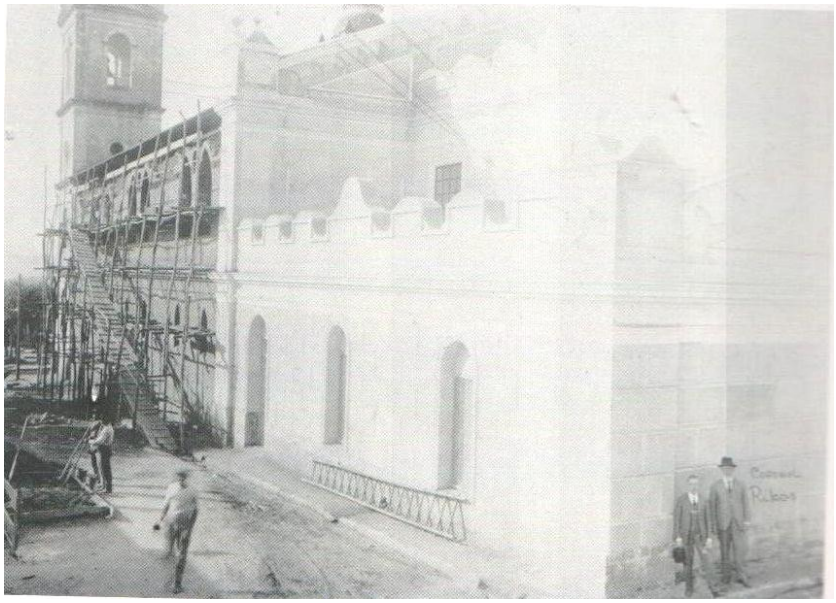


Foto 176: Catedral de Santana em reforma de sua Fachada (janelas e revestimento) no ano de 1925. Foto: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

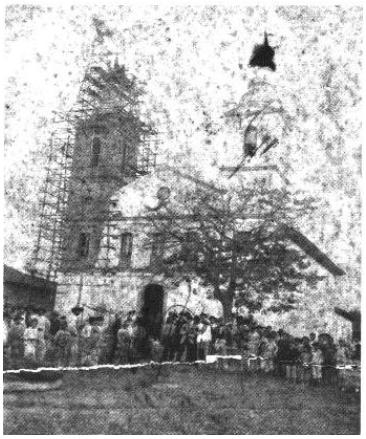


Foto 177 e 178: Catedral de Santana no ano de 1910 e em 1898 durante a construção da segunda torre. Fotos: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

Não se sabe exatamente a data de construção da Capela do Carmo, provavelmente anterior a 1871. Está situada dentro da propriedade do Asilo São Vicente de Paula e é uma das maiores atrações do *city tour* promovido pela Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva em seus projetos de Educação Patrimonial, mesmo que internamente muito alterada.

Porta uma torre com sino com óculo no frontão triangular e arco abatido na porta e em todas as janelas (BARROS, 1996). A capela no início e final do século XX e em 2011 pode ser observada nas fotos 179 a 181.

Fotos 179 e 180: Respectivamente Capela do Carmo por volta de 1927 e na década de 1990. Fotos: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo e Acervo digital da Secretaia Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 181: Capela do Carmo no ano de 2011, atrás do muro a direita da Capela está um cemitério antigo cemitério. Segundo mapa de Barbosa (1985), capela e cemitério estavam em uso em 1871. Foto: Silvio A. C. Araújo.

O Seminário Propedêutico é o bem patrimonial menos estudado dos edifícios relacionados pela Prefeitura Municipal de Itapeva como edifício histórico, construído em 1914, serviu de residência para clérigos durante boa parte do século XX. Hoje abriga Seminário Propedêutico da Igreja Católica Apostólica Romana. É um dos bens histórico-arquitetônicos mais preservados.

Porta em seus jardins e fundos um potencial imenso no que diz respeito à arqueologia histórica. Vide fotos 182 e 183.

Fotos 182 e 183: Respectivamente edifício do seminário propedêutico de Itapeva na década de 1980 em 1994. Fotos: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva de Itapeva.

4.7- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE ITARARÉ

Questões	1ª Entrevista realizada em 27 de julho de 2009 com a diretora do Departamento de Cultura do Município Ana Paula Veiga Fogaça. E 2ª entrevista em 22 de setembro de 2011 em entrevista com o Coordenador de Cultura Hélio Porto
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias? A que secretaria está subordinada?	Não é autônoma, o Departamento de Cultura está subordinado a Secretaria da Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Sim, uma sala no Centro Cultural João Benedito Martins Ramos localizado a Rua 15 de novembro nº 52 centro que foi ampliada sobre o segundo piso do Anfiteatro Sylvio Machado (mesmo endereço nos fundos)
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	1ª entrevista: sim, foram encontrados 5 mãos de pilão tipo bastão, 4 mãos de pilão tipo cônica, 1 almofariz, 3 virotes e 11 lâminas de machado. Além de pré-forma: 3 mão de pilão tipo bastão e 3 lâminas de machado e 8 fragmentos diversos de lâminas de machado. Também pertencem ao museu objetos históricos diversos desde uma coleção de estribos, munição da revolução de 1932, balança de vara entre outros objetos históricos que datam do século XIX. Ver fotos de 8 a 11. Também existe alguns artefatos relacionados com a Revolução de 1932 (munições, baioneta e utensílios)**.** Vide fotos 184 a 189. 2ª entrevista: continua o mesmo tanto de artefatos arqueológicos, mas com mais fotos e outros objetos históricos (não contabilizado). Segundo Heitor Porto é preciso estruturar a legislação sobre o Centro Cultural/Biblioteca/Museu local enquanto os trabalhos estão direcionados para o resgate e recuperação de fotos.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios	Sim, além da Lei Orgânica Municipal Artigo nº 204, § 9º - Dentro do que compete ao Município, como determinam os artigos 13, IX e 14, IV e o parágrafo 4º deste artigo,

históricos?	ficará proibida a alienação, demolição ou qualquer outro ato que retire as características estruturais e arquitetônicas do Viaduto da Rua 13 de Maio, marco da Estrada de Ferro Itararé-Fartura e o edifício que abriga as Estações Ferroviárias das antigas FEPASA – Ferrovia Paulista S/A e RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A. Existe um inventário que indica os "Bens de Interesse Histórico e Cultural do Município" com 101edifícios, Decreto Municipal nº 03 de 4 de fevereiro de 1999. Estes edifícios históricos podem portar bens arqueológicos como é o caso da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana e conjunto residencial próximo (não foi possível averiguar os outros bens indicados individualmente e possibilidades de portarem sítios arqueológicos).
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, existem colecionadores: Sr. Rui Furlani com artefatos da Revolução de 1932, telhas tipo Faxina das primeiras décadas do século XX, artefatos e livros da Estrada de Ferro Sorocabana. Também a família Jansson, herdeiros de Claro Gustavo Jansson com máquinas fotográficas antigas, filmes, fotos e outros materiais.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, está em implantação. Porém sem pessoal especializado.

Fotos 184 e 185: Vista parciais da exposição do novo museu de Itararé no ano de 2011. Observam-se fotos expostas próxima a janela na segunda foto. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 186 e 187: Coleção arqueológica com lâminas de machado, mãos de pilão e virotes, em seguida, estribos e silhões que vão do período escravista, tropeiro e primeiros anos de república. Fotos Silvio A. C. Araújo.

Fotos 188 e 189: Cápsulas de projéteis da Revolução de 1932 e vista parcial do antigo museu de Itararé no ano de 2008. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Dentre os edifícios considerados como bens de interesse histórico cultural do município, estão os edifícios – casas de antigos trabalhadores da FEPASA - Ferrovia Paulista Sociedade Anônima, e o próprio edifício da Estação que no passado pertenceu à Estrada de Ferro Sorocabana e RVPSC - Rede de Viação Paraná Santa Catarina.

A respeito dos edifícios, as antigas casas dos moradores, estas foram alteradas e poucas estão preservadas. Já a própria estação ferroviária está em razoável (entre bom e regular) estado de conservação externo nos seus cem anos de existência, porém, é subaproveitada, pois estão locados nela a guarda municipal, departamento de trânsito e seu depósito.

Seria um ótimo o local para um museu, lugar para ensinar e atração turística devido a suas características - pouco alteradas como à mais de 100 anos atrás, sua ambiência remete ao início do século XX. Ver fotos 190 a 196.

Fotos 190: Frente da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana em Itararé, tronco Itararé-Uruguai no ano de 2011. (atualmente desativado) Foto: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 191: Fundos da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, tronco Itararé-Uruguai no ano de 2011. Foto: Silvio A.C. Araújo.

Foto 192: Frente/lateral da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, tronco Itararé-Uruguai no ano de 2011. Foto: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 193 e 194: Detalhes de sobrados que compõe a Estação de Itararé: edifícios da Estrada de Ferro Sorocabana – EFS e Rede Viária Paraná Santa Catarina - RVPSC, tronco Itararé-Uruguai no ano de 2011. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 195 e 196: Detalhes da entrada da frente/lateral da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, tronco Itararé-Uruguai no ano de 2011. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Segundo a Sra. Noemi Corrêa, funcionária do município de Itararé, o benfeitor do espaço museológico local é o Sr. Gilberto Côrtes, comerciante local.

Em entrevista com Sr. Gilberto Cortes, o mesmo relatou que tinha uma das maiores coleções particulares de artefatos arqueológicos do Brasil, chegando a ter 378 artefatos encontrados no alto Paranapanema, entre: mãos de pilão, lâminas de machados inclusive semilunar, virotes entre outros e que a vendeu ao Sr. Gui-Christian Collet da Sociedade Brasileira de Espeleologia na década de 1960.

Segundo Cortes, tivera contato com vários arqueólogos das antigas como Igor Chmyz, Luciana Pallestrini, Silvia Maranca, André Prous entre outros que já não se lembra mais.

Em Itararé, um acervo particular que chamou a atenção foi o da Família Jansson, herdeiros de Claro Gustavo Jansson, nascido em 4 de abril de 1877 em Hedemora, uma pequena cidade da Suécia.

Após completar nove anos e perder a mãe, Claro Gustavo Jansson, vem com sua família para o Brasil, mais especificamente Jaguaraíva no Paraná, onde se estabeleceram.

Participou da Revolução Federalista de 1893, casou-se duas vezes e teve vários ofícios.

Em 1906 encomenda um “aparelho” para tirar fotos e se transforma em um dos mais importantes documentaristas fotográficos dos locais por onde passa, em especial, do Estado do Paraná e Sudoeste Paulista.

Utilizando a fotografia estereoscópica, que tinha efeito tridimensional, fotografou vários momentos históricos, entre eles:

A Guerra do Contestado em União da Vitória no Paraná, registrando os dois lados do conflito;

A Revolução de 1924 onde flagrou combate entre os agrupamentos paulistas e as tropas legalistas;

A passagem do então presidente Getúlio Vargas por Itararé, em 28 de outubro de 1930;

Acontecimentos relacionados à Revolução Constitucionalista de 1932 com várias fotos históricas que até hoje se apresentam em livros didáticos de história.

Parte do acervo fotográfico da família Jansson já foi apresentado em livro com o título “Claro Jansson o fotógrafo viajante” de autoria de Vito D’Alessio Neto pela Editora Dialeto – Latin American Documentary (D’ALESSIO, 2003).

Uma exposição na cidade de São Paulo em 2004 foi realizada, expondo aparelhos e objetos de uso cotidiano do fotógrafo e algumas de suas fotos principais foram expostas, porém os próprios cidadãos do município de Itararé não tiveram tal privilégio, apenas uma pequena parte da exposição foi apresentada de forma temporária.

Em entrevista no dia 03 de agosto de 2009 com Jandira Pinheiro Jansson, neta de Claro Gustavo Jansson, esta relata que em 2004, sua família e Vito D'Alessio propuseram aos gestores do município a abertura de uma exposição permanente e completa tal como ocorreu em São Paulo, inclusive com doação de fotos ampliadas e painéis utilizados na comunicação da exposição na capital, mas não obtiveram resposta.

A família aguarda da Prefeitura Municipal de Itararé um espaço digno para obra de Claro, onde cópias de fotos e objetos de uso pessoal do início do século XX possam ser expostas de forma digna e com segurança. Parte do acervo de máquinas de Claro Jansson pode ser vista nas fotos 197 e 198.

Foto 197 e 198: Parte do equipamento fotográfico de Claro Gustavo Jansson. Fotos: Jandira Jansson.

Um segundo acervo, mais diversificado, é do Sr. Rui Furllani. Em sua residência[19] na região limítrofe urbano-rural encontra-se cem telhas com o nome Faxina (foto 199) em seu quintal, antigo nome do município de Itapeva, feitas provavelmente nas duas primeiras década do século XX quando o município de Itapeva se chamava Itapeva da Faxina. Dormentes e algumas ferragens relacionadas à estrada de Ferro Sorocabana foram notados espalhados pelo quintal.

Também são de posse objetos diversos como capacetes da Revolução Constitucionalista de 1932, malas, roupas, revistas e jornais que remontam às décadas de 1920 a 1970. No dia 22 de setembro de 2011 o Sr. Rui Furllani disse estar doando seu acervo ao Centro Cultural/Museu.

[19]Coordenada UTM 22J 668426/7331314.

Foto 199: Sr. Rui Furllani segurando telha de Francisco Furnkranz de Faxina do início do século XX.

Muitos dos objetos do Sr. Rui estão relacionados à Estrada de Ferro Sorocabana, além de algumas fotos antigas da cidade de Itararé de Claro Jansson.

Através dos agentes locais entrevistados Srs. Rui Furllani, Hélio Porto e Noêmi Corrêa houve duas indicações de locais muito interessantes para a arqueologia histórica que mereceram investigações, são o Bairro Velho onde teria iniciado o assentamento da atual cidade de Itararé, antes de sua fundação oficial e a Fazenda Morungava relacionada ao ciclo tropeiro no município vizinho paranaense de Sengés.

Segundo as informações no Bairro Velho (indicado como primeiro assentamento antigo de Itararé) existiria ainda uma antiga capela do início da colonização local (por volta de 1720) que, após informações orais foi encontrada.

De acordo com depoimentos de moradores do referido bairro trata-se da primeira capela da cidade, porém, parece ser construída de tijolos e totalmente alterada em alvenaria.

Não foi possível comprovar a antiguidade da Capela, ao contrário parece de construção recente, no entanto segundo as fiéis, a cruz do altar existente no seu interior teria a idade de sua formação (constitui-se a Santa Cruz, assim denominada pela comunidade, uma vara (vertical) de madeira de lei ao natural

com uma travessa (horizontal) de madeira lavrada na forma retangular, talvez feita no facão ou enxó. A altura é 2,2 metros aproximadamente.

Inicialmente a Santa Cruz estaria do lado de fora da antiga Capela e foi recolhida, reformada a pouco tempo).

Segundo a Zeladora Ivanilda Prado e a Coordenadora de Comunidade Católica Sandra Mara Silva Soares, ali seria a primeira ou uma das primeiras Capelas de Itararé - hoje é denominada Capela de Santa Cruz e está localizada na Rua Santa Cruz nº 311, UTM 22 J 0668121/7331511.

A Rua Santa Cruz, que passa em frente a referida Capela seria no passado rota tropeira para atravessar o rio Itararé e, de lá para o Sul do país, coincidentemente pela rua Santa Cruz se pode atravessar a barreira do rio Itararé para o Paraná (havendo possibilidades de ser um antigo trajeto). Vide fotos 202 a 204, ponte da barreira sobre o rio Itararé

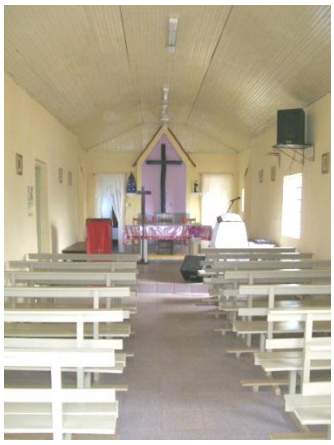
Segundo a historiadora local Eunice Brito Tatit "*o Bairro Velho serviu de pouso aos Bandeirantes e, depois aos tropeiros; era um dos muitos pousos existentes desde Sorocaba a Lages"* (TATIT, 1989, p. 17).

Em prospecção ao redor da referida Capela do Bairro Velho foi possível notar fragmentos de vidro e louça branca encrustradas ao solo (material não retirado) provavelmente do século XX.

Alguns metros atrás da capela, existem um poço abandonado, uma plataforma da Estrada de Ferro Sorocabana construída para carregamento de madeira por uma empresa que funcionou até a década de 1970. Não foi possível prospectar o bairro inteiro que é relativamente grande, certamente, mais de 100 hectares e com muita pastagem com baixa visibilidade da superfície. Existe também alguns lotes construídos, cercados e chácaras.

Enfim, apesar de não encontrado nenhum vestígio arqueológico que remeta aos séculos XVIII ou XIX, vale notar neste trabalho que segundo as fiéis os agentes locais[20]e a história da cidade, pelo Bairro Velho passavam bandeirantes e as tropas vindas do Sul. Vide fotos 200 e 204.

[20]Para o Sr. Hélio Porto é difícil saber com exatidão onde a Capela estaria no Bairro Velho, sendo a atual Capela construída nas proximidades da antiga.



Fotos 200 e 201: Respectivamente dentro e fora da Capela Santa Cruz. Proximidades do primeiro núcleo urbano de Itararé. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 202: Ponte da barreira sobre o rio Itararé em 2011.

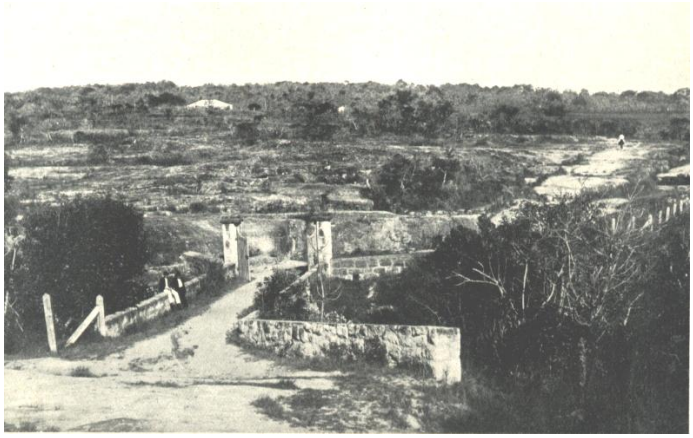


Foto 203: Ponte da barreira sobre o rio Itararé. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Foto 204: Ponte da barreira sobre o rio Itararé em 1930. Foto: Claro Jansson.

A segunda informação indicada pelos informantes locais, Fazenda Morungava no município de Sengés, cerca de 10 km de Itararé, ainda que fora da área de estudo, inclusive fora do estado, também é muito citada no discurso sobre a história local dos Itarareenses.

De propriedade de Reinaldo Rodrigues da Silva e família a Fazenda Morungava hoje é chamada de Santa Gil.

A Fazenda seria um ponto de parada dos tropeiros tal como Itapeva, Castro, Itapetininga e outras paradas ou pousos.

Na sede (UTM 22J 662439/7331128), foi possível observar um retângulo de pedras sobrepostas com argamassa de terra formando “muros”, terra de cupinzeiros segundo o proprietário.

Os muros que envolvem parte da sede tem cerca de 1,2 metro de altura aproximadamente, mas, ao contrário da Fazenda Pilão d’Água, na qual os muros parecem formar piquetes/glebas para os animais trazidos do sul, os muros da Fazenda Morungava formam um retângulo (não medido) envolvendo parte da sede, que é de construção mais recente em tijolos, mas, segundo o proprietario, é a mesma localização da antiga Casa Grande.

Apesar da grama do jardim cobrir 95% do solo, foi possível notar núcleos de solo antropogênico ao redor e dentro da área murada, fragmentos de telhas tipo colonial, linhas e piso de pedras.

A fazenda porta vários elementos arqueológicos dos cenários de ocupação humana, pois segundo o proprietário, existem pinturas rupestres nas

rochas no fundo da fazenda. Existem fotos de Claro Jansson sobre a Revolução de 1930 (mas é preciso averiguarr a data) além de artefatos encontrados ali de divesrsas origens.

As agências de turismo enfocam no ecoturismo, conforme anteriormente citado.

A Fazenda Morungava/Santa Gil desenvolve o turimo rural com passeios a cavalo, visitas a cachoeiras e ambientes naturais, esportes e sítios arqueológicos[21].

4.8- QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE NOVA CAMPINA

Questões	Entrevista realizada em 27/05/11 com, chefe do Departamento de Cultura Priscila Held
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que secretaria está subordinada?	Não é autônomo, o Departamento de Cultura é subordinado a Secretaria Municipal de Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Sim, Lei Orgânica Municipal atenta a preservação do patrimônio cultural forma abrangente, Artigo 161 a 162..
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, uma pequena coleção arqueológica particular pertencente à família Braatz Moura já apresentada por Araújo (1995) que contempla entre outros artefatos, mãos de pilão inteiras e fragmentadas e lâminas de machadinhas.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não, porém, a Lei Municipal nº 592 de 11 de março de 2009 dispõe sobre a criação do Centro Cultural Antônio marcos de Oliveira – Marquinho" que tem entre seus objetivos Recolher, conservar e disponibilizar fotos, textos, documentários, peças históricas, documentos e objetos que digam respeito a história e cultura da cidade de Nova Campina.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, denominado "Projeto Monumento Natural Estromatólito de Nova Campina: proposta de proteção, conservação e utilização em educação ambiental e turismo" (parceria IGC/USP com prefeitura Municipal)

[21] De acordo com prospectivo/folder da Fazenda Santa Gil.

	aproveitando a paisagem dos canhões, estromatólitos, cachoeiras e matas locais.

O “Projeto Monumento Natural Estromatólito de Nova Campina: proposta de proteção, conservação e utilização em educação ambiental e turismo” é proposta de geólogos do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo. É um projeto de desenvolvimento humano e ambiental a partir de estromatólitos que são estruturas biosedimentares produzidas por uma mescla de processos sedimentológicos e biológicos, resultantes da interação de comunidades microbianas bentônicas (principalmente de cianobactérias e bactérias) (FAIRCHILD & SALLUM FILHO, 2004, p.79).

Esse projeto tem origem nos trabalhos realizados por Fernando Flávio Marques de Almeida. Como em tantos outros aspectos da geologia brasileira ele também foi pioneiro no reconhecimento e estudo de fósseis pré-cambrianos brasileiros.

Em 1944, ao identificar estromatólitos em metacalcários ao sul de Itapeva, hoje município de Nova Campina, os designou *Collenia itapevensis*. Vide fotos 21e 22.

Almeida (1944) registrou pela primeira vez na América Latina, essa categoria de fóssil, interpretando corretamente sua origem microbiana e seu significado paleoambiental, e reconhecendo ainda, sua idade pré-cambriana.

A *Collenia itapevensis* foi, portanto, o primeiro fóssil pré-cambriano descoberto no Brasil (FAIRCHILD & SALLUM FILHO, 2004, p.178).

Segundo Fairchild e Sallun Filho (2005, p.27), muitos dos locais descritos por Almeida ainda existem, mas o avanço da mineração de calcário para cal e cimento tem destruído áreas onde ocorrem os estromatólitos.

Então, a idéia da demarcação de um sítio geológico caberia perfeitamente num município que busca a sustentabilidade através de atrativos turísticos, além do mais, o local se torna objeto de educação ambiental.

O “Projeto Monumento Natural Estromatólito de Nova Campina: proposta de proteção, conservação e utilização em educação ambiental e turismo” é assinado pelos geólogos: Thomas Rich Fairchild, Willian Sallun Filho e Alethéa Ernandes Martins Sallun.

O monumento Natural proposto, localiza-se na Estrada Municipal Itapeva rumo a Fábrica do Grupo Orsa, a cerca de 3,5 km a sul do centro da cidade de Nova Campina. A localidade principal do afloramento fóssil situa-se nas coordenadas UTM 711088/7327092.

Nas fotos 205 a 208 é possível observar imagens de estromatólitos de Nova Campina e Itapeva[22].

Atualmente a área de ocorrência desse Monumento Natural está englobada em requerimento de lavra para calcário dolomítico (Cód 820539) de 1980, perfazendo 254 hectares, em nome de Plácido Transportes Ltda; e requerimento de lavra para filito (Cod. 820144) de 1994 perfazendo 999 hectares, em nome de Cézar Bastos Gomes, atualmente disponível.

Fotos 205 a 208: Estromatólitos encontrados em Itapeva e Nova Campina que estão expostos na Escola Técnica Estadual Dr. Demétrio Azevedo Júnior. Foto: Silvio A. C. Araújo.

A coleção da Fazenda Betânia está no bairro de mesmo nome no Município de Nova Campina.

[22] Os testemunhos de estromatólitos estão na frente da Escola Técnica Estadual Demétrio Azevedo a Júnior.

A propriedade é pertencente de Nilda Braatz Moura. A coordenada UTM 22J 710600/7338672. Segundo a proprietária já recebeu na propriedade escolas de Itapeva e Nova Campina para educação ambiental e patrimonial, além de alguns arqueólogos e, que já está em andamento à implantação de um projeto de turismo para a propriedade e a coleção arqueológica será um dos muitos atrativos**.** Vide fotos 209 e 210.

Fotos 209 e 210: Coleção de artefatos arqueológicos da família Braatz Moura do município de Nova Campina. Fotos: Silvio A. C. Araújo

O “Projeto Monumento Natural Estromatólito de Nova Campina: proposta de proteção, conservação e utilização em educação ambiental e turismo” (parceria IGC/USP com prefeitura Municipal) quer aproveitar a paisagem dos canhões, estromatólitos, cachoeiras e matas locais como atrativo e base para educação. Vide fotos 211 e 212 de algumas das dezenas de cachoeiras de Nova Campina.

Fotos 211 e 212: Respectivamente cachoeiras no rio Taquari-Guaçu e da chácara Betânia, córrego do Chiqueiro. Fotos: Priscila Held e Silvio A. C. Araújo.

4.9- QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE RIBEIRÃO BRANCO

Questões	Entrevista realizada em 27/05/11 com, Chefe da Diretoria Municipal de Cultura João Luiz R. Ubaldo
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que secretaria está subordinada?	Não é autônomo, o Departamento de Cultura é subordinado a Secretaria Municipal de Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Não foi possível ter acesso a Lei Orgânica Municipal, apesar do protocolo realizado em 17 de agosto de 2010 e três visitas a prefeitura municipal.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Não.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, mas não tem um plano elaborado.

O patrimônio arqueológico local existente está sob guarda da Universidade de São Paulo no Centro Regional de Arqueologia Ambiental de Piraju. Foram observados no centro da pequena cidade, alguns edifícios antigos em bom estado de conservação e com poucas alteraçãoes próximos a área central da cidade. Vide fotos 213 e 214.

Alguns municipes são cientes que existe material arqueológico local em reservas técnicas da Universidade de São Paulo, pois já tiveram contato com arqueólogos em estudo.

Outro ponto importante a ressaltar é a ação de integrantes do Diretoria de Cultura, (equipe) que buscam levantar dados e informações sobre a história do município bem como sua evolução urbana, tendo em posse algumas documentos, fotos e cópias jornais e leis do final do século XIX e início do

século XX. No futuro próximo espera-se unir forças com outras instituições afim de escrever um livro/revista ou cartilha sobre a cidade.

Em relação ao estabelecimento de um museu, Sr. Diretor de Cultura diz ser inviável no momento para a cidade devido à necessidade de profissionais como museólogos e educadores especializados, assim como, a dificuldade no trâmite da documentação (diz ter dificuldaes no cadastramento no IBRAM do centro Cultural local onde existe uma biblioteca, alguns poucos documentos históricos e um centro de informática).

De acordo com informações orais alguns dos edifícios mais antigos da cidade das década de 1900 a 1930 estão na rua Coronel Joaquim Machado. Existem alguns quintais de terra batida que segundo moradores antigos se queimava lixo quando não existia coleta, antes da década de 1950 o que pode levar a lixo doméstico de períodos mais antigos.

Fotos 213 e 214: Rua Coronel Joaquim Machado, um dos núcleos urbano mais antigo identificado em Ribeirão Branco. Foto: Silvio A. C. Araújo.

4.10- QUESTIONÁRIOS PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE RIBEIRÃO GRANDE

Questões	1ª entrevista realizada em 2 de maio de 2011 com Renata Fernandes do Departamento de Cultura do Município e 2ª entrevista realizada em 22 de setembro de 2011 com Rubens de Lima Coordenador de Turismo
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que secretaria está subordinada?	Não é autônomo, o Departamento de Cultura é subordinado a Secretaria Municipal de Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O	Sim, dois. O Parque Estadual Intervales (concepção de Unidade de Conservação) e a Casa Grande que funciona

que está exposto?	como centro de atividades socioculturais e museu.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Sim, muitos. Pontas de projéteis de caçadores coletores, artefatos da Revolução de 1932, panelas e vasilhas de barro caboclas e de metal, além da Casa Grande e Encanados que por si só são bens arqueológicos.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Apenas a Lei Orgânica Municipal (1993). Artigos 185 a 188 atentam a preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, paisagístico, ecológico, paleontológico e artístico de forma abrangente. Estão em andamento leis de proteção aos Encanados e a Casa Grande
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, existem dois colecionadores de artefatos indígenas pontas de projéteis e que portam pelo menos 150 artefatos juntos. Segundo o professor Emmanuel Sócrates (uma liderança local) enquanto um dos colecionadores gostaria de doar seu acervo a prefeitura (Professor Laércio), porém não o faz por não ser um museu oficializado. Já o segundo colecionador diz ter interesse na venda de sua coleção - (recomendei ao professor que informe e advirta o colecionador que é proibida tal prática por leis federais, ou seja, é crime). O IDEAS - Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável é uma ONG local fundada em 2006 trabalha com práticas de Educação Ambiental, Agroecologia e Reposição de Mata Nativa além do Turismo Sustentável com a elaboração de roteiros turísticos envolvendo os Encanados – não operacionalizados. Também é atuante o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Conselho Municipal de Turismo com reuniões periódicas.
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, através de duas situações diferentes: melhorias nos atrativos na Casa Grande com material arqueológico fruto de pesquisas acadêmicas e de arqueologia preventiva. Também se considera a hipótese de museus a céu aberto em áreas de mata atlântica preservada onde ocorrem sítios arqueológicos históricos por meio de projetos socioambientais e turísticos.

O acervo dos colecinadores, ainda que fora de contexto quanto à procedência exata, poderiam compor uma coleção tipo da área das nascentes do Paranapanema e servir como bens referênciais/instrumentos de educação para estudantes do município e turistas.

As fotos 215 a 218 mostra uma parcela de coleções particulares de Ribeirão Grande.

Fotos 215 A 218: Partes de coleções de artefatos arqueológicos de Ribeirão Grande. Raspadores, pontas de projéteis, mão de pilão e fragmento de cerâmica. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Segundo a turismóloga Cristina Beatriz da Cruz, coordenadora da Rede para Sustentabilidades do IDEAS, existem 5 opções de roteiros envolvendo os "encanados": a Casa Grande, produtores de cachaça e artesãos e Parque Intervales, mas não são operacionalizados em conjunto no momento.

A Casa Grande (UTM 22J 0767204/7331269) é uma casa de taipa de sopapo com treliças amarrada com cipós e telhas tipo colonial (capa e calha) feitas em forma e manualmente. O telhado foi reformado utilizando-se cipó varas de madeiras nativas e eucaliptos.

Nos fundos da casa foram observados fragmentos das referidas telhas, sendo também notado nas proximidades a existência de um pequeno "cemitério de crianças[23]" que está em desuso. Segundo informações de Iolanda Guimarães colaboradora da Casa Grande, ali existia uma pequena capela.

O pequeno cemitério está sendo coberto por movimento de terra de origem antrópica (terraceamentos para construção de novas casas vizinhas

[23] Cemitério utilizado somente para crianças. Segundo uma pintura, tela feita a óleo em 1929 da Casa Grande pelo professor Juvenal Paiva Pereira, então professor do pequeno colégio local, o atual "cemitério de anjos" estaria próximo a uma pequenina capela.

com altura de até dois metros em relação á superfície atual) além de uma erosão no terreno nos fundos.

Neste pequeno cemitério foi observado fragmentos de telhas coloniais, provavelmente da antiga capela que existia ali. Vide foto 232.

A Casa Grande de Ribeirão Grande está rodeada por lajotas (calçamento de concreto encaixado), o que de certa maneira contribui para a preservação do matriz arqueológica local além de facilitar futuras escavações, pois, existe interesse local em saber as origens da Casa Grande quanto ao ciclo regional que a criou: ciclo prospectivo/minerário do ouro relacionado aos "encanados" dos séculos XVI ao XVIII ou ciclo do tropeirismo XVIII e XIX.

A Casa Grande é um local multiuso comunitário onde estão expostos os bens arqueológicos e lá ocorre, frequentemente, rodas de causos, apresentação de grupos de dança, oficinas de identidade cultural e fortalecimento da cidadania, apresentação de músicas raízes, "jantares" com comidas típicas do município, eventos e outras manifestações tradições culturais locais além de atividades de organização social, trabalhos escolares, reuniões de grupos de jovens e de participação coletiva[24].

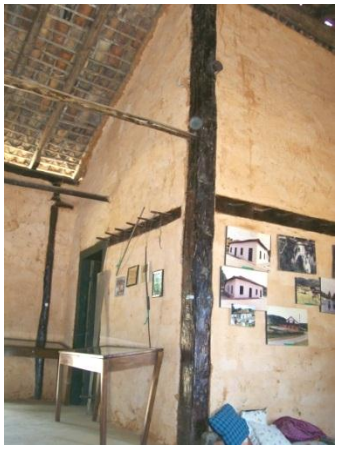
Literalmente é uma Casa Viva, acreditamos ser por isso estar em pé e conservada. Vide fotos 219 a 232.

Também foi notado algumas casas na área central da pequena cidade que podem evidenciar sítios arqueológicos históricos, vide foto 233.

Foto 219: Vista frontal da Casa Grande em Ribeirão Grande em 2011 onde situa-se o Centro Cultural local. Foto: Silvio A.C. Araùjo.

[24] Informações fornecidas pelo Coordenador de Cultura Rubens Lima.

Foto 220: Vista dos fundos da Casa Grande em Ribeirão Grande em 2011. Foto: Silvio A.C. Araújo.



Fotos 221 e 222: Vista interna da Casa Grande (esteio central) e detalhe do telhado em 2011. Fotos: Silvio A.C. Araùjo.

Fotos 223 e 224: Fragmentos de telhas coloniais sob a raíz de uma pitangueira e divisa de terreno no fundo da Casa Grande. Ribeirão Grande em 2011. Fotos: Silvio A.C. Araùjo.

Foto 225: Artefatos diversos em exposição na Casa Grande de Ribeirão Grande. Pontas de projéteis, mão de pilão, berrantes, armas de fogo e apitos de caça, ossos de animais etc. Colaboração encarregada do Centro Cultural Sra. Iolanda Guimarães. Foto Silvio A.C. Araújo.

Fotos 226 e 227: Artefatos de uso doméstico de cerâmica (potes para e água e panelas) e de madeira (pilão e gamela). Fotos Silvio A.C. Araújo.

Fotos 228 e 229: Respectivamente trabalhos escolares expostos sobre a origem de Ribeirão Grande (Casa Grande). Segunda foto panelas, bules e chaleiras de ferro, nota-se a esquerda grande tacho de ferro para beneficiar farinha de mandioca e outros produtos agrícolas. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 230 e 231: Primeira, foto instrumentos musicais junto a fotos históricas da banda da cidade. Na segunda foto televisores antigos e órgão de pedal. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 232 e 233: Na primeira foto (muro branco) cemitério de crianças onde existia uma antiga capela. Na segunda foto casa com telhas coloniais (capa e calha) no centro da cidade de Ribeirão Grande. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Em relação aos “encanados”, o discurso local dos agentes entrevistados[25] é que estes foram construídos por Jesuítas nos primeiros séculos do Brasil colônia, argumentando-se a inexistência de população de origem africana nas proximidades.

Em contraponto, não se pode, até o momento chegar a essa conclusão por via histórica ou arqueológica. Estudos arqueológicos podem contribuir enormemente para a questão.

Como relatado no histórico regional anteriormente, os “encanados” estão relacionados ao ciclo regional do ouro do vale do rio Ribeira de Iguape iniciado nos séculos XVI e XVII, que chega a Apiaí, Guapiara e adjacências por volta do início do século XVIII. O caminho para as minas do Ribeira, Paranapanema e

[25] Professor Emmanuel Sócrates, coordenador de turismo Rubens Lima e turismóloga Cristina Beatriz da Cruz, coordenadores municipais Renata Fernandes e Rubens Lima.

Apiaí por sua vez, vão se interligar com o caminho para o Sul, Sorocaba e outras regiões.

Algumas hipóteses podem ser testadas sobre os “encanados”. A primeira delas baseia-se na constatação de que as populações negras estão sim presentes na história dos encanados e, como testemunho vivo, temos os quilombos no vale do rio Ribeira de Iguape, mais especificamente no trecho entre Iporanga e Eldorado.

Para sustentar esta primeira hipótese, se recorre a três aspectos importantes da história:

O primeiro aspecto refere-se à descoberta de ouro em Minas Gerais e adjacências no fim do século XVII e início do século XVIII. Assim, começa a migração de paulistas para a região das Minas Gerais. Essa migração esvazia rapidamente o alto Paranapanema e o médio Ribeira de Iguape, com depósitos quase exauridos e/ou de pequena escala já em meados do século XVIII.

Então, o Paranapanema superior e Ribeira passam de áreas importantes nos séculos XVI e XVII, freqüentadas por colonos e mineradores para áreas periféricas, esquecidas devido à descoberta de ouro nas Minas Gerais a partir de meados e final do século XVIII.

Um segundo elemento/aspecto que pode levar a compreensão da existência dos “encanados” é a população indígena e africana no vale do rio Ribeira que trabalhava nas minerações que vão formar os primeiros quilombos, por exemplo: entre Iporanga e Eldorado.

De acordo com Lurdes Carril, no século XVI não era incomum a existência concomitante de escravos negros e indígenas nas expedições que partiam para explorar o interior de São Paulo (CARRIL, 1995, p. 72). Segundo a pesquisadora, os diversos bairros rurais negros existentes hoje na região do Vale do Ribeira formaram-se pela libertação, simples abandono de cativos após a decadência da atividade mineradora ou ainda pela fixação de escravos em situação de fuga.

É no trecho do rio Ribeira de Iguape entre Iporanga/Eldorado é que encontramos, hoje, vários quilombos reconhecidos pelo ITESP Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

De acordo com o ITESP, “*com a descoberta de ouro nas Minas Gerais durante o século XVIII, a região (Registro, Eldorado, Apiaí, Iporanga) perdia*

sua privilegiada posição no cenário nacional em relação à produção de minérios" (ITESP, 2000, p.85).

Complementando este aspecto, a atual cidade de Ribeirão Grande dista cerca de 60 quilômetros do eixo formado pelo rio Ribeira de Iguape entre as cidades de Iporanga e Eldorado (antiga Xiririca). É neste eixo Iporanga/Eldorado, nas margens e afluentes do Ribeira, que estão algumas das mais importantes comunidades quilombolas da região. Situam-se nesse eixo, por exemplo, os quilombos do Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, André Lopes, Maria Rosa, Pilões, Praia Grande, Porto Velho, Nhunguara, São Pedro entre outras mais apontadas para reconhecimento e estudos pelo ITESP[26].

De acordo com Deborah Stucchi e equipe (1998 *apud* CARRIL 1995), é possível resumir alguns tópicos importantes para a contextualização histórica da área, visando compreender a ocupação negra no vale do rio Ribeira de Iguape:

> 1. O vale do rio Ribeira de Iguape já era habitado por populações indígenas no período pré-colombiano, constituindo-se em área de passagem para aqueles que, no inverno, desciam do planalto em direção ao litoral em busca da pesca.
> 2. As populações indígenas tiveram grande importância na dinâmica da formação dos contingentes populacionais do Vale e aparecem como importante referência nas narrativas sobre a origem das comunidades negras da região.
> 3. Após o início da colonização portuguesa, a região ao longo do rio Pardo, com uma formação geográfica que torna o acesso extremamente difícil, constituiu-se em importante área de refúgio para as populações originais e também para os indígenas fugitivos que chegavam de Cananéia e da Ilha do Cardoso.
> 4. A constituição geográfica do Vale do Ribeira, com áreas protegidas pelas serras e inúmeros rios de navegação perigosa, atraiu para a região populações indígenas perseguidas pelo bandeirantismo escravagista.

[26] Disponível em <www.Itesp.sp.gov.br/br/info/publicações/boletim36> Acesso em: 25/09/2011.

> 5. O processo de expulsão dos índios no litoral do Vale do Ribeira começou logo nas primeiras décadas do século XVI, considerando que a disputa por novas terras, iniciada por Portugal e Espanha, motivou o apossamento precoce de áreas contíguas ao litoral. A ilha de Cananéia, palco dessas primeiras disputas, fundada por um espanhol refugiado e povoada por portugueses, foi o primeiro porto da capitania de São Vicente, fundada após a chegada da esquadra de Martim Afonso de Souza em 1531.
> 6. Desde o século XVI, Cananéia e Iguape funcionaram como "cabeças de ponte" para a penetração de mineradores em direção ao interior do Vale do Ribeira, sendo que os primeiros núcleos de povoamento rio acima foram **Ivaporunduva, Xiririca (atual Eldorado), Iporanga, Apiaí e Paranapanema.**
> 7. A mineração nessa região esteve apoiada na mão-de-obra do escravo negro, que começou a ser introduzida ainda no século XVI com as bandeiras de mineração que partiam do litoral sul de São Paulo em direção ao interior do Vale. Contudo, foi a partir de meados do século XVII que as incursões para o interior da região, via rio Ribeira de Iguape, tornaram-se mais freqüentes.
> 8. Embora tenha perdurado até meados do século XIX, quando se esgotaram os últimos depósitos de ouro de aluvião conhecidos, a atividade mineradora na região entrou em descenso no século XVIII, época da descoberta das jazidas de Minas Gerais, para onde afluíram grandes contingentes de mineradores com seus plantéis de escravos.
> 9. Na primeira década do século XIX, especialmente após a chegada ao Brasil da corte do D. João VI, o ciclo da mineração no Vale, já decadente, dá lugar a um ciclo econômico agrícola, voltado principalmente para a produção de arroz, o qual, através do porto de Iguape, era vendido principalmente para o Rio de Janeiro e secundariamente para outras províncias (STUCCHI 1998, *apud* CARVALHO & SCHIMTT, 2000, p. 22-23, grifo nosso).

Se considerarmos a distância de Guapiara ou Ribeirão Grande (mais especificamente alguns trechos do rio Almas) onde estão os "encanados" com

os principais núcleos de populações quilombolas do Ribeira de Iguape temos quilometragens que variam de 45 a 60 quilômetros (www.google.maps).

O terceiro e último aspecto a ser destacado é a Serra de Paranapiacaba, funcionou como uma muralha verde (barreira natural da mata Atlântica e de relevo abrupto) que permitiu às populações quilombolas manterem-se afastadas de Guapiara e Ribeirão Grande (áreas de invernagem) do ciclo tropeiro.

Esse isolamento propiciado pela Serra de Paranapiacaba não constitui pura e simplesmente uma barreira geográfica a partir do século XVIII, mas também uma barreira fundiária resultante de grandes latifúndios para criação de gado, atividades mineradoras ou madeireiras (empresas de reflorestamento) até o século XX.

Mas, certamente, foi à institucionalização e a implantação dos Parques Estaduais Carlos Botelho (1941), Intervales (1995) e PETAR (1956), que constituem uma faixa não habitável, um cordão de isolamento entre "encanados" no alto Almas e o rio Ribeira, pois, estes parques foram constituídos e baseados nos modelos norte americanos que, entre seus princípios/conceitos básicos, considera que os seres humanos, inclusive populações tradicionais, devem estar fora da área a ser preservada para haver proteção e preservação ambiental total. Conforme o Mito Moderno da Natureza Intocada apontado por Antônio Carlos Santana Diegues (2001). Como se as populações tradicionais fossem as responsáveis pela destruição da natureza.

Num transecto hipotético, a partir de Ribeirão Grande rumo ao rio Ribeira de Iguape temos então: do lado do Paranapanema (rio Almas) em Ribeirão Grande, alguns arraiais (não afro), mineradoras, fazendas de reflorestamento e gado, sobre a Serra de Paranapiacaba os Parques Estaduais e no médio Ribeira entre Eldorado e Iporanga e seus afluentes as comunidades quilombolas, fazendas produtoras de bananas e gado.

Daí, pode surgir um entendendimento do porquê de não existir populações negras tradicionais em Ribeirão Grande ou Guapiara.

Outras hipóteses que podemos propor são:

De que os "encanados" seriam do início da exploração do Brasil, século XVI, momento de exploração do ouro em que ainda não existia população

negra considerável; isso remeteria as estruturas minerárias ao primeiros tempos de colonização.

Uma última e também plausível hipótese seria a presença de jesuítas e índios na região o que coloca novamente os encanados em período anterior a meados do século XVIII.

Tudo indica que uma rica história colonial entre o Paranapanema superior e o vale do Ribeira passou despercebida e a arqueologia histórica, sem dúvida nenhuma, pode contribuir para elucidar fatos e períodos de ocupação na transição destas bacias hidrográficas.

Imagens dos encanados de Ribeirão Grande podem ser vistas nas fotos 234 a 238.

Em visita a um dos "encanados" no alto Almas, através de indicação do Professor Emmanuel Sócrates foi possível georreferenciá-la. A estrutura está próxima ao bairro dos Anacletos e trata-se um "encanado tipo ilha fluvial"[27] (coordenadas UTM 22J 7321127/767164). Grosso modo, foi possível fotografar, medir e analisar sua estrutura sendo possível fazer algumas considerações são elas:

No núcleo da ilha fluvial existe areia fina e grossa com cascalhos de tamanho pequeno, cerca de ±1 a 10 centímetros de diâmetro;

Evolvendo o núcleo, está uma camada de rochas de mais de ±10 centímetros de diâmetro, que por sua vez, está sobre outra camada de rochas maiores com aproximadamente 40 centímetros de diâmetro ou mais, estas em contato com blocos enormes ou outras rochas semelhantes no leito do rio.

A camada superior de areia e cascalho está coberta de vegetação arbustiva, taquaras, samambaias e serrapilheira. Vide esquema de um "encanado" tipo ilha fluvial na figura 17.

Este arranjo permite que os encanados "ilha fluvial" sejam ao mesmo tempo uma estrutura que segure areia e cascalho no seu interior, evitando que estes vazem para o rio e ao mesmo tempo permita o fluxo de água do rio,

[27] Construído no meio do leito do rio tal como uma ilha fluvial estreita e comprida. As margens também estão cobertas com pedras sobrepostas sem argamassa de maneira a direcionar o fluxo da água, proteger o barranco das margens das águas fluviais. Existe também, em outros pontos "encanados" com apenas "canalização" dos rios com a cobertura das margens (locais não visitados e fotos já apresentadas).

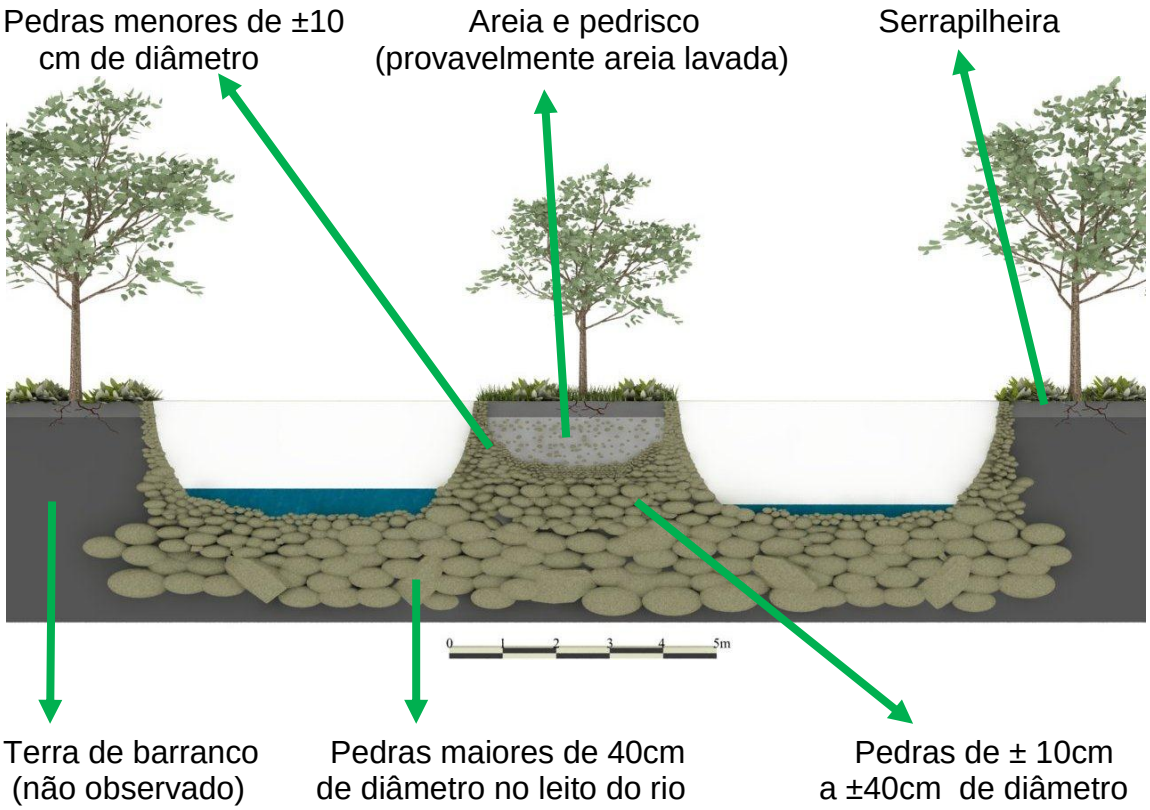
ainda que lento no seu interior, nas suas partes mais subjacentes. Vide fotos 239 a 241.

Fotos 234 a 237: Encanados de Ribeirão Grande no alto Paranapanema, locais não especificados. Fotos cedidas por Emmanuel Sócrates.

Foto 238: Encanado tipo ilha fluvial em Ribeirão Grande no alto Paranapanema. Foto cedida por Emmanuel Sócrates.

Fotos 239 a 241: Respectivamente perfil lateral esquerdo, perfil central e perfil lateral direito de um “encanado” tipo ilha fluvial visitado no alto Almas por Camargo Araújo em 10/11/2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Figura 17: Desenho esquemático de um “encanado” tipo ilha fluvial



Desenho Márcio Lima

Sobre o encanado tipo ilha fluvial, sua estrutura parece indicar que, não só era uma obra para minerar, mas também resultado da própria mineração. Pois, parece claro a retirada de blocos de pedras de diversos tamanhos do leito do rio para facilitar o trabalho, depois esses blocos grandes e pequenos eram

amontoados de forma a garantir estabilidade da estrutura fluvial, juntamente com a areia lavrada colocada no centro e no alto de modo a evitar a mineração dos mesmos sedimentos duas vezes.

4.11- QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS POLÍTICAS: MUNICÌPIO DE TAQUARIVAI

Questões	Entrevista realizada em 6 de junho de 2011 com Simone Bonfim, Secretária de Educação do Município .
1ª A secretaria de Cultura é autônoma em relação a outras secretarias?A que secretaria está subordinada?	Não é autônomo, o Departamento de Cultura é subordinado a Secretaria Municipal de Educação.
2ª Existe Museu ou Espaço Museológico? O que está exposto?	Não.
3ª Existe material arqueológico exposto pela municipalidade?	Não.
4ª Existe legislação específica sobre bens tombados ou edifícios históricos?	Apenas a Lei Orgânica Municipal (2004) Artigos nº163 a 167 atentam para a promoção e o desenvolvimento cultural e a proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico além da divulgação da história e das tradições.
5ª Existe algum conselho municipal, ONG ou pessoa que trabalha na proteção e difusão do patrimônio arqueológico?	Sim, o Bispo Dom José Moreira de Melo que não autorizou a demolição da antiga capela na praça central para se construir uma nova igreja, a nova igreja foi mudada de local. Segundo populares a antiga capela teria 108 anos. Padre Djalma Ferreira Lúcio e a Coordenadora de Catequese Lucilei da Silva Siqueira do Centro Diocesano de Taquarivaí também lutam pela preservação da história e do patrimônio cultural (capelas e artefatos religiosos)
6ª Existe legislação municipal específica para a proteção de bens arqueológicos?	Não. Porém a população reconhece a Capela Local do centro da cidade e a Vila Velha (onde teria iniciado Itapeva) bairro rural cerca de 5 km da cidade, hoje pertencente ao município de Taquarivaí.
7ª A municipalidade pretende fazer um museu na cidade? Onde? Como?	Sim, apesar de estar em início de planejamento, o bairro Vila Velha (onde teria se iniciado a cidade de Itapeva), pode vir a ter um Centro de Tradição Tropeira em um dos edifícios adjacentes a capela e cemitério do início do século XX que hoje estão sem uso. Inicia-se conversação com proprietário do imóvel, prefeitura e empresa uma de turismo de Itapeva.

Apesar da fragilidade da Lei Orgânica no tocante a cultura material, o interesse local pela preservação do patrimônio histórico é latente. Em alguns

segmentos do município são reconhecidos dois sítios histórico-arquitetônicos, que portam sítios arqueológicos, são eles: o bairro rural de Vila Velha e seu conjunto (capela, cemitério, casas adjacentes, paiol, depósito com telhas coloniais, valo e pomar) assim como a antiga Capela do centro da pequena cidade, hoje em desuso.

Ambos são sítios arqueológicos e históricos não investigados em profundidade.

Foi possível entrevistar algumas lideranças locais e obter algumas informações relevantes.

Foram entrevistados o Sr. Padre Djalma Ferreira Lúcio, a Coordenadora de Catequese Lucilei da Silva Siqueira do Centro Diocesano de Taquarivaí e o Sr. Joaquim de Almeida Barros (conhecido como Bilo) nascido em Vila Velha no ano de 1932 e atualmente aposentado e residente em Taquarivaí.

Em Vila Velha, já plotada por Astolfo G. M. Araújo (1995; 2001) e Silvio A. C. Araújo (2006), constatou-se o acúmulo de telhas coloniais e seu uso em um paiol recentemente construído. Também foram notados um poço abandonado e valo, este última pode ser relacionado à antiga divisão de terras feita com mão de obra escrava.

Algumas casas antigas ao redor do cemitério de Vila Velha estão em estado precário. Porém, no interior da Capela do Cemitério pode-se notar piso típico do início do século XX, colunas e traços externos que lembram certo estilo romano com triângulo na fachada frontal e colunas, madeiramento de vigas entalhadas provavelmente com enxó e portas em encaixe sem pregos.

As paredes são de taipa de sopapo (segundo moradores do local, mas é preciso confirmar). Estas podem ser de tijolos com argamassa de saibro ou de taipa de pilão (não foi possível identificar com certeza, pois as paredes estavam em bom estado no que se refere a estrutura).

Essas paredes são caiadas e parecem esconder pinturas (afresco) dentro de moldes em baixo relevo no interior das paredes da igreja. Em algumas partes foram decapadas numa tentativa de reforma (limpar as paredes para nova pintura).

Existe um sino de bronze pequeno que não foi possível observar detalhes.

O cemitério porta túmulos do início do século XX em tijolos com argamassa de saibro, mármore e cimento com cruzes de metal. As sepulturas datam do início do século XX até os dias de hoje. Algumas cruzes de metal foram retiradas e amontoadas num canto do cemitério, estas datam de 1915 a 1970 aproximadamente. Não se descarta o uso do cemitério no século XIX, conforme discurso local.

O ambiente ao redor da capela e cemitério é composto por casas do início do século XX (em estado precário). A telhas coloniais sobre raízes de coqueiros, valo para divisão de terras e poço antigo (provavelmente do século XIX).

Também existe um pomar com espécies nativas como gabirobas, figueiras e jerivás e dentre outras.

Uma pequena estrutura de taipa de pilão encontrada em 2006 já não é mais passível de observação.

A capela interna e externamente, telhas coloniais, paiol, cemitério e casas adjacentes a capela podem ser observados entre as fotos 242 e 255.

Fotos 242 e 243: Vila Velha em dois tempos, primeira foto fim da década de 1950. Na segunda foto início da década de 1970. Fotos Disponíveis em <http://blogpretomattos.blogspot.com/2011_09_01_archive.html> Acesso: 21/11/2011.

Foto 244: Frente da Capela de Vila Velha em 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 245: Capela de Vila Velha em 2011, vista interna. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 246 e 247: Capela de Vila Velha vista do fundo e vista lateral: a partir do cemitério. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 248 e 249: Vistas do altar da Capela de Vila Velha. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 250 e 251: Vistas de colunas internas da Capela de Vila Velha. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 252 e 253: Primeira foto telhas tipo capa e calha sob raízes de um pé de jerivá. Na segunda foto alunos da Escola Estadual Jeminiano David Muzel de Itapeva investigando o ambiente de Vila Velha em 2007. Nota-se o reaproveitamento de telhas antigas em um novo paiol. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 254 e 255: Fundo e frente de uma casa antiga (início do século XX) adjacente a Capela e Cemitério em Vila Velha. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

A capela do centro da pequena cidade, em desuso, tem como sua padroeira Senhora da Conceição, sendo que sua imagem foi removida para o Centro Diocesano local.

Na imagem/estátua, a Santa é arrebatada por cinco anjos sendo produzida em terracota pintada com fundo branco e, sobre ele uma pintura policromada. A imagem/estátua da primeira Santa da Capela foi trazida da cidade de Itapeva; outra imagem de Nossa Senhora da Conceição, maior e em gesso é usada em cerimônias pelo município desde 1941.

O sino de bronze da Capela foi retirado para evitar furto e está em uso no Centro Diocesano, foi produzido pela Fundição Artística Paulista de Ângelo Angeli & Filhos fundada há 111 anos. A fábrica de sinos está atualmente em funcionamento[28].

Segundo informações das lideranças religiosas o sino teria sido adquirido por motivo da construção da Capela do centro da cidade no início do século XX.

Também fazia parte da Capela uma Cruz de entrada/procissão em bronze, mas sua cidade é desconhecida.

Em uma pequena área ao fundo, atrás do altar, foi encontrado um pequeno fragmento de telha colonial (tipo capa e calha), além de um pequeno fragmento de porcelana branca moldada provavelmente do início do século XX (não recolhidos). Vide foto da Capela Senhora do Carmo e estátuas entre as fotos 256 e 262.

---

[28] Disponível em http://sinosangeli.com.br/nt_html/29-historia.html e acessado em 17/09/11. Em contato com representante da empresa que produziu o sino obtivemos informações que pelas características (foto enviada) seria um sino produzido por seu fundador. Situando temporalmente entre o objeto de bronze entre os anos de 1898 e 1930 aproximadamente.

A coordenada UTM da capela do centro da Taquarivai é 22K 734887/7352229.

O Sr. Joaquim (Bilo) diz conhecer a história local que lhe foi contada por seus pais. Vila Velha seria uma antiga passagem de tropas vinda do sul do Brasil que iam para Sorocaba, passando por Buri e Aracaçu. Quando era criança ainda havia algum movimento de boiadas nesse trajeto.

Sr. Joaquim Bilo, diz que, a Fazenda Santa Cristina próxima a margem do Rio Apiaí Guaçu, no passado, se chamava Fazendinha. Lá era ponto de parada de tropeiros, segundo ele, valos de divisão de terras como o de Vila Velha são comuns nas proximidades do rio Apiaí, inclusive os existentes em sua propriedade na área rural, vizinha a Vila Velha.

Ao que tudo indica o município de Taquarivai tem um forte potencial no que se refere à arqueologia histórica.

Foto 256: Capela de Senhora Conceição no centro da Cidade de Taquarivai. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 257 e 258: Detalhes da frente da Capela de Senhora Conceição, centro de Taquarivai. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 259 e 260: Detalhes do interior da Capela de Senhora Conceição, centro de Taquarivai. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 261 e 262: Imagens de Senhora Conceição (final do século XIX) e de Nossa Senhora Conceição (década de 1940) ao lado de uma cruz de altar. Também pertencente à Capela de Senhora Conceição. Centro Diocesano de Taquarivai. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

4.2- ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: LIDERANÇAS POLÍTICAS

Sobre a 1ª questão: A organização político-administrativa autonomia e ações das Secretarias Municipais de Cultura são indiferentes ao tamanho (PIB e população área) dos municípios[29]. Porém foi observado que os quatro municípios nos quais foram possíveis observar que a história se relaciona diretamente com o século XVIII (Itapeva, Itararé, Guapiara e Ribeirão Grande) três têm acervos arqueológicos e históricos municipais, a exceção é Guapiara.

[29] Menos de 10% dos municípios tem ao mesmo tempo Secretaria de Cultura autônoma e “museus”. É o caso de Itapeva.

Sobre a 2ª questão: Apenas Itararé, Itapeva e Ribeirão Grande têm “museus” na área de estudo, o equivalente a 27,27% dos municípios estudados enquanto a média nacional é de 20,85% segundo o IBRAM[30]. Excetua-se o Centro Cultural de Buri, mesmo com um pequenino acervo histórico, seu Centro Cultural está voltado para a produção de artesanato e seus artefatos não tem função sociocultural intencional definida.

Sobre a 3ª questão: Os três municípios que portam “museus” Itararé, Itapeva e Ribeirão Grande, apresentam patrimônio arqueológico em considerável escala, ou seja, 100% dos “museus” encontrados tem material arqueológico pré-histórico e histórico exposto (a Casa Grande de Ribeirão Grande em si é um sítio arqueológico; idem para Fazenda Pilão d’Água em Itapeva). Nova Campina apesar da formalizado um Centro Cultural e projeto sobres os estromatólitos até o fechamento deste não havia implementado ações.

Sobre a 4ª questão: Além das Leis Orgânicas Municipais, pouco se tem a respeito de “Inventário ou Tombamento” de bens patrimoniais (que em muitas vezes portam sítios arqueológicos). As exceções são o município de Itararé com inventário (que não garante a preservação) e Itapeva que é questionado o tombamento de bens históricos particulares.

Ao considerarmos o inventário e tombamento juntos apenas, dois municípios tem bens tombados/inventariados por iniciativa municipal (Itapeva e Itararé), o equivalente a 18% dos municípios. Essa questão apresenta dois lados: de um lado nos dá idéia das iniciativas das municipalidades de estabelecer uma ordem legal na oficialização/legalização da proteção de bens patrimoniais ou, ainda, de ciência por parte dos munícipes (lideranças políticas e sociais) sobre a posse de tais bens. Por outro, como é o caso de Itararé um inventário não seleciona ou prioriza alguns bens que deveriam ser protegidos e futuramente tombados.

Um caso interessante é o município de Ribeirão Grande que não contempla uma legislação de proteção patrimonial, mas é claramente visível o reconhecimento da população e prefeitura sobre a importância da Casa Grande

---

[30] Disponível em <http://www.museus.gov.br/SBM/cnm_estatistica.htm> Acessado em: 17/09/11.

e seus bens e das estruturas de pedras nos rios (encanados); preserva-se o que é importante e reconhecido para eles.

Por parte do Governo Estadual Capão Bonito, Itapeva e Itararé têm bens tombados pelo CONDEPHAT do governo do Estado de São Paulo. Consecutivamente Escolas Jacyra Landim Stori, Acácio Piedade e Tomé Teixeira.

Os bens patrimoniais que têm garantia de proteção constitucional e de presença marcante em todos os municípios são justamente os sítios arqueológicos.

Sobre a 5ª questão: Existência ou não de instituições e pessoas que trabalham na preservação do patrimônio arqueológico. Temos o seguinte resultado: Não foram encontradas pessoas ou instituições que trabalham na proteção do patrimônio arqueológico e histórico em 27% dos municípios, mas a presença da Universidade de São Paulo - MAE é latente em todos com pesquisas acadêmicas e arqueologia preventiva.

Sobre a 6ª questão: Itararé já re-estruturou seu museu, porém sem apoio do conhecimento museológico enquanto Itapeva, Ribeirão Grande e Nova Campina com os “estromatólitos” pretendem aperfeiçoar/melhorar seus centro culturais/museus. Seja por iniciativa própria seja na busca por convênios e parcerias.

5- QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES

O segundo questionário composto por seis questões é direcionado a professores de História e Geografia sobre suas práticas.

As intenções deste segundo questionário estão voltadas para análise da prática docente e o uso de ambientes históricos e naturais por parte de professores da rede estadual e municipal dos municípios. Também se buscou estabelecer uma relação entre o tempo de formação na área do magistério e a aplicação de conhecimentos relativos à educação patrimonial.

Inicialmente seriam citadas as Unidades de Ensino dos municípios onde houve a pesquisa, porém, devido à solicitação dos professores, estas Unidades de Ensino não são especificadas.

Uma questão relevante foi a distribuição dos questionários que ocorreu de forma individual, escola por escola, por pesquisador o que resultou num número relativamente pequeno de professores e não por via institucional[31].

As questões estão dispostas a seguir.

1- Município:

2- Séries que trabalha/leciona?

3 - Utilizou/incorporou em suas aulas nos últimos três anos

a) Visita a ambientes naturais;

b) Visitas a ambientes históricos;

c) Visitas a ambientes naturais e históricos;

d) Não realiza visitas.

4 - Caso sim no item anterior, cite os locais visitados:

5 - Durante sua formação acadêmica (graduação/licenciatura) ou formação continuada (extensão ou pós-graduação) conheceu os princípios e práticas da educação patrimonial? (Sim ou não?)

6 - Quantos anos de experiência você tem como professor?

5.1 - ANÁLISE DOS QUETIONÁRIOS: PROFESSORES

Sobre as questões número 1 e 2.

Dos 11 municípios estudados, em 7 foi possível aplicar o questionário, resultando em 20 professores entrevistados (11 de história e 9 de geografia) de 3 Diretorias Regionais de Ensino (DRE) diferentes, são elas:

DRE de Itapeva com 14 professores (4 professores de Itapeva, 4 de Capão Bonito, 3 de Ribeirão Grande e 3 de Taquarivai);

DRE de Itararé com 4 professores todos de Itararé;

DRE de Apiaí com 2 professores, sendo 1 de Ribeirão Branco e 1 de Guapiara.

[31] Na primeira tentativa de distribuir e coletar informações por meio deste questionário ocorreu via institucional (via sistema de ensino público através de núcleo pedagógico). Porém, não fomos felizes no objetivo, pois, houve uma homogeneidade enorme nas respostas dadas o que levantou certa suspeita, pois 100% dos professores de determinado sistema de ensino incorporaram as suas aulas os mesmos ambientes históricos e naturais. Tal situação foi confirmada pela pesquisa individual (escola por escola, professor por professor) que apresentou situação muito diferente. Em resumo optou-se em coletar dados por amostragem via pesquisador frente aos professores mesmo que em número reduzido. Os professores dos municípios de Bonsucesso, Buri, Itaberá e Nova Campina não foram entrevistados por não haver abertura por parte das Unidades Escolares, incompatibilidade de horários ou licença médica de professores.

Foram visitadas, sete escolas estaduais e duas municipais.

Os professores de Ensino Fundamental (5ª a 9ª series) são 25% do total de entrevistados, os professores apenas do Ensino Médio são 30% e 45% lecionam em ambos os níveis de ensino (Fundamental e Médio).

Sobre 3ª questão: A utilização/incorporação de visitas a ambientes históricos e naturais às aulas pelos professores, obteveram-se os seguintes resultados:

Utilizam apenas ambientes naturais, 15% dos professores, todos de são da disciplina de geografia;

Utilizam apenas ambientes históricos 5% dos professores;

Utilizam ambientes naturais e históricos 50% dos professores;

Não realizam visitas a nenhum ambiente natural ou histórico 30% dos professores.

Uma observação que merece destaque é a informação dada por todos os professores de Itararé que estes estão proibidos de lecionar “fora da escola” em visitas técnicas, aulas de campo, aulas práticas ou agendar visitas a ambientes diversos ou excursões culturais. Esta informação não foi confirmada pela Diretoria Regional de Ensino de Itararé.

Sobre a 4ª questão: Todos os professores do grupo que utilizam ou incorporam a suas aulas ambientes naturais, históricos e históricos e naturais citaram vários locais diferentes utilizados por eles nos últimos 3 anos. A relação dos ambientes utilizados de acordo com a porcentagem é:

Fazenda e Represa do Pilão d’Água em Itapeva com 21,60% das citações;

Museu da Língua Portuguesa com 10,81% das citações;

Museu do Ipiranga com 8,10% das citações;

Mata do Carmo e Sala Verde[32] em Itapeva com 8,10%;

Museu Afro Brasil em São Paulo com 8,10%;

Parque Estadual Intervales com 8,10%;

Museu do Futebol com 5,40% das citações;

[32] Conjunto de área verde e auditório localizadas na Avenida Acácio Piedade s/n, em Itapeva onde a ONG Planeta Terra e a Prefeitura Municipal de Itapeva desenvolvem projetos de Educação Ambiental.

Zoológico e Museu Histórico Quinzinho de Barros em Sorocaba com 5,40 %;

Parque Estadual Carlos Botelho com 2,71%;

Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR com 2,71%;

Encanados em Ribeirão Grande com 2,71%;

NEA - Núcleo de Educação Ambiental (Empresa Florestal) com 2,71%;

Bairro rural do Jaó (quilombo do Jaó) com 2,71%

Bairro rural do Turvo dos Almeidas, bairro rural de Ribeirão Grande com 2,71%;

Pinacoteca do Estado com 2,71%;

Memorial do MMDC e Parque do Ibirapuera em São Paulo com 2,71%;

Universidade de São Paulo – (não especificado) com 2,71%.

Dentre os professores entrevistados 25% indicaram não conhecer os princípios e práticas de educação patrimonial. Sendo que o tempo de magistério deste grupo está entre 10 e 20 anos. Enquanto o segundo grupo, que indicou conhecer tais princípios e práticas, 75% dos professores, na sua maioria tem entre 1 e 10 anos de magistério. Vide tabela 41.

Tabela 41: Relação tempo de magistério e conhecimento de princípios e práticas de Educação Patrimonial para os professores.

Tempo no magistério em anos	**Conhece os princípios e práticas da EP**	**Desconhece os princípios e práticas de EP**
01	X	
02	X	
04	X	
05	X	
07	X	
07	X	
09	X	
10	X	
10	X	
10		X
11	X	

11	X	
12	X	
14		X
18	X	
18		X
19		X
20	X	
20	X	
20		X

CAPÍTULO V: UM ENCONTRO FORTUÍTO NO CENTRO DE ITAPEVA

1- O SÍTIO HCR

No início do mês Junho de 2008, houve a demolição de duas casas e um casarão antigo na área central da cidade de Itapeva, que distam cerca de 85 metros da Catedral de Santana, núcleo urbano colonial que data de 1785.

As duas casas situadas na Rua Levino Ribeiro, altura do nº 510, mais um estacionamento formaram uma área unificada para a construção de um hotel de vários andares enquanto o casarão encontra-se demolido no nível do alicerce até dezembro de 2011.

O casarão situa-se na Rua Coronel Crescêncio esquina com a Rua Levino Ribeiro foi o primeiro a ser destruído, seguido pelas referidas casas.

A área aproximada das duas casas+estacionamento[33] que já existia é de 1.088 m² (medida realizada com diastímetros).

Segundo informações do mapa elaborado por Euflávio Barbosa (1985), originalmente, todas as construções desta mesma rua e quarteirão datam do final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

No início do século XX, o casarão era uma pensão denominada São José enquanto, no final do século XX, situava-se a pensão Belo Horizonte. Um restaurante denominado Santa Fé existiu na transição do século XX para XXI e uma subdivisão da assistência social da Prefeitura Municipal de Itapeva ficou instalada por volta do ano de 2005 (provavelmente última ocupação).

Aqui denominaremos este edifício da esquina da Rua Levino Ribeiro com Coronel Crescêncio de Casarão Santa Fé, por ser a lembrança mais latente na população Itapevense e os lotes das casas + estacionamento de lote unificado que dará origem ao sítio arqueológico HCR.

As casas que compõe os lotes unificado pertenceram a várias famílias abastadas da cidade no final do século XIX e XX que ali moravam ou ainda estabeleceram nos edifícios pensões, pontos comerciais e estacionamento.

O lote unificado pertence ao Sr. Hugo Córdoba Ramos e família e as ruínas do casarão Santa Fé do Sr. Toni do Cofesa (informação dos proprietários).

---

[33] A divisão dos lotes nas escrituras pode ser diferente do que se observou no lado externo da rua (pesquisa em andamento).

O encontro fortuito ocorreu por Silvio A. C. Araújo no dia 07 de junho de 2008, um sábado.

Após a demolição do Casarão Santa Fé (dia antes), que foi realizada por trabalhadores braçais, iniciou-se a demolição de outras duas casas adjacentes com maquinário pesado.

No dia 7 de junho de 2008, em passagem pelo local dos lotes unificados, Silvio A. C. Araújo, nota na caçamba de um dos quatro caminhões e na concha da pá carregadeira que retiravam escombros da demolição das casas solo antropogênico contendo fragmentos de cerâmica muito similar à atribuída aos grupos Guarani em sítios arqueológicos do município e região (cerâmica corrugada, ungulada, escovada, pintada entre louças e ossos).

Trabalhavam no local de demolição das duas casas uma máquina pá carregadeira que retirava terra do local, carregando-a em quatro caminhões basculantes que levavam escombros das casas e matriz arqueológica para um aterro nas proximidades da Rodovia Francisco Alves Negrão, SP 258 (próximo a cachoeira do Pilão d'Água).

No casarão Santa Fé estavam alguns trabalhadores braçais.

Num primeiro contato com o proprietário do lote unificado sobre a existência de um sítio arqueológico no local que estava sendo destruído, nenhuma ação foi tomada e continuou-se a retirada/extração dos escombros e núcleo de solo antropogênico (abreviatura NSA) com material arqueológico muito evidente.

Logo em seguida fotografou-se a destruição do sítio, neste momento, houve uma conversa com o encarregado dos trabalhos no local e criou-se forte tensão.

Após este fato, nos dias 8 e 9, as Sras. Silvia Correa Marques e Olívia Piedade (esta última ocupante do imóvel vizinho do lote unificado em demolição), na esquina da Praça Anchieta com a Rua Levino Ribeiro, intervieram junto ao proprietário dos lotes unificados justificando a importância do material arqueológico para a história de Itapeva.

Paralelamente no dia 9 de junho, em contato com o professor José Luiz de Morais MAE/USP, este orientou em aguardar e, não contatar mais o proprietário devido à situação de tensão ocorrida.

Porém, também no dia 9 de junho, o proprietário dos lotes unificados paralisou o trabalho da máquina e caminhões (por convencimento de Silvia Correa Marques e Olívia Piedade) consequentemente a “limpeza” dos lotes parou, permitindo o estudo do sítio arqueológico urbano.

O lote do Casarão Santa Fé está parado, demolido até a altura do alicerce (situação em início de dezembro de 2011). Há enormes possibilidades de conter matriz arqueológica no quintal ou debaixo do porão ou sob o seu alicerce, visto o que aconteceu com lotes vizinhos.

Então, com autorização dada para pesquisa do local pelo proprietário e sob orientação do professor José Luiz de Morais MAE/USP, ocorreram prospecções e escavações nos dias subsequentes.

No início dos trabalhos cerca de 600m² do lote unificado já se encontrava com solo e subsolo removidos e sem nenhuma possibilidade/indicação de cultura material, pois foram retiradas camadas de terra que variavam de 1 a 3 metros de profundidade.

Grosso modo, todo o quadrante sul do terreno já havia sido retirado entulho e terra, impossibilitando a verificação de uma possível matriz arqueológica. A exceção nesse quadrante é uma faixa de terra (talude de aproximadamente 2 metros de altura), próximo aos muros das casas vizinhas no lado oeste e os escombros na transição para o lado norte.

Visualizou-se então a relativa integridade do quadrante norte de situação diferente do quadrante sul. Somente escombros superficiais haviam sido retirados. A área aproximada desse quadrante era de 380m².

Um plano de ação foi elaborado para toda a área; iniciou-se com a realização sondagens[34] com cavadeira até a profundidade de 1,6 metros e observações das características superficiais do lote e dos perfis de barrancos expostos.

---

[34] As sondagens foram realizadas com a implantação de um eixo Norte/Sul e outro Leste/Oeste no centro da área unificada. Nos quadrantes intermediários (Nordeste e Noroeste) optou-se por uma sequência em zig-zag. A freqüência de uma sondagem para outra foi de 2,5 metros aproximadamente, quando impossível por motivo de entulho ou piso remanescente de alvenaria, optou-se por distâncias de 2,5 a 3 metros. O total de sondagens realizadas foi de vinte três.

Nesta etapa de identificação de perímetros e profundidade de núcleos de solo antropogênico, levou-se em conta a coloração, textura, compactação, espessuras e composição de cultura material existente.

Como ficou claro nas primeiras sondagens e observações do terreno que o lado sul com raras exceções (escombros) não teria mais possibilidade nenhuma de conter cultura material, aumentou-se então o número de sondagens no lado norte.

As prospecções foram distribuídas da seguinte maneira: 5 sondagens no lado sul, 4 sobre os escombros (transição para lado norte) e 14 no lado norte somando se a visualização de barrancos no interior e divisas do lote. Pode-se ter, a partir daí, uma ideia razoável das áreas de ocorrências de material arqueológico, que somaram um total de 5 núcleos de solo antropogênicos (NSA) identificados.

Foi obtido o seguinte panorama final:

Foram notados três núcleos de solo antropogênico revolvidos junto aos escombros mais dois parcialmente destruídos pela construção de uma agência bancária nos fundos do lote (divisa do lado norte).

Os núcleos de solo antropogênico revolvidos foram denominados NSA-H1 com 1,30 metros de profundidade, NSA-H2 com 0,3 metros de profundidade e NSA-H3 com 0,85 metros de profundidade (estimativa de profundidade com base nos escombros encontrados e nível do solo nas proximidades).

O NSA-H1 apresentou uma extensão não perturbada pela retirada de terra do local pela máquina carregadeira, o que possibilitou sua escavação parcial.

Os outros dois núcleos de solo antropogênico vão de 5 centímetros da superfície a profundidade de 1,3 metros com sobreposições de camadas de cores diferentes (vermelha, marrom, cinza, preto). Estes dois núcleos, no lado norte do terreno na divisa com a agência bancária, foram denominados NSA-H4 e NSA-H5 e apresentaram cultura material semelhantes ao NSA-H1, NSA-H2, NSA-H3.

Diante deste quadro, os núcleos de solo antropogênicos H1, H4 e H5 são escavados respectivamente com os nomes de: Trincheira 1 com as medidas de 1x4 metros e Trincheiras 2 e 3 ambas com medidas de 1,5x2,5 metros.

Nos núcleos de solo antropogênico H2 e H3 e parte do H1 foram coletados materiais em superfície e em profundidade nos escombros revolvidos.

Os depósitos encontrados entre os escombros foram retirados/escavados com enxadas, enxadões e pá de arqueólogo e pincel quando possível e necessário. A cultura material foi colocada em balde. Em alguns poucos casos, os sedimentos foram peneirados.

Em relação à escavação das trincheiras, a cultura material encontrada foi retirada e mapeada em relação a sua proveniência acondicionada em sacos plásticos devidamente marcados/etiquetados. As informações foram escritas em um diário, atividade realizada, quadra e profundidade e cultura material escavada. Croquis em papel milimetrado da forma, extensão e profundidade dos núcleos foram são realizados.

Todas as etapas foram registradas com imagens de máquinas digitais.

Foram retirados seis caixas de material arqueológico que estão sendo estudados e é composto por: semelhante a cerâmica Guarani (corrugada) e cabocla (corrugada, escovada, lisa e pintada entre outras), além de fragmentos de garrafas, frascos de vidro, louças e porcelanas do fim do século XIX e início do século XX. Fragmentos de ossos e metais entre outros artefatos também foram retirados.

Até o fim deste trabalho, somente a coleta de superfície e escombros do NSA-H3 foi parcialmente estudada, sendo este núcleo composto por cerâmicas provavelmente indígenas e caboclas, garrafas, ossos de animais (suínos, bovinos e aves – provavelmente galinhas e casca de ovos), telhas, tijolos, louças e ferragens.

O NSA-H3, por estar revolvido pela máquina carregadeira, não foi possível estabelecer qualquer tipo de cronologia por estratos. Idem para o NSA-H2. No entanto, por volta de 0,85 metros de profundidade o NSA-H3 apresentou duas estruturas: um conjunto de fragmentos cerâmicos (maioria de uma mesma vasilha) e uma estrutura com ossos (ainda não identificados), cerâmicas corrugadas semelhantes à indígena Guarani na região (datada), cerâmica cabocla, louça inglesa e vidro e metais.

Lembramos que o encontro fortuito estava fora dos planos desta tese e a parceria firmada entre USP e Prefeitura de Itapeva concretizou-se em 18 de

julho de 2010 com a disponibilização por parte da Prefeitura Municipal de Itapeva de uma sala para implantação de um pequeno laboratório de arqueologia em junho de 2011. Tal situação resultou na impossibilidade de estudo do material arqueológico antes do fechamento desta tese.

No entanto, foi possível mandar quatro fragmentos cerâmicos pré-selecionados para datação[35] e recompor virtualmente algumas vasilhas do NSA–H3, que podem ser observadas no capítulo a seguir nos cenários de ocupações humanas sobre contato interétnico, sítio HCR.

Foram enviados para datação 4 fragmentos cerâmicos dos níveis mais profundos de 0,8 a 1,25 centímetros que tem características comuns à cerâmica Guarani. São as seguintes amostras:

Um fragmento de cerâmica corrugada cabocla com sedimentos, proveniência: NSA-H3 com profundidade de 0,85 centímetros, sob os escombros, não foi possível datar;

Um fragmento de cerâmica corrugada, indígena (Guarani), proveniência: NSA-H3 com profundidade de 0,85 centímetros, sob os escombros. Datado como (Amostra SH-NSA3 nº 7 com 530±40 anos A.P.). Calibrada para 2011, remete o atual assentamento urbano para o período entre os anos de 1441 a 1521da era cristã. A amostra continha quartzo aparente a olho nu e foi enviada sem sedimentos. (Observa-se que esta datação abrange um período relativamente curto de variação temporal ±40 anos);

Um fragmento cerâmico semelhante ao tipo Guarani ocorrido na região, proveniência: Trincheira 1, quadra 1, com 1,25 metros de profundidade com sedimentos, não foi possível datar;

Um fragmento cerâmico semelhante ao tipo Guarani na região com sedimentos, proveniência: Trincheira 2, quadra 1, com 1,20 metros de profundidade (Amostra SHT2 nº 1 com 470±80 A.P.), já calibrada para o ano de 2011 remete última camada arqueológica da Trincheira 2 do atual sítio urbano para o período entre os anos de 1461 e 1621 da era cristã.

---

[35] Datação realizada pela Dra Sonia Hatsue Tatumi e equipe. Laboratório FATEC/SP. A técnica utilizada foi termoluminescência com alíquotas únicas, com 4 alíquotas para cada amostra. Elas foram irradiadas em 1, 2, 3 e 4 Gy. Também foram calibradas pela equipe da FATEC para o ano de 2011.

O procedimento metodológico utilizado para a “reconstituição virtual” dos fragmentos cerâmicos foi o seguinte[36]: retirada do material dos sacos plásticos, lavagem com escova de cerdas macias, secagem e marcação individual (peça por peça) da proveniência dos fragmentos de cerâmicas. Louça, vidro, ossos e metais serão estudados no ano de 2012 junto com a cultura material de outros núcleos de solo antropogênico.

Foi medido o raio de curvatura, altura do fragmento, espessura e largura das borda superior, porção intermediária e inferior dos fragmentos e analisados padrão decorativo e textura.

Após análise e a reconstrução das peças, esboço em papel, segue-se para o programa AutoCAD através das imagens digitais dos fragmentos (altura, curvaturas, espessura, padrão decorativo etc.). Imagens digitais e medidas juntas criam um perfil das formas das vasilhas.

O próximo passo é exportar esse perfil para o programa Google SketchUp, nele podemos reconstituir a cerâmica em três dimensões, além de poder aplicar sobre ela a textura, próxima a original, da peça ou fragmento encontrado. Ao término exportamos para uma imagem jpeg e programa word.

O sítio HCR está a 720 metros de altitude em relação ao nível do mar, sendo que suas coordenadas (eixo central) UTM são 22K 71221/7346116 e 22K 716245/7346120.

As imagens sobre o Casarão, escombros, encontro fortuito e o trabalho desenvolvido podem ser observadas nas fotos 263 a 279.

Foto 263 e 264: Evidenciações de estruturas arqueológicas sob os escombros. Na primeira foto nota-se estrutura de fragmentos cerâmicos (na maioria forma um conjunto uma mesma vasilha). Na segunda, lixo doméstico com cerâmica cabocla e guarani. Sítio HCR, NSA-H3. Fotos: Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

[36] Informações do arquiteto Marcio Lima.

Foto 265: Casarão Santa Fé construído em taipa de sopapo com treliça de madeira lavrada e ripas de jerivá e alvenaria, segundo Barbosa (1985) construída no ano de 1890. Foto foi tirada na década de 1990. Acervo digital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva. Conjunto de casas acima (parcialmente fotografados de cor marrom) será destruído para construção de um hotel em 2008.

Fotos 266 e 267: Casarão Santa Fé em fase de demolição. Segunda foto (plástico preto) uma das duas casas que serão demolidas e unificadas a um estacionamento. Futuro sítio HCR. Fotos Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

Fotos 268 e 269: Primeira foto parede de taipa de sopapo sendo demolida, na segunda foto detalhe, madeira de lei lavrada, outra menor serrada e treliça de ripas de jerivá com barro. Porém, as ripas de jerivá são pregadas. Casarão Santa Fé Fotos: Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

Fotos 270 e 271: Casarão santa Fé demolido e casas demolidas na rua Levino Ribeiro, futuro Sítio HCR. Fotos: Silvio A. C. Araújo junho de 2008.

Fotos 272 a 274: Exemplos de sondagens realizadas com cavadeira no sítio arqueológico HCR. Primeira foto apresenta núcleo de solo antropogênico até 1,3 metros NSA – H1. Sítio HCR. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 275 a 276: Perfis de barranco, respectivamente lado sul com alicerce de antiga casa sem apresentar núcleo de solo antropogênico e lado norte com dois núcleos de solo antropogênico no NSA-H4 que irá ser escavado como Trincheira 2. Sítio HCR. Fotos: Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

Foto 277: Vista parcial dos lotes unificados onde se notou material arqueológico. Lado norte acima da linha, lado sul abaixo. Sítio HCR. Foto: Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

Foto 278: Trincheira 1 no início da evidenciação de uma estrutura de lixo doméstico. Foto: Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

Foto 279: Perfil de uma lixeira doméstica na Trincheira 1. Notam-se pratos de metal, tijolos e fragmentos de cerâmica e louças. Foto: Silvio A. C. Araújo, junho de 2008.

Itapeva apesar de ter plano diretor municipal. este não contempla o zoneamento urbano para o patrimônio cultural, mais especificamente o arqueológico. Isso, mesmo tendo oficialmente 242 anos, quase um quarto de milênio.

A Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental não é aplicada em sua plenitude em Itapeva. No seu artigo 2º a referida lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, sendo uma de suas diretrizes destacada aqui, o *inciso XII: proteção, preservação, recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.*

Para corrigir tal distorção, entre legislação e a prática, seria possível implantar novos instrumentos municipais para a tutela do patrimônio cultural, histórico e arqueológico.

Entre tais instrumentos destacamos:

Obrigatoriedade de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para concessões de licenças e autorizações de construções, ampliações e funcionamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar tais bens e o direito ao meio ambiente saudável e o acesso as fontes de cultura, no caso em questão, o acesso ao patrimônio cultural tal como a prevê o Estatuto das Cidades, artigos 36º a 38º;

Obrigatoriedade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) conforme Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 01/86 e nº237/97 embasadas pela Constituição Federal (todas já mencionadas);

Obrigatoriedade de que conste em inventário municipal sítios arqueológicos e históricos urbanos e rurais;

Implantação de um núcleo de arqueologia regional com equipe multidisciplinar.

Entendemos então, que a municipalidade não deve abster-se da gestão do patrimônio cultural, deve tomar a frente levantamento de informações sobre o patrimônio cultural e ambiental do município como um todo.

CAPÍTULO VI: CONSOLIDAÇÂO DOS CENÁRIOS.

Sobre a consolidação dos Cenários de Ocupação Humana na área de estudo, podemos construir alguns quadros baseados nas pesquisas arqueológicas, edifícios e ruínas, dados históricos, artefatos em museus e nas mãos de colecionadores locais:

Dentre as considerações para a construção da construção dos cenários de ocupação humana para Itapeva e região vale ressaltar que:

É certo que não temos para todos os cenários as referências arqueológicas que precisaríamos. Reside aí uma das características deste trabalho: compreender os cenários de ocupação humana a partir de elementos arqueológicos existente reinserindo-os no contexto histórico e social;

Os cenários de ocupação humana correspondem a determinados espaços de tempo que não são estanques e uniformes; são complexos tal como é a sociedade. Em vários casos um cenário se sobrepõe a outro devido à espacialidade da área. Então, os dados apresentados aqui devem ser interpretados como fragmentos do tempo materializados em bens patrimoniais;

Não é aqui objetivo discutir as origens dos povos indígenas no sentido de área nuclear e/ou de origem de determinada tradição cultural, ainda que se façam considerações nesse sentido;

Os cenários de ocupação humana são acompanhados primeiro por uma breve discussão do ponto vista arqueológico e histórico das referências bibliográficas, algumas já mencionadas, complementadas por outras correlacionadas, seguidas da apresentação dos bens patrimoniais encontrados (patrimônio arqueológico em suas conjunções).

Na tabela 42, é apresentado um resumo dos cenários de ocupação humana para Itapeva e região (11 municípios) de acordo com as principais referências. Para a identificação dos sistemas regionais de assentamento e ciclos econômicos regionais, foram utilizadas fontes arqueológicas, histórico-arquitetônicas, etno-históricas[37] e históricas.

---

[37] Chama-se etno-história o estudo dos indígenas conhecidos pelos cronistas do descobrimento da América através de textos e das tradições orais (PROUS, 1992, p.55)

Tabela 42: Quadro resumo dos cenários os ocupação humana para a área de estudo.

Cenários de ocupação humana	Referência temporal	Bases das referências
1º Cenário: macrossistemas de caçadores-coletores		
Paleoíndio	Cerca de 11.500 ± anos A.P.	Arqueológicas
Caçador-coletor antigo	7.000 ± anos 3.500 ± anos A.P.	Arqueológicas
Caçador-coletor recente	3.500 ± anos a 1000 ± anos A. P.	Arqueológicas
2º Cenário: macrossistemas de agricultores (Guarani. Kaingang e Tupi).		
Guarani	Forte presença em 1000 anos A.P.	Arqueológicas e etno-históricas
Kaingang	De 1.530 anos a 150 anos A.P. com forte presença por volta de 1.000 anos A.P.	Arqueológicas e etno-históricas
Tupi	295 ± 30 anos AP para o sítio Bianco e SCF-1 380± 30	Arqueológicas e etno-históricas
3º Cenário: Contato interétnico e a escravidão		
Bandeirismo de apresamento	De 1530 a 1845	Históricas e etno-históricas
Bandeirismo prospectivo	De ±1700 a 1780 ±	Arqueológicas, etno-históricas e Históricas
Ciclo do tropeirismo	De ±1700 a ±1860	Arqueológicas, etno-históricas e Históricas
4º Cenário: Fortalecimento da Agropecuária e a EFS		
Declínio do tropeirismo.	±1860 a 1930	Arqueológicas e Históricas
Produção de algodão e suínos	±1860 a 1940	Arqueológicas e Históricas
Extrativismo vegetal/ serrarias	±1910 a 1950	Históricas
5º Cenário: Urbanização e pré-industrialização		Arqueológicas e Históricas
Edifícios institucionais, primeiras indústrias e a Estrada de Ferro Sorocabana.	1890 a ±1960	Arqueológica, Histórico-arquitetônicas e
6º Cenário: Revoluções de 1930/1932 e extrativismo minerário		
As trincheiras revolucionárias	Ano de 1930/1932 (revoluções)	Arqueológicas e Históricas
Extrativismo minerário	1940 até hoje	
7º Cenário: O reflorestamento e o Al 2		
Ditadura militar, o reflorestamento e a agricultura mecanizada	1965 até hoje	Arqueológicas (alteração da paisagem) e Históricas

1- CENÁRIO DE MACROSSISTEMA CAÇADORES-COLETORES (PALEOÍNDIO, CAÇADOR-COLETOR ANTIGO E CAÇADOR-COLETOR RECENTE)

Uma observação importante a fazer é que as bacias hidrográficas da área do Paranapanema superior não contemplam datações de grupos caçador-coletores nas bacias do Apiaí, Taquari e alto Itararé que permitam uma análise regional robusta. As exceções são o sítio arqueológico Panema com 2.030 ± 200 datada por Afonso (2000, *apud* MORAIS, 2000) em Campina do Monte Alegre (bacia do rio Paranapanema) e o alto Almas na extrema cabeceira do Paranapanema.

Para subsidiar a criação dos cenários serão contextualizadas informações e datas de pesquisas realizadas em duas áreas próximas ao Paranapanema superior, divisa do Ribeira com o Paranapanema (alto Almas e Guapiara) e região médio Paranapanema onde as pesquisas estão mais avançadas.

Chmyz (2001) para Riversul, Iporanga e Itaberá no trabalho na linha de transmissão de 750 Kv Ivaiporã/Itaberá III identifica 7 sítios arqueológicos (identificados como L93, L94, L95, L96, L97, L100 e L101) com a denominação "provavelmente umbu"[38] com a presença de artefatos (alguns não especificados), lascas e núcleos compostos por silexito, quartzo, quartzito e arenito silicificado.

Araújo (1995; 2001) identifica 5 sítios para Ribeirão Branco, Bonsucesso e Nova Campina (são: MCL, MPL, PAT, PG2 e RTR) nos quais foram encontrados: 1 ponta de projétil bifacial fragmentada, 2 unifácies,1 pré-forma de ponta bifacial, unifácies e outros não especificados junto a lascas e estilhas produzidas a partir de quartzo leitoso, quartzito, silexito e outros não especificados. São denominados pelo pesquisador como "líticos antigos".

Araújo destaca que o PG2 é multicomponencial cerâmico Itararé-taquara e lítico antigo sendo abertas duas possibilidades: a "mineração" do grupo ceramista Itararé sobre um sítio lítico mais antigo ou possível contato (2001, p. 310). No Ribeira de Iguape (DE BLASIS, 1999, p. 282) atenta para

[38] Termo do próprio autor utilizado na Comunicação entre o CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná e o MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo em 26 de janeiro de 2001.

possibilidade de contato entre caçador-coletores e grupos horticultores e que essa situação não seria surpreendente.

Araújo (2001) não considera conveniente denominar de origem Umbu ou Humaitá os artefatos líticos antigos encontrados nos diversos compartimentos topomorfológicos do alto Taquari e afirma que não existem sítios semelhantes aos sítios do vale do Ribeira de Iguape.

Essa semelhança ocorre apenas entre o alto Almas e o vale do Ribeira.

Camargo Araújo (2006), para Itapeva, apresenta uma ocorrência não plotada na cabeceira do aterro do aeroporto municipal de arenito silicificado. Também aponta dois artefatos encontrados no bairro de Lagoa Grande, sigla SLF-3, sendo 1 lítico "bumerangóide" de sílex cinza e um fragmento de raspador de arenito silicificado, a denominação utilizada foi sistema regional de caçadores-coletores;

Por fim, Silva-Méndes (2007) para Guapiara e Ribeirão Grande (alto Almas) tem ao menos 42 sítios arqueológicos atribuídos a grupos caçadores-coletores numa densidade demográfica muito maior que a do alto Taquari. Divide-os em três grupos distintos: paleoíndio, caçador–coletor antigo e caçador–coletor recente, sendo o único pesquisador encontrar vestígios relacionados aos paleoíndios no Paranapanema superior.

O paleoíndio foi definido como "*o estágio de adaptação de sociedades imigrantes às condições climáticas e fisiográficas glaciais e pós-glaciais no novo mundo*" Willey & Phillips (1958, p. 80 *apud* NEVES, 2000, p. 177). De forma mais simples, Eduardo Góes Neves aponta como o período correspondente entre as primeiras ocupações até cerca de 10.000 anos atrás. Entre os animais caçados estão mastodonte, cavalo, a preguiça gigante, glyptodonte - tatu gigante, que foram extintos devido à caça humana e a mudança de temperatura no decorrer de milênios (NEVES, 2000, p.180).

Sobre as condições climáticas no lado Atlântico da América do Sul Dillehay e Meltzer (1991) citam:

> Between 12.000 and 9.000 B.P., there was a marked increase of humidity in a still cool climate. Then, after about 9.000 B.P., increasingly warm conditions culminated in de Climatic Optimum between 8.000 and 4.000 B.P. this is gradual change, punctuated by

> minor oscillations, brought a major increase in plant cover. The caatinga (White Forest in Tupi language), an expanse of cactus and thorn trees that take on grayish appearance in dry season, retreated and gave way to the cerrado, a savana with trees, sometimes quite dense stands. The modifications of the climate and vegetation brought about changes in fauna: terrestrial mollusks multiplied – and we shall see the importance they took on in the diet of prehistoryc groups – while the expansion of dense vegetation led to large animals becoming rare in the sectors in question. All of this explain why in several regions, fishing and plant collecting increased in importance and why hunting only remained predominant in more open áreas (DILLEHAY & MELTZER, 1991, p. 105).

O primeiro grupo – Paleoíndio – é raro no alto Almas, com idades de 12.000 a 7.000 anos com artefatos bem característicos: pontas de lança (predomínio de percussão suave e adelgaçamento dos setores dorsal e ventral de lâminas) com dimensões variando de 8 a 16 centímetros de comprimento e 3 a 6 milímetros de espessura. Ocorrência de foliácea triangular com e sem pedúnculo (rabo de peixe) e aletas em ângulo interno inferior a 60 graus em relação ao plano distal do pedúnculo. São encontrados em ambientes ao redor de antigas lagoas, hoje banhados (SILVA-MÉNDES, 2007).

Estes sítios de caçadores-coletores, no vale do Ribeira, estão relacionados à caça de mega fauna (BARROS BARRETO *et al*., 1982).

Os caçadores coletores antigos do alto Almas, segundo Robrahn-González (2006, p. 75), podem ter vivido em compartimentos geomorfológicos e ambientes variados da recente mata atlântica em regiões ocorrentes na regiões mais úmidas, manchas de cerrado e presença de araucárias.

O segundo grupo, o de caçador-coletores antigos, apontado por Silva-Méndes, tem cerca de 5.500 anos com artefatos diferentes, afinal com as mudanças climáticas do Optimum Climático[39] muda-se o ambiente, a flora e a

---

[39] De forma simples Aziz Ab' Sáber diz que o Optimum Climático é um fenômeno onde a temperatura intensa aliada ao nível do mar mais elevado, provoca maior evaporação das águas próximas à costa, empurrando a umidade para dentro do continente, como consequência ocorre a alteração da vegetação (expansão de florestas por exemplo). Reportagem do site Apolo11.com, disponível em http://www.apolo11.com/mudancas_climaticas.php?titulo=Geografo_brasileiro_rebate_savanizacao_da_Amazonia&posic=dat_20070319-102034.inc Acesso em: 26/09/2011.

fauna centre 8.500 e 6.500 B.P., e consequentemente, a alimentação e as ferramentas tornam-se menores.

A não freqüência de caçador-coletores tal como no alto almas, no Paranapanema superior, pode ser dever a alguns fatores como densidade demográfica baixa, os sítios estarem cobertos com muitos sedimentos (então de difícil acesso e visualização) ou por questões paleoclimáticas, pois a parte central do Paranapanema superior (Itapeva, Itararé, Capão Bonito e Paranapanema abaixo) estariam pouco favoráveis ao estabelecimento humano antes de 7.000 ou 6.000 anos A.P, ou ainda, a conjugação dos fatores elencados.

Atenta-se aqui que a evidenciação e análise da distribuição espaço-temporal de materiais líticos constituem elementos cruciais para o levantamento do *modus vivendi* pré-histórico (MORAIS, 1983, p. 12).

Alguns padrões locacionais e características de artefatos favoreceram estabelecer duas fortes relações entre o SLF-3 no Morro Cavado, próximo à serra da Água Limpa no bairro Lagoa Grande em Itapeva com a denominada Tradição Humaitá, cultura Alto Paranaense (PROUS, 1991).

A primeira relação está no padrão de assentamento: ocupação em morros altos, próximo a curso de água, riachinhos. No sítio em questão um córrego e uma antiga lagoa com sedimentos e de fluxo meândrico.

A segunda relação está nos artefatos: a ocorrência de um fragmento de raspador com talão em córtex, com poucas lascas existentes no sítio, material esparso, além do aparecimento do “fóssil-guia” de um bifácie “bumerangóide”.

A idade para esse grupo de caçador-coletor estaria por volta de 7200 ± 100 B.P a 5.960 ± 140 com ocorrência sobre as Misiones no Paraguai e Argentina, interior setentrional gaúcho e de Santa Catarina, rios Uruguai, Jacuí, alto Itajaí e alto Tubarão (PROUS, 1991 p.156). É um sítio arqueológico com ocorrência fora de um espaço tradicional.

A cronologia dos grupos caçador-coletores no médio Paranapanema está muito bem consolidada, destacam-se aí os sítios Brito com 7.020 ± 70 a 3.930 ± 60 anos A.P. em Sarutaiá (VILHENA-VIALOU, 1983); Pintado com 6.350 ± 650 anos A.P. em Piraju (MORAIS, 2000); Lambari em Piraju com 6.050 ± 600 anos A. P. (MORAIS, 2000); Camargo 4.650 ± 450 a 2.060 ±

200 anos A.P em Piraju (MORAIS, 1980); Almeida em Tejupá com 1.500 ± 150 anos A.P. Todas as datas e pesquisadores citados por MORAIS (2000).

No médio Paranapanema, em relação aos caçador-coletores Umbu e Humaitá

> [...] podem ser encontrados indistintivamente em terraços, patamares de vertentes, cabeceiras de nascentes e topos de interflúvio. Quase sempre associados a cascalheiras, diques clásticos ou pavimentos detríticos (locais de extração mineral) ou corredeiras, cachoeiras ou saltos (locais de apanha peixe) (MORAIS, 1999-2000, p. 206).

Os caçador-coletores recentes também vão ocupar espaços variados e como sugerem Araújo (2001), Robrahn-González (2006), Silva-Méndes (2007) e De Blasis (1999). A cronologia deste grupo varia de 1.000 anos a 750 B.P.

Artefatos que contribuem para a construção deste cenário podem ser observados entre as fotos 280 e 286.

Foto 280: Lítico lascado com aproximadamente 15 centímetros de comprimento que pertence ao colecionador Profº Laércio do município de Ribeirão Grande. Foto: Emmanuel Sócrates.

Foto 281: Algumas das diversas pontas de projéteis de Ribeirão Grande. Coleção pertencente ao Profº Laércio. Foto: Emmanuel Sócrates.

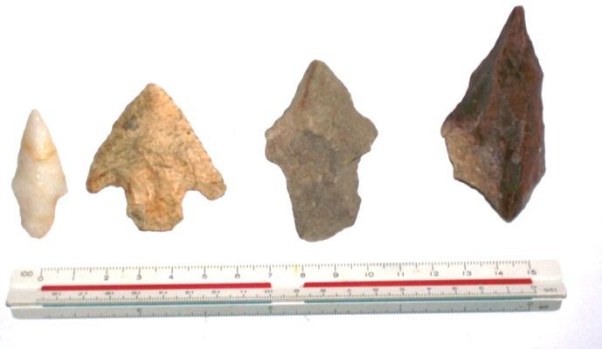


Foto 282: Coleção de artefatos atribuídos a caçadores coletores do município de Itapeva. Da esquerda para direita: ponta de projétil de Ribeirão Grande de quartzo leitoso; ponta de projétil encontrado nas obras de terraplanagem do aeroporto municipal de Itapeva; pré-forma e furador encontrados no Painel da Santa (Abrigo da Faz. Pouso Alto e Borda em Nova Campina). Foto: Silvio A.C. Araújo.

Fotos 283 a 284: Ponta bifacial fragmentada feita de quartzo leitoso procedente do Sítio Marcelino, Área Piloto CRA no alto Taquari no município de Nova Campina (ARAÚJO, 2001). Foto 284: Peça unifacial de pequenas dimensões de quartzito procedente do Sítio Marcelino, Área Piloto CRA no alto Taquari (ARAÚJO, 2001). Fotos: Wagner S. Silva.

Fotos 285 e 286: Artefatos líticos atribuídos a caçador-coletores antigos por Araújo (2001). Sítio Menk & Plens. Área piloto Taquari Guaçu. Entre as matéria primas utilizadas estão (silexito, quartzo e quartzito). Na segunda foto, sílex em forma bumerangóide e raspador de arenito silicificado encontrados no Sítio SLF 3 na Lagoa Grande, área rural de Itapeva. Fotos: Silvio A. C. Araújo

2- CENÁRIO DE MACROSSISTEMA DE AGRICULTORES (GUARANI, KAINGANG E TUPI)

Ao contrário dos grupos caçador-coletores, macrossistemas de agricultores tem uma cronologia melhor estabelecida no Paranapanema superior.

No tocante aos agricultores Guarani de acordo com Morais (2000), em publicação das datações do Projeto Paranapanema, chegou-se as seguintes idades[40] A.P.

Para Campina do Monte Alegre: sítio Panema com amostra de colágeno/osso 300 ± 40 A.P. para o estrato 1 (PIEDADE, 2000) e para o estrato 2 com fragmento cerâmico 2040± 200 (AFONSO, 2000). Para o sítio Campina 550 ± 50 A.P. com fragmento de cerâmica (MORAIS, 2000) e sítio Jango Luís com termoluminescência, mas sem referências de processamento, 1.290 A.P. (PALLESTRINE, 1975).

Para Itapeva temos uma datação quase homogênea que varia de 1.010 ± 100 A.P. para 1.190 ± 120 com 5 amostras do sítio Fonseca, no bairro da Caputera (PALLESTRINI, 1970).

Em Angatuba, o sítio arqueológico São Roque com 1.110 ± 110 A.P. com datação de um fragmento de cerâmica (AFONSO, 2000).

Em complemento ao que já foi citado anteriormente, no capítulo sobre estado d'arte da arqueologia, com relação ao modo de vida dessa população, Pallestrini (1969) indica sepultamentos próximos aos núcleos de terra preta (hoje denominados núcleos de solo antropogênicos), que seriam locais das antigas habitações[41]. Esta terra preta seria resultante de fogueiras e restos orgânicos (química e fisicamente alterados em relação ás áreas de sepultamento) de terra vermelha típica do solo local.

Na paisagem, o sítio Fonseca está implantado quase no topo de uma colina que tem ribeirões em sua base, situação semelhante ao sítio de João Silvério a alguns poucos quilômetros dali onde também foram encontrados

---

[40]Optou-se por uma conversão do ano A.P. tendo como ponto de partida o ano de 2010. Então, tanto as amostras datadas por radiocarbono (que tem com ponto de partida o ano de 1950), assim como as amostras datadas por termoluminescência ou luminescência opticamente estimulada (de várias datas de processamento) foram convertidas para 2010. A exceção é o sítio Jango Luís (PALLESTRINI, 1975) que não tem referência do ano de processamento, então se acrescentou 30 anos A.P que é tempo/idade considerada da publicação.

[41] Em número de 8 para o sítio Fonseca Pallestrini 1969, prancha 20.

sepultamentos Guarani e retirado algumas urnas e partes da ossada de uma mulher de cerca de 30 anos.

Quanto ao tratamento dado a superfície da cerâmica indígena encontrada, prevalece o tipo liso, corrugado, pintado e ungulado, seguido em menor freqüência por tipos escovados, serrungulados, pinçados, nodulados, canelados e ponteados presentes em urnas funerárias, urnas e vasilhames menores. Também são notados implementos líticos pouco sofisticados como seixos com traços de uso, percutores e polidores (PALLESTRINI, 1969 p.17-18).

As casas/habitações denominadas (*tapy'iguassu*' – casa grande) foram notadas tanto no sito Fonseca em Itapeva como no sítio Jango Luís em Campina do Monte Alegre (MORAIS, 1999-2000, p. 207), estas teriam cobertura de sapé e esteios. Várias casas grandes em conjunto formam um único sítio.

Um dado interessante que vale a pena investigar é o contato interétnico Guarani/frentes de expansão, uma vez que não raro haver sítios multicomponenciais no alto Taquari como, por exemplo, o sítio Santa Maria - SMA no bairro das Pedras - e o achado fortuito no centro da cidade de Itapeva, sítio HCR, onde foram encontrados e identificados (por enquanto) pelo menos duas dezenas de fragmentos cerâmicos corrugados ungulados e escovados de, pelo menos, 5 vasilhas diferentes, muito semelhantes a cerâmica encontrada regionalmente e atribuída aos Guarani (já apresentadas as datações).

A seguir são apresentadas algumas referências arqueológicas para o cenário do macro sistema agricultores do Guarani decorrente de 40 anos de ProjPar do Paranapanema superior.

Em relação ao macrossistema de agricultores Kaingang, existem datações que permitem estabelecer uma cronologia em três bacias hidrográficas no interior do Paranapanema superior: Apiaí, Taquari e alto Almas.

Na bacia do Apiaí Mirim De Blasis (2000, p. 68) após escavar os sítios Areia Branca 5 e 6, obteve as seguintes datações:

Para o Areia Branca 5 com duas datações 880 ± 60 anos A.P. para a amostra SA8N4 e 830 ± 70 anos A.P. (sem especificação da amostra, citado apenas como Areia Branca 5).

Para o sítio Areia Branca 6 são cinco datações: amostra VIII 1.530 ± 40 anos A.P.; amostra T3Q1N8 1.430 ± 60 anos A.P.; T1 am. IX 630 ± 60 anos A.P.; T1 am. X 470 ± 50 anos A.P.; e am.IV 20 ± 50 anos A.P, está última provavelmente contaminada.

Araújo (2001) publica para o sítio Arlindo Cruz quatro datações, são elas: 620 ± 40 anos A.P.; 890 ± 130 anos A.P.; 890 ± 130 anos A.P.; e 1.000 ± 100 anos A.P. Gasbol 8 1.540 ± 150 anos A.P. Todas as amostras foram coletadas em superfície. O sítio Arlindo Cruz está também situado na bacia do rio Apiaí.

Para o sítio Quatis na bacia do Taquari, Araújo (2001), tem uma datação de 1.160 ± 100 anos A.P.; enquanto sítio Muzel 1.540 ± 170 anos A.P.

No alto Almas, Silva-Méndes (2007) atribui uma cronologia entre 1.000 e 150 anos A.P.

De acordo com a coletada de dados sobre os sítios arqueológicos atribuídos aos Kaingang regionalmente (Paranapanema superior), a ocupação pode ter ocorrido entre 1550 anos A.P. a 150 anos A.P., aproximadamente.

Quanto ao modo de vida dos Kaingang deve-se levar em conta que relatos etno-históricos foram realizados na maioria das vezes em situação de guerra, conquista e retração demográfica (SILVA NOELLI, 2004, p.20) e que ainda não existe uma explicação apropriada sobre o tamanho e da complexidade demográfica dos processos de ocupação do espaço ao longo de dois mil anos e, principalmente, das continuidades e mudanças em termos de padrão de assentamento e rede de alianças regionais (p.21).

Araújo (2001, p. 328) sintetiza sua tese de doutorado, parte referente aos povos de origem Jê no alto Taquari, indicando a convivência destes com os grupos Tupiguarani. Nas áreas de relevo mais suaves, os grupos Tupiguarani e os de origem Jê num relevo mais acidentado próximo a serra do Mar (Paranapiacaba).

Também são notados diversos sítios arqueológicos denominados “casa de bugre” ou “casas subterrâneas” (habitações) e montículos de terra (sepultamentos) ou, ainda, abrigos rupestres com ou sem arte, associados a

cerâmica Jê (PROUS, 1979; ARAÚJO,1995, 2001; DE BLASIS, 2000; KAMASE, 2004, CAMARGO ARAÚJO, 2006) ou, ainda, nas proximidades no vale do Ribeira na Barra do Turvo (AFONSO & MORAIS, 2002).

É oportuno observar que: enquanto as casas subterrâneas estão comprovadamente associadas por escavações e datações à cerâmica Jê – macrossistema Kaingang no Paranapanema superior e adjacências, em relação aos abrigos sob rocha apenas o Abrigo Itapeva foi escavado em 1969, porém, não foi possível encontrar os materiais retirados que são compostos por material lítico, conchas e parte de uma ossada humana segundo, Aytai (1970, 1972).

Essa observação é valida, pois existem no Abrigo Itapeva, dois tipos de inscrições rupestres: as pintadas (dois cervídeos no canto à esquerda do painel e outras formas não identificáveis) e outro grupo em baixo relevo preenchido com pigmentos pretos e vermelhos (maior parte das inscrições), ambos já descritos por Aytai e Prous.

No Abrigo Itapeva existe um terraço, de origem antrópica (muito bem definido), enorme entre 5 ou 6 metros de altura em relação ao nível do relevo das bases das escarpas vizinhas. Tem mais de 25 metros de comprimento. Não seria surpreendente que futuras escavações pudessem revelar cultura material de outro macrossistema regional ou, ainda, outro abrigo já encoberto por sedimentos, pois no piso do Abrigo Itapeva, próximo a base da parede existe uma reentrância para o interior da rocha de arenito tal como a entrada superior de um abrigo sob rocha.

No alto Ribeira na área prioritária do projeto Hidroelétrico Tijuco Alto no município de Ribeira – SP, Igor Chmyz e equipe (1999) divulga o resultado do Estudo de Impacto Ambiental resultante de estudos e pesquisa de campo. Chmyz encontra diversos sítios históricos e líticos além de fragmentos de cerâmicos associados à tradição Itararé. Em reconstrução das formas foi possível verificar bases/fundos de vasilhas convexas, côncavas, cônicas, planas, planas e côncavas com angulação na junção exterior com a parede no bojo (1999, p.42-43).

A existência do macrossistema de agricultores Tupi ainda está em fase inicial de estudo. Segundo Araújo (2001), há diferenças entre os Tupiguarani do médio e alto Taquari. Enquanto no médio Taquari há ocorrência de

cerâmica com tratamento de superfície (decoração plástica) lisa, pintada corrugada, ungulada e outras com sítios com montículos (sepultamentos) e situados em média vertentes, no alto Taquari, a predominância de cerâmica lisa (quase total), sem montículos relacionados e em divisores de água (ARAÚJO, 2001, p. 322-4).

Camargo Araújo apresenta uma datação[42] para sítio Bianco de 295 ± 30 anos A.P. que é uma idade relativamente nova se comparar com os sítios Tupiguarani de pesquisas anteriores (aqui denominados Guarani) do médio Taquari.

Segundo Araújo (2001)

> Dos aproximadamente 3.500 fragmentos recolhidos no Sítio Bianco, nenhum apresentou superfície corrugada. Não se observou também decoração plástica nos sítios Moura, Porteira, Cedro e Pinha, em que pese o fato de as coleções serem muito menores e talvez não tão representativas. Parece haver, contudo, uma "fronteira" entre diferentes grupos portadores da cerâmica Tupiguarani, fronteira esta que separa os sítios do Alto Taquari dos sítios detectados mais a norte (Silveira, Fonseca) e no médio vale (região de Piraju). Seriam os sítios Tupiguarani do Alto Taquari relacionados a uma ocupação Tupi? Novamente, uma questão a ser respondida no futuro (ARAÚJO, 2001, p. 331)

Talvez parte dessa questão possa ter como início com as datações dos sítios SCF-1 de Itaberá e SCF-4 de Taquarivaí que portam cerâmica lisa com carena e relativamente grossas semelhantes à cerâmica Guarani. Ambos apresentam cerâmica de 0,8 a 1,3 centímetros na sua maioria (devido à mecanização de ambos os sítios por ais de 30 décadas estão com fragmentos menores de 7 centímetros). Também foram encontrados alguns fragmentos de vasilhas cerâmicas de pequeno porte, lisa, com cerca de 0,4 centímetros de espessura mas são minoria.

---

[42] A análise foi cedida por Marisa C. Afonso na banca de mestrado de Silvio A. C. Araújo que publicou em sua dissertação. Inicialmente essa análise iria compor a Tese de Doutorado de Astolfo G. M. Araújo, mas não houve tempo hábil, pois seria uma segunda remessa, uma vez que a primeira não continha material suficiente passível datação.

Foi possível datar[43] o SCF-1 (um fragmento cerâmico liso com 1,2 centímetros de espessura, Amostra SCF-1 nº 1, resultante de coleta superficial de mais de 20 fragmentos, todos lisos). Datado de 380±30 A.P., que remete a possível ocupação Tupi entre os anos de 1601 a 1661, o que corresponde a uma faixa cronológica próxima ao sítio Bianco[44] datado de 295±30 A.P., que remete ao período de entre os anos de 1686 e 1746. Porém, acreditamos ser preciso estudo mais aprofundado da cerâmica com revisita e coletas de material, além de mais datações para este conjunto de sítios.

Segundo ficha de cadastro do ProjPar o SCF-1 está em propriedade pertencente ao Sr. João Furtado (Nome verdadeiro João Batista de Oliveira) localizado próximo a confluência do rio Taquari e Ribeirão Pirituba este último a 130 metros do sítio e em média vertente próxima, com face voltada para o lado leste. Sua coordenada UTM é 22K 0701574/7360913 e a 625 metros de altitude acima do nível do mar

O sítio está dividido (na borda) por vários piquetes de lavoura, pasto e cana de açúcar além de uma estrada. Segundo o proprietário a pelo menos 40 anos o local é arado, o que justifica os pequenos fragmentos cerâmicos. A área de ocorrência cerâmica observada é de 50x30 metros.

O SCF-4 esta localizado no bairro das Pedrinhas no município de Taquarivaí e pertence a Adão Carlos Cruz. UTM 22K 0740941/7349236 e 690 metros de altitude em relação ao nível do mar.

A cerâmica ocorre numa área de 35x35 metros em área de lavoura de mais de 30 anos de uso. Porém, segundo o proprietário sob a mata existem vasilhas cerâmicas quase que inteiras em profundidade de 30 centímetros.

Está a cerca de 1,5 quilômetro do rio Apiaí e 500 metros de um afluente sem denominação. Foi enviado para datação um fragmento liso, porém, não se teve o resultado até o fechamento deste trabalho.

O SCF-5 em Buri, no bairro Santa Isabel, antigo bairro dos Cuiudos[45], nas margens de um pequeno afluente do rio Paranapitanga, encontra-se um sítio que apresenta cerâmica lisa guarani, mas como foram recolhidos apenas

---

[43] Datação realizada pela Dra Sonia Hatsue Tatumi e equipe. Laboratório FATEC/SP. A técnica utilizada foi termoluminescência com alíquotas únicas, com 4 alíquotas para cada amostra. Irradiação em 1, 2, 3 e 4 Gy. Também calibrada pela equipe da FATEC para o ano de 2011.
[44] Ano base de referência 2005, Camargo Araújo (2006, p. 31).
[45] Cuiudo denominação regional para cavalo não castrado, bravio e robusto.

6 fragmentos muito pequenos devido ao pasto alto numa planície sedimentar (fundo do vale) não se pode fazer considerações conclusivas.

O proprietário diz haver pelo menos três locais de ocorrência de cerâmica na propriedade, mas o fato não pode ser comprovado devido à cobertura vegetal (pasto alto). Suas coordenadas UTM são: 0761910/7375015 e está em altitude de 630 metros acima do nível do mar. Está situado baixa vertente a 600 metros do rio Paranapanema.

Os três sítios além de cerâmica lisa atribuível ao guarani regionalmente estão próximos a rios de considerável tamanho, respectivamente: Taquari/Pirituba; Apiaí e; Paranapitanga/Paranapanema. O que pode indicar um padrão no interior do Paranapanema superior.

Fotos relacionadas aos macrossistemas de agricultores indígenas podem ser observadas entre as fotos 287 e 315.

Fotos 287 e 288: Urna do sítio Fonseca (s/d) e urna corrugada em fase de escavação do sítio Caçador em Itaí. Fotos: José Luiz de Morais (1984).

Fotos 289 e 290: Urna funerária corrugada do sítio Fonseca retirada em 1998, vasilha ao lado serve como tampa (ARAÚJO, 2001). Foto: Wagner S. Silva. Foto 290: Urnas fragmentas do sítio Silveira. Urnas fragmentadas do sítio situado na propriedade de Irineu Rodrigues Silvério, distante cerca de 4 quilômetros do sítio Fonseca (CAMARGO ARAÚJO, 2006). Foto: Silvio A. C. Araújo.

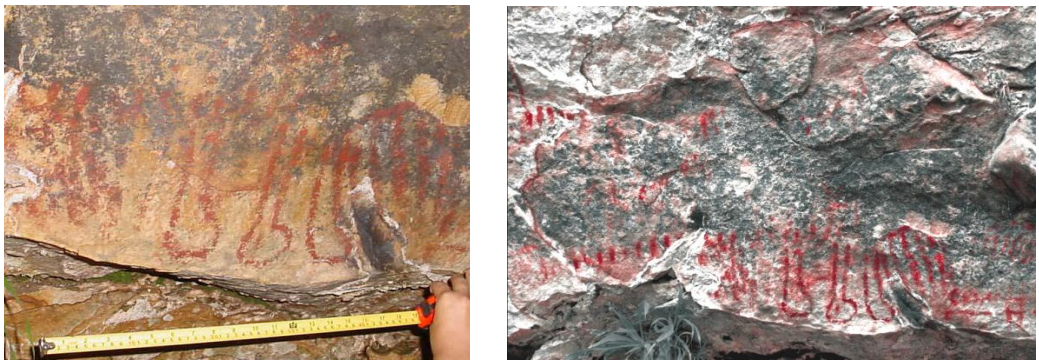
Fotos 291 a 293: Urna Guarani corrugada em exposição na Casa Grande da Fazenda Pilão d'Água. Segunda foto: borduna, mão de pilão em forma de bastão e mão de pilão em formato cônico. Artefatos sem contextualização, porém, associados a grupos agricultores. Acervo Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva. A terceira foto Machadinha polida pertencente ao Sr. Paulo S. de Oliveira. Em exposição na Sala Verde de Educação Ambiental Avelino Comeron Peixe Filho. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 294: Vista parcial da exposição de líticos polidos da Secretaria Municipal de Cultura de Itapeva expostas na Fazenda do Pilão d'Água. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 295: Vasilha encontrada pelo Sr. José Louzarde, morador de Campina de Fora. Sítio Louzarde. Note-se a presença de carena no vasilhame, que é atribuível à Tradição Itararé-taquara. Proximidades da Área Piloto CDF (ARAÚJO, 2001). Foto: Astolfo G.M. Araújo.

Fotos 296 e 297: Vasilhas cerâmicas pertencente ao grupo Jê escavadas em casa subterrânea em Bonsucesso de Itararé por Kamase (2004). Montagem realizada por técnicos do laboratório do MAE/USP. Fotos: Rubens Prestes.

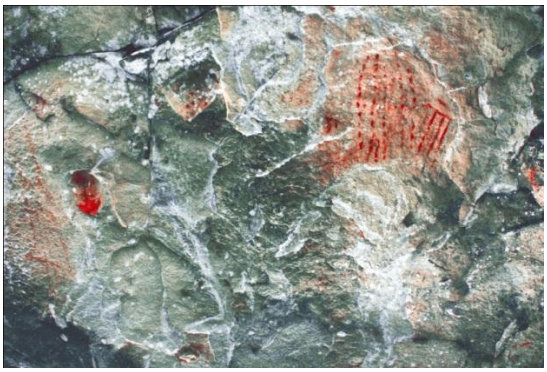
Foto 298: Vista de uma casa subterrânea abandonada em Bonsucesso de Itararé - CSU em altitude 850 metros acima do nível do mar próxima ao rio Pirituba em início de trabalho com diastímetros e prospecção. Escavada por Kamase em 2003. Foto: Luciane M. Kamase



Fotos 299 e 300: Na primeira foto pinturas rupestres do Abrigo Fabri 1, atribuída ao macro sistema regional Kaingang. Foto: Silvio A. C. Araújo. Na segunda foto as mesmas pinturas rupestres com segregação de cores. Fotos: Emiliano Hagge.

Foto 301: Pinturas do Abrigo Fabri 1 em destaque um cervídeo. Foto: Emiliano Hagge.

Fotos 302 e 303: Primeira foto, frente do Abrigo rupestre Fabri 1. Bairro das pedras em Itapeva. Mata tipo cerrado paulista em sua frente. Na segunda foto, vista frontal do Abrigo rupestre Fabri 2. Bairro das Pedras. Fotos: Silvio A.C. Araújo.



Fotos 304 e 305: Campo rupestre no alto da serra das Pedras, ao fundo destaca-se o Abrigo Fabri 2. Na segunda foto, pintura rupestre do Abrigo Fabri 2, (sem escala) com segregação de cores. Foto: Emiliano Hagge.

Foto 306: Abrigo da Fazenda Remanso 1 que porta uma oficina de polimento em suas paredes. Denominação antiga do local era Fazenda das Missões. Foto: Silvio A.C. Araújo.

Foto 307: Painel de inscrições rupestres do Abrigo Itapeva, vista natural, as gravuras são quase imperceptíveis. Foto: Emiliano Hagge.

Foto 308: Detalhes com segregação das cores das gravuras do Abrigo Itapeva. Fotos: Emiliano Hagge.

Foto 309: Detalhes com realce das cores e das gravuras do Abrigo Itapeva. Fotos: Emiliano Hagge.

Foto 310: Detalhes com realce das cores e das gravuras do Abrigo Itapeva. Foto: Emiliano Hagge.

Foto 311: Vista das pinturas rupestres ao lado das gravuras do Abrigo Itapeva vista natural. Foto: Emiliano Hagge.

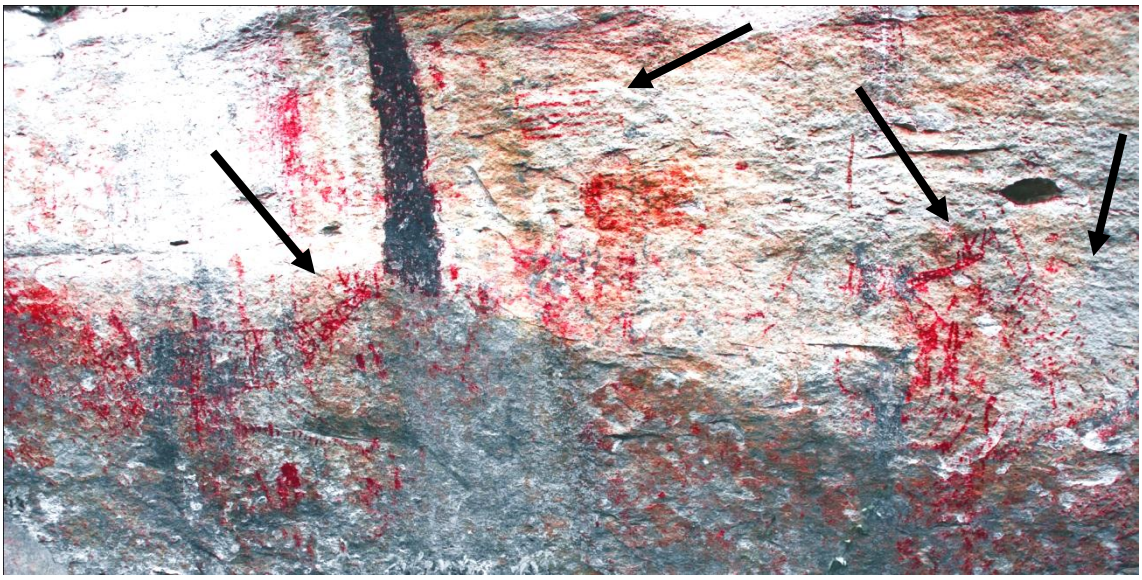


Foto 312: Vista das pinturas rupestres ao lado das gravuras do Abrigo Itapeva, com segregação de cores. As setas verdes indicam cabeças de cervídeos e formas geométricas: retangular e circular. No centro (parte alta) uma forma geométrica. Foto: Emiliano Hagge.

Foto 313: Inserção na paisagem do sítio SFC-4 em média alta vertente. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 314 e 315: Cerâmica provavelmente Tupi. Sítio SFC-1. Segunda foto, Cerâmica provavelmente Tupi. Sítio SFC- 4. Fotos: Silvio A.C. Araújo

3- CENÁRIO DE CONTATO INTERÉTNICO (APRESAMENTO DO ÍNDIO, BUSCA AO OURO E TROPEIRISMO)

Composto por períodos de apresamento ao índio, busca ao ouro e tropeirismo.

São frentes de expansão da sociedade nacional, períodos que se sobrepõe e tem como características principais a escravidão de (índios e africanos), além do início da colonização regional. Nesse sentido, são cenários pouco aprofundados do ponto de vista da arqueologia histórica no Paranapanema superior.

Entre as referências encontradas estão:

Apresamento dos índios com os relatos etno-históricos dos viajantes August Saint-Hilaire e Jean Baptiste Debret por volta da década de 1820 (já citados). Porém a gravura realizada por Debret entre Itapeva e Castro mostra a triste situação de degradação humana ainda prevalecente nas primeiras décadas século XIX. Vide figura 18.

Figura 18: Gravura de Jean Baptiste Debret na terceira década do século XIX. Índios soldados escoltando mulheres e crianças índias entre Itapeva e Castro. Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Edição traduzida por Sérgio Milliet. Tomo I. Prancha 20, referência página 7 e 8. Livraria e Editora Martins, 1954.

O bandeirismo, com as expedições por terra de resgate e apresamento dos Guarani, a partir 1585-1641, partindo dos Campos de Piratininga - São Paulo em direção as Missões do Guairá e expedições de apresamento de outros grupos sobretudo, após 1640 rumo as Missões do Tape, ambas passando pelo Paranapanema superior (MONTEIRO, 2005, p. 13), são exemplos do bandeirismo de apresamento. Essas expedições colocam em contato e submissão os povos nativos do sudoeste do atual estado de São Paulo e do sul do Brasil.

A predação aos índios vai diminuir em grande medida nos arredores de Faxina com o Aldeamento de São João Batista do Rio Verde, hoje Itaporanga, a partir de 1845.

O ciclo regional do ouro do Vale do Ribeira de Iguape atingindo Apiaí e Paranapanema (municípios de Ribeirão Grande e Guapiara) com mão de obra escrava indígena e africana é um importante cenário que precisa ser aprofundado, ainda que existam poucas referências históricas a arqueologia pode contribuir para o esclarecimento deste ciclo regional que ocorre entre os séculos XVI e XVIII.

Segundo Robrahn-González (2006)

> Partindo de vários pontos do litoral paulista, exploradores portugueses buscavam ouro subindo o curso do Ribeira. Data de 1576 expedição de Garcia Rodrigues Paes que fundou o garimpo de Santo Antônio nas proximidades da atual Iporanga, estabelecendo um dos núcleos que serviriam de base para a partida de explorações do alto curso do Ribeira e, posteriormente, do alto Paranapanema.
>
> Acredita-se no entanto, que embora inexistam documentos escritos sobre o ouro de aluvião do alto Ribeira e do Paranapanema antes da primeira metade do século XVI, ela já tivesse ocorrido antes em pequenas incursões e que tenham se consolidado na segunda metade do século XVI, quando as populações autóctones já haviam se integrado aos aldeamentos ou eram transformados em mão de obra escrava dos bandeirantes (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 97).

Como referências arqueológicas temos encanados no município de Ribeirão Grande, vide fotos de 316 e 317.

Fotos 316 e 317: Encanados perto do bairro dos Anacletos, vistas parciais da margem direita e leito com margens. Fotos: Silvio A.C. Araújo.

Camargo Araújo (2006, p. 62-63) aponta o sítio Santa Maria[46] no alto da serra das Pedras, divisora de águas entre as bacias do Apiaí e Taquari na área rural de Itapeva como um sítio de contato interétnico por encontrar lá cerâmica corrugada muito semelhante à cerâmica Guarani. Junto à referida cerâmica encontrou-se também cerâmicas escovada com alça, lisa e pinçada, pintada, com engobo branco (provavelmente caulim abundante nas proximidades) e corrugadas. Todas provavelmente de origem caboclas. Também são encontrados fragmentos de telhas coloniais – capa e calha, uma chave de metal antiga com mais de 10 centímetros de comprimento e fragmentos de vidro. Foi possível recompor virtualmente três vasilhas cerâmicas do referido sítio.

As imagens de alguns dos fragmentos e artefatos do sítio Santa Maria, assim como a recomposição virtual realizada podem ser observadas nas fotos 318 a 323 e nas figuras 19 a 21.

[46] Sigla ITV 22.291.408

Fotos 318 a 320: Da esquerda para direita: fragmentos de cerâmica marrom lisa com incisões; cerâmica semelhante a guarani com engobo branco; chave de metal antiga. Todas do sítio Santa Maria no bairro das Pedras, divisor de águas entre a bacia hidrográfica do Taquari e Apiaí. Fotos: Silvio A.C. Araújo

Foto: 321: Fragmento cerâmico de vasilha corrugada encontrada no Sítio Santa Maria. Figura 19: Respectiva reconstrução virtual de vasilha corrugada com fundo arredondado. Foto: Silvio A.C. Araújo, desenho de Marcio Lima.

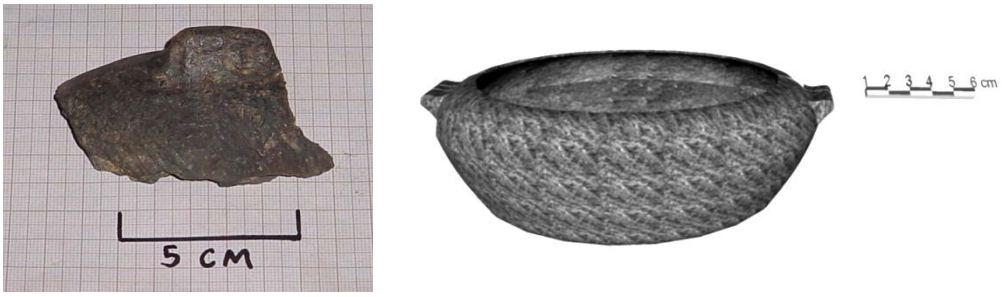


Foto: 322 e Fragmento de vasilha cerâmica cabocla escovada com alças. Sítio Santa Maria. Figura 20: Respectiva reconstituição virtual. Foto: Silvio A.C. Araújo, desenho de Marcio Lima.

Foto 323: Fragmento cerâmico com aplique próximo a borda com pintura a dedo. Figura 21: Respectiva reconstituição virtual de uma moringa. Sítio Santa Maria. Foto: Silvio A.C. Araújo e desenho Marcio Lima.

Devido à mescla de artefatos e à complexidade da cultura material encontrada no Sítio Santa Maria, que está restrita a um único núcleo de solo antropogênico com cerca de 10 centímetros de espessura, devido a serrapilheira e proximidade de um caminho (provavelmente antiga estrada com cerca de 2,5 metros de largura e 30 metros de comprimento) na cumeeira da serra. Surgem possibilidades de contextualização dos artefatos arqueológicos na história regional para o sítio estão. Entre elas estão:

Um rancho caboclo, ponto da rota entre os Campos de Piratininga ou Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba para as Minas de Santo Antônio (Apiaí), vale do Ribeira, ou, ainda, para sul do Brasil. O que cronologicamente insere o sítio entre numa faixa cronológica bastante ampla: séculos XVII a XIX, talvez início do século XX;

Um trecho do Peabiru, uma vez que muito próximo deste sítio de contato estão mais 4 sítios arqueológicos do macrossistema regional Kaingang (distâncias de 0,3 quilômetros e 1,5 quilômetros), inclusive com arte rupestre o que colocaria numa situação de contato interétnico entre frentes de expansão da sociedade nacional e grupo Kaingang, que é corroborado pelo discurso local, no qual, a região toda seria de área de catequização dos Jesuítas[47]. Por estar muito próximo ao ponto mais alto do relevo mais de 870 metros de altitude, e com visibilidade a grande distância mais de 30 quilômetros, pode-se, pelo menos incorporar a está hipótese a questão de estratégia de segurança no estabelecimento do sítio.

A comunidade da Igreja Católica Apostólica Romana da cidade de Itapeva entende e tem em seu discurso histórico religioso a passagem dos Jesuítas pela região, antes dos primeiros colonos se fixarem, ou seja, antes de ± 1750. Essa hipótese firma uma cronologia para os séculos XVII e XVIII.

Ainda que exista muito por fazer em relação a esse sítio, as hipóteses recorrem sempre ao contato interétnico e ao período de apresamento ao índio devido à cerâmica cabocla com forte característica indígena.

Outro sítio histórico de contato encontrado no centro da cidade de Itapeva é o sítio HCR (já mencionado), que apresenta cerâmica semelhante à

[47] Esta hipótese apóia-se também na toponímia dos bairros ao redor: bairro do Colégio, bairro da Taipinha e Fazenda das Missões que são referências aos possíveis catequizadores (IBGE, 1975).

cerâmica típica atribuída aos Guarani, regionalmente (corrugado, ungulado e escovado) nos níveis mais profundos (a partir de 0,6 metro até 1,30 metro).

As fotos dos fragmentos, remontagens e reconstituições virtuais podem ser observadas entre as fotos 324 e 336 e figuras 22 a 31.

Foto 324: Vaso corrugado, com alças e roletado na borda. Na borda roletada se observa incisões duplas em forma triangular. Sítio HCR. Foto Emiliano Hagge.

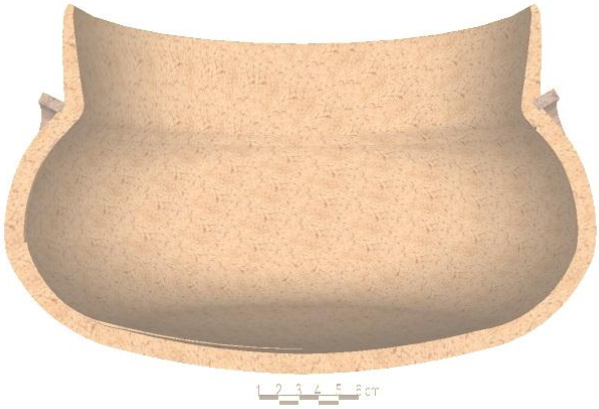


Figura 22: Proposição de perfil de vaso corrugado, com alças e roletado (da foto 324). Sítio HCR. Desenho: Marcio Lima

Fotos 325 e 326: Reconstituição de fragmentos de cerâmicos de vasilha corrugada e lisa próxima a base. Sítio HCR. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Figuras 23 e 24: Reconstituições virtuais de formas de vasilha remontada (fotos 325 e 326) vista oblíqua e perfil. Sítio HCR. Desenhos: Marcio Lima.

Foto 327: Fragmento cerâmico de vasilha corrugada. Figura 25: Respectiva reconstituição virtual. Sítio HCR. Foto: Silvio A.C. Araújo. Desenho: Marcio Lima.

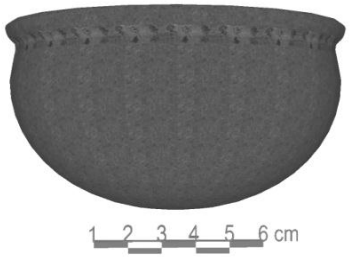
Foto 328: Reconstituição parcial de vasilha a partir de fragmentos cerâmicos com tratamento de superfície escovada e carimbada provavelmente com algum tipo de tecido de fibras grossas. Sítio HCR. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 329: Detalhe de fragmentos de cerâmicas escovados e carimbados com tecido de fibras grossas (foto 328). Figura 26: Respectiva reconstituição virtual. Sítio HCR. Foto: Emiliano Hagge e desenho de Marcio Lima.

Foto 330: Moringa de pequeno porte pintada. Pintura em vermelho realizada à dedo. Figura 27: Respectiva reconstituição virtual. Sítio HCR. Foto: Silvio A. C. Araújo. Desenho: Marcio Lima.

Foto 331: Fragmentos de pequena vasilha cerâmica lisa. Figura 28: Respectiva reconstituição virtual. Sítio HCR. Foto: Silvio A. C. Araújo e desenho de Marcio Lima.

Fotos 332 e 333: Fragmento de cerâmica escovada/ungulada. Foto: Silvio A. C. Araújo. Figura 29: Respectiva reconstituição virtual de fragmento de cerâmica escovada/ungulada. Desenho de Marcio Lima. Sítio HCR.



Fotos 334 e 335: Fragmento de cor preta e incisos sob os lábios. Figura 30: Reconstituição virtual chegou-se a imagem de um pequeno caldeirão. Sítio HCR.

Foto 336: Fragmento de borda de pequeno prato cerâmico marrom. Foto: Silvio A. C. Araújo. Figura 31: Prato cerâmico marrom reconstituído, perfil e em três dimensões. Sítio HCR.

A fazenda Morungava, em Sengés no Paraná, porta um muro de pedras envolvendo a sede da Fazenda, porém, duas observações são pertinentes na comparação espacial com outros muros conhecidos.

Na Fazenda Morungava, os muros de pedras compõe uma forma retangular bem próximo das casas da sede (provavelmente antiga casa grande) a distâncias que variam de 10 a 60 metros. Enquanto na fazenda Pilão d'Água os muros estão forma radial (norte, sul, leste e provavelmente oeste) formando quatro glebas distanciando-se até 1000 metros da casa grande.

Na Fazenda Morungava, o outro aspecto diferenciador é o uso de terra de cupinzeiros como argamassa para estabelecer/assentar as pedras sobrepostas.

Então, enquanto em Itapeva o muro teria a função de piquetes/glebas para separar e lidar com os animais (vide mapa do Pilão d'Água em anexo no final), na Fazenda Morungava, parece ser uma barreira para os animais não se aproximarem em demasia da sede da fazenda a fim de se ter uma área livre e segura de animais ao redor da Casa Grande. Entretanto, a ocorrência do que parece ser pisos, interna e externamente, e outras linhas de pedra não se descarta outra função para o muro da fazenda Morungava.

Ana Lúcia Herberts (2009), em sua tese de doutorado intitulada Arqueologia das Tropas: estudo estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas em Santa Catarina aponta duas funções para as estruturas de taipa[48] construídas no Rio Grande do Sul, são elas: função de corredores com muros paralelos formando espaços delimitados, funcionando como estrada de servidão pública em terreno privado e a função de parapeito ou muro de proteção em encostas abruptas (HERBERTS, 2009, p. 362-363). Sobre a técnica construtiva de pedra sobre pedra a seco sem argamassa, a autora indica como origem a Europa, Portugal e é até hoje frequentemente utilizada no arquipélago dos Açores. A mão de obra aqui no Brasil seria provavelmente de escravos e ex-escravos passando o ofício de taipeiro de pai para filho (HERBERTS, 2009, p. 485).

A atual Fazenda Morungava, segundo Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes (2007), corresponde a uma antiga sesmaria cedida por Carta Régia em 1721e pertenceu ao Sargento-mor Antônio Francisco de Andrade entre 1783 e 1788; pertenceu também a Rafael Tobias de Aguiar esposo da Marquesa de Santos e ao Coronel Jordão Canto e Silva falecido em 1918, que a vendeu para uma madeireira norte americana (Lumber) antes de sua morte.

Morungava foi cenário das Revoluções de 1930 e 1932 sendo na década de 1950, pertencente ao Governador do Paraná Moisés Lupion e a partir de

[48] No sul do Brasil muro de taipa designa muro de pedras sobrepostas a seco sem argamassa técnica construtiva que não deve ser confundida com taipa de pilão quando o barro e matéria orgânica (capim e/ou estrume de gado) são socados com pilão triangular entre tábuas travadas sobrepondo camadas e subindo as paredes das casas ou taipa de sopapo no qual o barro é lançado a mão num tapa ou "sopapo" sobre uma treliça de madeira roliça ou bambu de vários tamanhos amarrados com cipó.

1984, pertencente à família de Reinaldo Rodrigues da Silva (GOMES, 2007, p. 104). Morungava, segundo o atual proprietário significa reunião de guerreiros em *abanheen*[49]

Pinturas rupestres (já mencionadas), estruturas de pedras atribuídas ao tropeirismo, serraria, palco de revoluções e área de agricultura (A Fazenda Morungava parece ser quase uma réplica dos cenários de ocupação humana no Paranapanema superior no lado paranaense). Vide fotos 337 a 341.

Fotos 337 a 340: Muro de pedras assentado com argamassa de terra da Fazenda Morungava ao redor da sede e casa adjacente. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 341: Artefatos arqueológicos e históricos encontrados na Fazenda Morungava. Da esquerda pata direita: argola/estribo ou elo de corrente, uma cunha, uma chave com cordão (talvez de uma das Revoluções) uma moeda do período imperial, granada de mão, munição e capacete. Foto: Silvio A. C. Araújo.

[49] Segundo o dicionário *on-line* Aulete a palavra s. m. || (Bras.) linguagem geral dos tupis-guaranis. Var: *abanheenga*, *avanheenga e avanheém*. F. tupi. Disponível no dia 11/11/2011 em http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&palavra=abanhe%E9m

A fazenda Pilão d'Água em Itapeva (já apresentada) tem suas primeiras citações em documentos na segunda década do século XIX como potreiro de Santana[50] e, como comprovado em estudos históricos recentes parte da população do bairro rural de negros do Jaó (quilombo do Jaó em Itapeva) seria descendente dos negros domadores de animais desta fazenda e outras da região. Os negros escravos e mestiços em pequenos plantéis, ao contrário das áreas monocultoras, seriam peça-chave para os fazendeiros e negociantes de tropas em praticamente todo século XIX (MARQUES, 2001 p. 57-67). Vide fotos 242 e 243 comparando o terreiro da Fazenda Pilão d'Água na década de 1930 e em 2011.

Apesar de Araújo (1995, 2001) e Silva-Méndes (2007) encontrarem sítios arqueológicos com grandes possibilidades de contato interétnico (macrossistemas regionais e frentes de expansão da sociedade nacional) devido à ênfase de suas pesquisas, na pré-história, os sítios arqueológicos históricos foram pouco enfatizados e o material coletado não foi analisado em profundidade, sendo a conformação de uma periodização regional com base em referências arqueológicas ainda difíceis de realizar.

Foto 342: Sr. Adelino Rolim ex-proprietário por volta de 1930 caminhando no terreiro da Fazenda Pilão d'Água. Extraído de Histórias de Itapeva: Fazenda Pilão d'Água (OLIVEIRA *et al*., 2006).

[50] Nota pessoal da pesquisadora Silvia Correa Marques sobre sua tese de doutorado em andamento.

Foto 343: Terreiro da Fazenda Pilão d'Água em dezembro de 2011. Foto: Kelly M. Scura de Oliveira.

4- FORTALECIMENTO DA AGROPECUÀRIA E A EFS

Com o declínio do tropeirismo no final do século XIX (envio de gado bovino e muar do sul do país para as Minas Gerais e Rio de Janeiro), consequência da própria diminuição da demanda, inicia-se, em meados de 1860, o ciclo do algodão, tendo como uma de seus fatores a instalação da ferrovia Sorocabana em 1875 em Sorocaba de onde se expande para o centro-oeste e sudoeste do estado de São Paulo.

Nas décadas seguintes, Sorocaba ganha melhoramentos urbanos, sociais e sanitários enquanto e o discurso de intelectuais e políticos da época era da superação da economia baseada nas feiras de muares, apostando no progresso industrial e no saneamento do município, ou seja, a modernização urbana e econômica (CHIOVITTI, 2003).

A municipalidade, por sua vez, agia no sentido de exercer maior controle sobre a sociedade devido a surtos de doenças, criando um novo caminho/percurso para as tropas, que são afastadas para os bairros mais distantes da cidade ou municípios vizinhos, pois, segundo alguns membros da elite Sorocabana, os tropeiros desestabilizavam a ordem desejada trazendo vários tipos de problemas (CHIOVITTI, 2003 p. 110).

A Feira de Sorocaba acaba aos poucos na transição do século XIX para o XX. Porém, segundo pesquisa de Chiovitti, outras cidades vão ser eleitas para receber as tropas e seus negociantes como Itapetininga, Itapeva, Buri e

Capão Bonito pelo menos até 1930 (p.153) e Sorocaba torna-se apenas uma passagem, seja pelas estradas adjacentes, seja pela ferrovia.

Entende-se que, a partir de ±1900 inicia-se um micro ciclo regional do tropeirismo no qual cidades do Paranapanema superior são os novos pontos de criação e negociação de animais (bovinos e suínos).

Márcio José Silveira (2003) citando Fontana (1980) apóia a ideia de que as estradas de ferro colaboraram para a capitalização da pequena produção mercantil, para sua evolução/passagem para o capitalismo.

Entre os vários casos destacam-se no início do século XX o de Attílio Fontana, fundador da Sadia Alimentos. Esse empresário começou seu processo de acumulação a partir dos benefícios trazidos pela construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul transportando alfafa, porcos e cereais. Estes produtos saiam do oeste Agroindustrial em direção ao sudeste do Brasil, em particular os suínos, que eram comercializados em Itararé/SP. De São Paulo ele trazia vários sortimentos para comercializar. O algodão e a criação de suínos ganham força com a Estrada de Ferro Sorocabana nas qual os *"pequenos e médios produtores rurais de áreas periféricas vão colocar seus produtos nos grandes centros urbanos onde estão às indústrias e os consumidores é a substituição da economia pré-capitalista para a capitalista"* (SILVEIRA, 2003, p. 68).

Gado num ciclo regional de criação e engorda e comercialização , suínos e produtos, algodão, extrativismo vegetal (já mencionados) ganham força e as cidades de Itararé e Itapeva ganham novos edifícios, uma espécie de burguesia incipiente.

Em Itararé, na rua São Pedro, área central e arredores, alguns edifícios e ruínas deste período (1900 a 1930) podem ser observados ainda hoje.

As fotos 344 a 348 apresentam alguns casarões e ruínas de Itararé com alto potencial arqueológico.

Foto 344: Sobrado situado à Rua São Pedro nº 640, construído em 1915. Foi sede do primeiro Cartório Federal (Receita) depois dos correios (CARVALHO, 200?). Foto: Silvio A.C. Araújo.

Foto 345: Casarão situado à Praça Coronel Jordão, (esquina com Major Queiroz) nº 160. Segundo Carvalho (200?) construída em 1930 com área de 256 m². Foto: Silvio A.C. Araújo.

Foto 346: Casa em ruínas situado na Praça Coronel Jordão nº 310 datada de 1916, foto do ano de 2009. Demolida em 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 347: Rua São Pedro na altura do nº 645. Observa-se o antigo nível da calçada, que está cerca de 50 centímetros abaixo da atual. No centro a esquerda da foto alguns escombros da pavimentação e de construções antigas junto a blocos de rocha. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 348: Ruínas de beneficiadora de algodão Santa Nélia em Itararé, próximo a Estação da Estrada de Ferro Sorocabana (no fundo). Foto: Silvio A.C. Araújo.

Em Itapeva, vários casarões também são fruto deste cenário, porém, a maioria se encontra descaracterizado ou foram demolidos. Entretanto, lembramos que alguns destes casarões deixaram vestígios arqueológicos em seus quintais que não só apresentam artefatos do referido período, como de períodos anteriores. Também sob as construções descaracterizadas há grandes possibilidades de se encontrar cultura material, tal como o sítio HCR e adajacências em Itapeva. Merecem atenção as paredes internas e externas dos edifícios quanto a técnicas construtivas (ainda que descaracterizados na fachada) trazem informações arqueológicas e históricas. Os exemplos a seguir são bem ilustrativos, vide fotos 349 a 352.

Segundo Barros (1996) edifío residencial e comercial situado na Rua Lucas de Camargo nº 164 centro de Itapeva

> data de 1926, com características de eclético tardio. A parte térrea da construção destinava-se ao comércio e atualmente apresenta-se com vãos fechados [...] essa alteração acabou por desproporcionar sobre os cheios e vazios do edifício. As paredes internas, segundo informações são em taipa (BARROS, 1996, p.62).

Fotos 349 e 350: Edifío residencial e comercial situado na Rua Lucas de Camargo nº 164 centro de Itapeva no ano de 2008 e em novembro de 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

O edifício residencial da Praça Anchieta nº 87 centro construído em 1890, de alvenaria e taipa de pilão e demolido[51] em 2011.

Segundo Barros (1996)

> o edifício é caracterizado pelo estilo colonial, ocupando toda a testada do lote. Algumas paredes internas são de taipa de pilão. Uma das paredes internas foi retirada trnsformando duas residências em uma. A cozinha de uma das residências era externa e foi transformada em garagem (BARROS, 1996, p. 65).

[51] Segundo informação pessoal de Silvia Correa Marques em novembro de 2011 o edifício demolido da Praça Anchieta apresentava-se instável correndo o riso de cair. Motivo da instabilidade ocorreu no momento da construção das fundações do edifício moderno de vários andares ao fundo do lote que causou rachaduras e desmoronamentos nos fundos da casa e quintal, prejudicando sua a estabilidade. Obrigando os herdeiros demolir o casarão antes de cair e acidentar familiares e transeuntes. Os herdeiros são cientes da existência de um sítio arqueológico urbano no local. Informação pessoal de Silvia Correa Marques.

Foto 351 e 352: Edifício residencial da Praça Anchieta nº 87 centro de Itapeva em Julho de 2011. Nota-se um edifício de vários andares em construção atrás, local do sítio HCR. Depois, na segunda foto o local em setembro de 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Entre outros testemunhos arqueológicos e histórico-arquitetônicos deste período, foram encontrados edifícios e ruínas da Estrada de Ferro Sorocabana, grandes e pequenas estações que em distâncias médias (em trechos de ± 10 quilômetros), serviam os bairros rurais existentes.

O que impulsiona as atividades de agropecuária e extrativismo vegetal é a Estrada de Ferro Sorocabana e suas extensões para o sul e Sudeste (cidades de Sorocaba, São Paulo e Rio de Janeiro)

A Estação Ferroviária Aracaçu – EAR está em altitude acima do nível do mar de 629 metros e coordenadas UTM 22K 756917/7375555.

Situada no bairro rural de Aracaçu zona rural de Buri, próximo à área limítrofe com os municípios de Campina de Monte Alegre e Itapetininga. Lá foram notados uma estação construída em madeira prestes a cair e quatro casas, sendo notáveis duas mais antigas.

Foi possível observar farta cultura material na superfície do terreno adjacente à estação assim como no seu interior (fragmentos de tijolos, telhas e algumas ferragens).

A vila operária é composta por quatro casas, sendo que, em uma delas (provavelmente a mais antiga) foram constatados em superfície, fragmentos de vidro, louça, telhas e tijolos. Porém, não havia autorização do ocupante do imóvel para coleta de material, sendo a entrada assistida e permitida por um vizinho, o Sr. José Donato.

Foram encontradas telhas com as siglas EFS/FBV e SACOMAM FRERES/VILA PRUDENTE.

As imagens da estação e casas operárias podem ser observadas nas fotos 353 a 367.

Foto 353 Estação Ferroviária de Aracaçu, vista apartir das casas operárias. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 354: Estação Ferroviária de Aracaçu, vista apartir das do patio adjacente. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 355 e 356: Vistas da Estação Ferroviária de Aracaçu, vistas laterias (respectivamente leste/oeste). Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 357 e 358: Telha com as siglas EFS/FBV e alicerce junto a farto material arqueológico no interior da Estação Ferroviária de Aracaçu. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 359 e 360: Vistas do interior da Estação Ferroviária Aracaçu (os tubos estavam gardados dentro da estação e foram empurrados alicerce abaixo). Fotos: Silvio A. C. Araújo.

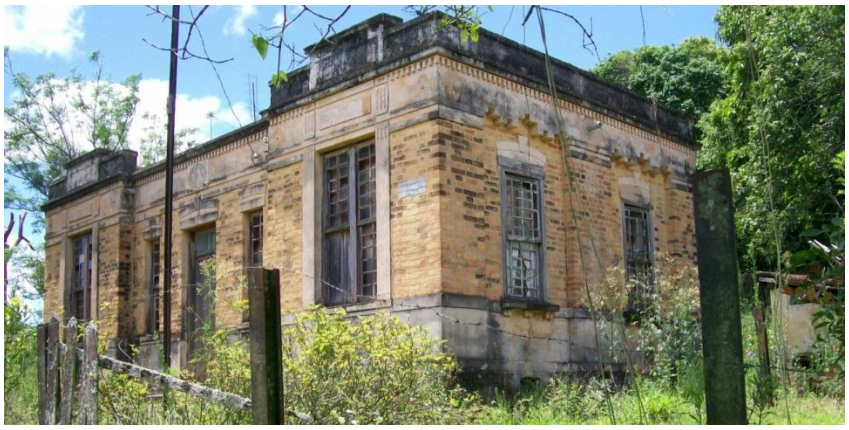
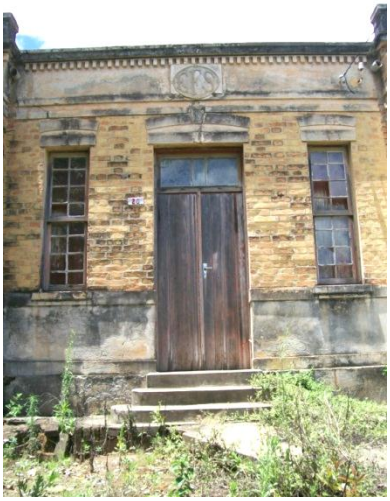
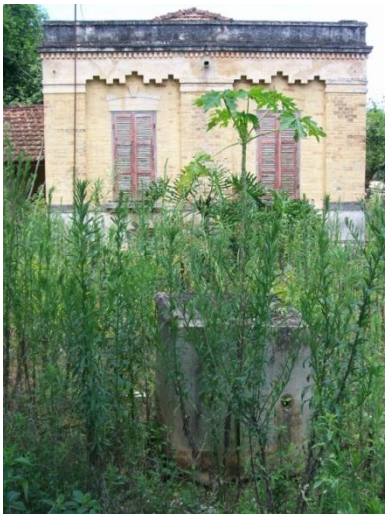


Foto 361: Casa da Estação Ferroviária de Aracaçu (indicada por informante como uma das mais antigas). Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 362 e 363: Primeira foto detalhe de vista frontal de casa operária da Estação Ferroviária de Aracaçu (indicada por informante como uma das mais antigas). Segunda foto vista lateral, face leste com um tanque de lavar roupas entremeados ao mato no quintal. Fotos Silvio A. C. Araújo.

Fotos 364 a 367: Casas da vila operária da Estação Ferroviária Aracaçu e detalhe R.G. segundo o morador José Donato, registro geral com data de construção. Fotos Silvio A. C. Araújo.

A Estação Ferroviária Vitorino Carmilo - EVC está a 683 metros acima do nível do mar e coordenadas UTM 22K 07369940/750042. Vide fotos 368 a 371.

A cobertura vegetal de pasto impossibilitou a visualização e a análise de cultura material na superfície do terreno, com exceção de uma área próxima a um e tanque de lavar roupas e poço ainda aberto (com lixo dentro). Um alicerce de uma casa próximo 5 metros e alguns tijolos inteiros e fragmentados adjacentes com as letras NSA e EFS impressos em alto relevo além de pedras e cacos de telhas diversos junto a lixo também foram observados. As coordenadas UTM foram realizadas entre o poço e o alicerce da casa.

Fotos 368 a 369: Primeira foto vista da localidade da Estação Vitorino Carmilo em 2011 em meio ao capim e eucaliptos. Na segunda foto vista parcial de tanque de lavar roupas e poço. Fotos Silvio A. C. Araújo.

Fotos 370 a 371: Tijolos com respectivas siglas NSA e EFS. Estação Vitorino Carmilo. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Uma observação pertinente é a indicação do Sr. Natanael do bairro do Fundão, também de Buri, referente a achados de artefatos da Revolução de 1932 nas proximidades desta estação (Vitorino Carmilo).

A Estação Ferroviária da cidade Buri – EBI está localizada a 619 metros de altitude, coordenadas UTM 07366194/744885.

Dentro da área urbana, próximo ao centro, é utilizada como centro cultural onde estão algumas peças históricas (situação já apresentada).

No entorno, é possível observar alguns fragmentos de telhas e um único fragmento de louça branca lisa incrustada no solo compactado; a peça não foi recolhida.

O alicerce e uma espécie de gateira estão parcialmente cobertos com terra o que denota acúmulo de sedimentos e possível matriz arqueológica.

Outra observação, que não havia sido notada em 2010 numa primeira visita, uma placa indicando ser o terreiro da estação ferroviária de propriedade particular da ALL - América Latina Logística, Centro de Distribuição de Madeira.

Imagens da estação podem ser vistas nas fotos 372 a 375.

Fotos 372 a 373: Na primeira foto vista da plataforma da Estação Ferroviária de Buri, enquanto na segunda foto nota-se o alicerce e gateira encobertos por sedimentos. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 374 a 375: Placa em terreno da Estação Ferroviária de Buri indicando propriedade particular. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

A Estação Ferroviária Rondinha – ERA está a 690 metros de altitude em relação ao nível do mar e suas coordenadas UTM são 22 K 0734643/7359631.

Totalmente demolida restando apenas parte da silueta da plataforma de embarque que está coberta por um bambuzal. Ao redor da plataforma está de um lado (sul) a linha férrea e do outro (norte) uma plantação de milho. Vide fotos 376 a 379.

Foram recolhidos 6 fragmentos de louça branca e um cravo de ferro para dormentes de madeira.

Em relação às louças, foi observado um fundo de pires com parte da marca Adelinas produzida por volta de 1937 (CARVALHO, 2008, p. 9), dois fragmentos de prato em relevo tipo trigal, um fragmento de xícara para café, dois fragmentos de borda de prato branco e lisa. O cravo é típico para uso em fixar os trilhos nos dormentes.

Fotos 376 a 377: Local da Estação Ferroviária Rondinha no município de Taquarivai, vistas no sentido leste e oeste. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 378 a 379: Alicerce de uma casa observado e área de milho e bambuzal sobre a estação Ferroviária Rondinha (atual ocupação). Fotos: Silvio A. C. Araújo.

A Estação Ferroviária Engº Bacellar – EBR está a 710 metros de altitude em relação ao nível do mar sendo as coordenadas UTM 22K 0726769/7356155.

Em ruínas, tal como a estação da vila Isabel em Itapeva (antiga estação Faxina), a cada dia é saqueada por existir lá ferragens, telhas, tijolos e madeira que podem ser reciclados ou reaproveitados.

De acordo com o Sr. José Maria Barros ocupante de duas casas de funcionários e de um perímetro ao redor que ele denomina de sítio São José, funcionários das empreiteiras da América Latina Logística retiraram materiais na antiga estação.

Outro exemplo é o roubo de metal, inclusive, de um arco de ferro que existia na entrada do saguão de entrada da estação que foi observado em 2006, em 2011 não existia mais.

O ambiente local apresenta certa periculosidade devido a madeiras com pregos no chão, mato alto e lixo. Porém, foram notadas telhas e tijolos e fragmentos diversos. A telha continha o escrito SACOMAM/FRERES e VILA PRUDENTE e um tijolo as iniciais J*G.

Na vila operária (onde é o sítio São José), foram observadas duas casas e farto material de telhas, tijolos, louças e vidro entre pomar e horta.

A situação apresentada pode ser vista entre as fotos 380 a 384.

Fotos 380: Ruínas da Estação Ferroviária Engenheiro Bacellar em 2011. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 381 e 382: Respectivamente placa de localização embutida na parede da Estação Ferroviária Engenheiro Bacellar e vista das casas operárias (hoje sítio São José). Fotos Silvio A. C. Araújo.

Fotos 383 e 384: tijolo e telha encontrada na Estação Ferroviária Engenheiro Bacellar. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

A Estação Ferroviária do Jaó – EJO está 644 metros de altitude com as seguintes coordenadas UTM 0718637/7352781.

A estação é composta por plataforma, casa de alvenaria conjugada a uma casa de madeira. A casa de alvenaria está em estado regular de conservação enquanto uma casa de madeira está em péssimo estado.

Na vila de funcionários situada num branco a frente da estação (outro lado da linha), foi possível encontrar os dois alicerces das casas e os tanques de lavar roupas.

Tijolos com inscrições diversas foram encontradas no local, entre os nomes e siglas encontrados que podem remeter as origens das olarias estão: TATUI, EFS, LORETI e DN.

Próximo a uma estrutura de tijolos à vista onde existia uma caixa d'água, foi detectada louça típica à usada em rede elétrica e talvez seja de linha telegráfica.

O material arqueológico não foi recolhido, pois não havia o consentimento do ocupante do imóvel.

A estação, casas e as ruínas podem ser observadas entre as fotos 385 e 391.

Foto 385: Estação Ferroviária do Jaó, em 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 386 e 387: Alicerce de uma casa e estrutura de tijolos de uma caixa d'água. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 388 a 391:Tijolos encontrados na estação Ferroviária do Jaó. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

A Estação Ferroviária de Faxina, sigla ITV 22.147.479 por Camargo Araújo (2006), hoje cidade de Itapeva, coordenada UTM 22J 0714741/7347932, altitude de 649 metros acima do nível do mar.

Está completamente abandonada desmoronando aos poucos (já apresentada em ruínas).

No início da década de 1990 o edifício da Estação Ferroviária Vila Isabel, assim denominado pelos itapevenses, foi um dos principais cartões postais da cidade devido à suas características arquitetônicas.

Porém, o local foi abandonado tanto pela Rede Ferroviária Federal, FEPASA – Ferrovia Paulista Sociedade Anônima e quanto pela atual concessionária ALL – América Latina Logística.

Em relação ao seu estado de conservação, basta citar o título da matéria do Jornal Folha do Sul, datado de 26 de janeiro de 2002, “Estação Centenária Agoniza por Descaso”; abandono e conseqüente vandalismo são responsáveis pelo estado deplorável da estação ferroviária. Porém, apesar do teto desabado, portas internas, batentes e quase todo madeiramento arrancado ou podre, as paredes parecem resistir bravamente ao tempo e ao abandono, sendo um sítio arqueológico histórico-arquitetônico que mantém sua ambiência de vila ferroviária, do início do século XX. Quase 100 anos depois, pouco alterada, pois lá existem moradores na sua maioria ex-funcionários da FEPASA na situação de posseiros pouco e alteraram até agora o local.

A Estação Ferroviária de Alfredo Nunes - EAN está situada a 671 metros acima do nível do mar em coordenadas UTM de 22K 710271/7344363. Vide fotos 392 a 397.

Curiosamente é possível entender a planta da construção, pois o alicerce ainda que na maioria foi retirado no aproveitamento dos tijolos é

perceptível algumas estruturas de pedras dos alicerces, cozinha, tanque de roupas além de utensílios abandonados como garrafas de vidro, latas de metal, plástico e ferragens diversas.

A área está tomada por mata nativa em estágio avançado de recuperação com árvores com altura de mais de 10 metros e o solo está coberto por serrapilheira, o que dificultou fazer imagens do local como um todo.

Fotos 392 a 395: Ferragem, litro de vidro e tijolos encontrados na localidade da Estação Alfredo Nunes. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 396 e 397: Tanque de lavar roupas e alicerce da Estação Ferroviária Alfredo Nunes em 2009. Fotos: Silvio A. C. Araújo

A Estação do Itanguá - EIG está a 755 metros acima do nível do mar e suas coordenadas UTM são 22J 705186/7341132. Fotos 398 a 403.

A referida estação está conservada pelos moradores, porém, o edifício principal (estação) apresenta trincas estruturais severas.

A vila de funcionários está de pé e bem cuidada na medida do possível pelos moradores que, na maioria, são ex-funcionários da FEPASA que evitam a desfiguração frontal dos edifícios.

Existem dois barracões que estão caindo telhado (não foi possível estabelecer data) provavelmente seja dos anos 1940, segundo moradores do local.

Na análise das telhas de um dos barracões pode-se determinar aproximadamente a idade da cobertura através de escrita que registra os seguintes nomes: J. Pilon & Scorlon - Telhas S. Tatuhy.

O uso o nome “Tatuhy”, com hy no final, remete ao período anterior a reforma ortográfica da língua portuguesa ocorrida em 1943, que aboliu as letras K, W e Y do alfabeto português[52]. Ainda que considerando algum tempo para novo ajuste, aceitação e incorporação na forma de escrever, cronologicamente a produção da telha insere-se na primeira metade do século XX.

Fotos 398 e 399: Estação Ferroviária do Itanguá de ângulos diferentes em 2009. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 400 e 401: Primeira foto vista lateral da Estação Ferroviária do Itanguá. Na segunda foto barracão de antiga oficina. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009.

[52] Recentemente reincorporados na nova reforma da língua portuguesa.

Fotos 402 e 403: Barracão e ferragens da Estação Ferroviária do Itanguá. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009.

A Estação Ferroviária Muniz de Souza - EMS está a 715 metros acima do nível do mar, suas coordenadas UTM são 22J 702985/7341227.

Talvez seja a mais destruída das estações, pois, praticamente, restaram-lhe fragmentos de telhas, tijolos e o leito com cascalho da antiga ferrovia desativada consequência da mecanização agrícola pesada existente.

Porém, foi justamente nesta estação é que foram encontradas fragmentos de louças. São 6 fragmentos de xícaras de café branca lisa, (4 alças), 4 fragmentos de prato tipo trigal branco e liso, 6 fragmentos de um bibelô de louça decorado com motivo tipo parreira (cachos e folhas de uvas), 14 fragmentos de pratos de louça branca e lisa, 4 fragmentos de prato branco bandado nas cores azul e verde, 1 fragmento de pires borrão azul, 1 fragmento de xícara pintada e outro com decalque e mais outros 22 fragmentos com medidas menores de 2 centímetros de superfície todos brancos e lisos.

São notados fragmentos de tijolos e de telhas sendo possível identificar apenas um tijolo com a sigla EFS.

O local da antiga estação é hoje uma plantação de cereais (soja, milho e trigo). Vide fotos 404 e 405.

Fotos 404 e 405: Vistas da localidade da Estação Ferroviária Muniz de Souza. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009.

A Estação Ferroviária de Engº. Maia – EEM está situada a 681 metros de altitude e suas coordenadas UTM são 22J 0694379/7339602.

Apenas a silueta da plataforma da Estação pode ser observada, mas sem visualização da superfície do solo. Porém existem três casas em estado precário onde moram as famílias do Sr. José Passarinho, ex- funcionário da FEPASA e seu filho Nelcy Oliveira que são ocupantes dos imóveis.

As casas, segundo Sr. José Passarinho, foram construídas entre as décadas de 1920 e 1930.

Alguns tijolos com várias iniciais estão na porta da casa como limpador de botas. Vide fotos 406 a 408.

Sr. José indica a existência de um pequeno entroncamento/bifurcação que a antiga EFS utilizava para retirar lenha a oeste da estação. Apesar da indicação, em busca não foi encontrado sinal deste pequeno ramal.

Fotos 406 e 407: Casas do Sr. José Passarinho e Nelcy Oliveira e família no ano de 2009. Estação Ferroviária Engenheiro Maia. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009.

Foto 408: Vista da plataforma em ruínas da Estação Ferroviária Engenheiro Maia. Pequenos fragmentos de telhas e tijolos foram observados (não identificados a procedência) Foto: Silvio A. C. Araújo em 2009

Estação Ferroviária Gorita - EGT está em altitude de 710 metros acima do nível do mar, suas coordenadas UTM são 22J 0684898/7335169. Fotos 409 a 412.

Totalmente desmontada/demolida com exceção da plataforma de embarque. Existe um posso abandonado, cascalho do antigo leito da ferrovia. Dormentes de madeiras nobres junto a ferragens ainda podem ser observados.

Está sendo utilizada como chácara com plantação de mandioca e um pequeno pomar.

São destacados na paisagem, uma linha de bananeiras acompanhando o traçado de linha férrea e uma estrutura de tijolos à vista onde existia uma caixa d'água.

Tijolos com as iniciais JP, EFS (em alto relevo) e JL em (baixo relevo) podem ser observados.

Foto 409: Vista parcial do local da Estação Ferroviária Gorita. Notam-se dormentes amontoados. Foto: Silvio A. C. Araújo em 2009.

Foto 410: Vista parcial do local da Estação Ferroviária Gorita. Plataforma de embarque desembarque. Foto: Silvio A. C. Araújo em 2009.

Fotos 411 e 412: Estrutura de tijolos a vista de uma antiga caixa d'água e tijolos diversos. Estação Ferroviária Gorita. Plataforma de embarque desembarque. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009

A Estação Ferroviária Rio Verde - ERV está na altitude de 705 metros acima do nível do mar, coordenadas UTM 22J 681926/7333391. Fotos 413 a 417.

Assim como a Estação Gorita está situada dentro de uma pequena propriedade particular com forma da área de domínio da antiga EFS (retangular), no seu interior existe plantação de milho, mandioca e um pequeno pomar.

Uma plataforma de embarque parcialmente demolida, dormentes e uma caixa d'água feita de chapas de aço pregadas com rebites sobre uma pequena casa de tijolo à vista para abastecimento do trem, além de fragmentos tijolos e telhas de barro não identificáveis foram notados. O leito de pedras por onde a ferrovia passava também está nítido. Foram notadas dezenas de telhas Tipo Faxina.

O proprietário não foi encontrado e a cultura material não foi recolhida.

Foto 413: Vista parcial do local da Estação Ferroviária Rio Verde. Silvio A. C. Araújo em 2009.

Fotos 414 e 415: Vistas parciais do local da Estação Ferroviária Rio Verde em área de milho e de pasto respectivamente apresentam piso de uma casa e plataforma da estação. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009

Fotos 416 e 417: Vista e detalhes da estrutura de tijolos da antiga caixa d'água da Estação Ferroviária Rio Verde. A Única das estações com caixa d'água existente da área de estudo. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009.

A Estação Ferroviária Ibiti – EII hoje situada em propriedade particular está 765 metros de altitude acima do nível do mar, coordenadas UTM 22J 0671553/7332565. Estava em reforma (descaracterização). Alterada apresentava algumas telhas Tipo Faxina dentre outras mais recentes, plataforma de embarque, além de alguns cômodos com meias portas (bilheteria) comuns nas estações. Também é notado, cascalho (rocha britada) utilizado no leito da ferrovia alguns e poucos dormentes. Vide estação em processo de descaracterização nas fotos 418 a 419.

Fotos 418 e 419: Vista frontal e lateral Estação Ferroviária Ibiti em reforma. Fotos: Silvio A. C. Araújo em 2009.

A Estação Ferroviária da Cidade de Itararé – EIR. Entroncamento entre a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) para o Paraná e sul do continente pela Rede de Viação Paraná Santa Catarina (RVPSC). Está a uma altitude de 735 metros acima do nível do mar e suas coordenadas UTM são 22J 0668952/7331683.

É a Estação de melhor estado de conservação e exuberância notável na paisagem da cidade. Fotos já apresentadas anteriormente. A Guarda

Municipal, Departamento Municipal de Transito e Guarda Mirim estão lá instalados. Nas proximidades (à direita) existe um barracão construído pela RVPSC no qual funciona uma marcenaria, centro de aprendizagem juvenil e de distribuição de cestas básicas e esporadicamente ocorrem eventos artísticos. A área livre do pátio ao redor é utilizada em eventos promovidos pela municipalidade e particulares.

O exterior e interior do edifício principal EFS/RVPSC está em estado regular para bom no que diz respeito a conservação e pouco alterada, apresentando, uma ambiência típica do início de sua construção. Porém, necessita de manutenção e restauro no que diz respeito ao acabamento (reboco), pintura e colunas e outras estruturas de ferro. Internamente necessita de reparos elétricos e em todo o madeiramento, parcialmente atacado por cupins (portas, meia portas, janelas, internas externas, alguns móveis, piso e forro).

Cerca de 300 metros atrás das Estações EFS/RVPSC está situada uma vila operária construída, segundo moradores mais antigos, entre as décadas de 1910 a 1950 por ambas as empresas EFS e RVPSC.

Em 2008 foram contabilizadas 19 casas pertencentes à antiga EFS (depois FEPASA). São casas de vários estilos e tamanhos, sendo 3 demolidas ou parcialmente demolidas, 12 antigas (algumas em estado precário) e 4 novas (aparentando serem recentemente construídas).

Da RVPSC foram contabilizadas 14 casas (praticamente todas antigas) sendo 3 demolidas ou parcialmente demolidas.

O estabelecimento da cronologia da construção dos edifícios não foi realizado o que demandaria ter em mãos documentos das empresas e entrevistas com antigos moradores da vila (que hoje são poucos).

As imagens da situação relatada podem ser observadas nas fotos 420 a 424.

Foto 420: Vista do perfil de barracão ao lado da Estação Ferroviária de Itararé. Situação em 2008. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 421 a 424: Casas da vila operária atrás da Estação Ferroviária de Itararé em 2008. Ambas, azul e amarela já com janelas trocadas. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

5- O CENÁRIO DAS REVOLUÇÕES E INÍCIO DA MINERAÇÃO

O Cenário foi apresentado anteriormente no Capítulo II, nos acervos da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva, Departamento de Cultura de Itararé coleção do Sr. Luciano Wagner de Capão Bonito e tem forte potencial histórico e arqueológico possibilitando exercícios de valorização de bens patrimoniais, pois remetem a memória relativamente recente da população com conteúdos relacionados a história e geografia do Brasil.

Os arredores de Itararé apresentam relação direta com a Revolução de 1930, enquanto Buri, Capão Bonito, Guapiara parecem ter grande possibilidades de estudos futuros sobre a Revolução de 1932.

6 - CENÁRIO DO REFLORESTAMENTO E O AI 2

De fato a visita presidencial (em si) em Itapeva na década de 1960 não forma um sistema de regional de assentamento, porém o período que se remete deixou marcas no ambiente de forma significativa com a implantação de grande projetos florestais de espécies exóticas e mudanças na estrutura fundiária.

7- EXTROVERSÃO E INCLUSÃO

De acordo com os dados e informações da pesquisa em tela a extroversão e inclusão social do patrimônio arqueológico já ocorrem em Itapeva, Itararé e Ribeirão Grande.

Porém com características totalmente diferentes.

Em Itararé ao que tudo indica existe um processo de colecionismo e mostra de curiosidades e fotos históricas em andamento no museu local.

O magnífico edifício da EFS/RVPSC está em uso pelo município, situação que reflete dois lados: o uso do imóvel em si garante de certa maneira sua sobrevivência com pequenos reparos tal como tem ocorrido nas outras estações com ocupantes, por outro lado, o seu imenso potencial histórico não é aproveitado.

A história de Claro G. Jansson merece ser musealizada.

O material arqueológico e histórico do município de Itararé é de um montante significativo, além do mais, existe uma cerâmica indígena muito conhecida no Brasil denominado por arqueólogos como cerâmica Itararé, que é totalmente desconhecida[53] da população e lideranças locais e que, provavelmente ocupam espaços em reservas técnicas.

O turismo incipiente poderia também poderia ganhar força com um museu e mesmo a barreira e ambiente rupestre adjacente, local por onde passavam tropeiros, viajantes e porta de entrada de tropas militares poderia ser musealizada.

Em Itapeva, a sustentabilidade dos bens arqueológicos e históricos está em risco (acautelamento, preservação, conservação e fruição), pois iniciativas da municipalidade vêm causando a descaracterização da Fazenda Pilão

[53] A exceção é o Sr. Gilberto Cortes.

d'Água e entorno idem para a Casa da Cultura, além do abandono da Estação Ferroviária entre outros problemas relativos ao uso e ocupação do solo urbano (que comprovadamente porta sítios arqueológicos).

A exposição museológica, tal como em Itararé, está à margem da museologia e, apesar das iniciativas dos projetos em andamento (estadual e municipal), falta organização técnica e didática[54].

O Canhão de Itanguá (trilhas, cachoeiras, mirantes, sítios arqueológicos) e adjacências deveriam ter estudo de impacto ambiental para o desenvolvimento de turismo.

Apesar do altíssimo potencial arqueológico, Itapeva corre sério risco de acabar sem usufruir de tal potencial.

Quanto a Ribeirão Grande, este município investe em trabalhos com crianças, jovens e adultos por meio de atividades e ações comunitárias utilizando seu centro cultural de maneira formal e informal, isso sem apoio governamental. Existe a fruição de um sítio arqueológico e histórico-arquitetônico, a Casa Grande, como espaço comunitário vivo.

Sua exposição é relativamente organizada, mas carece ser potencializada por meio de projeto museológico. As coleções particulares poderiam compor uma bela mostra de artefatos líticos lascados de grupos caçadores-coletores.

Os encanados, que são testemunha do contato interétnico e bandeirismo prospectivo/minerador, poderiam ser utilizados de fato na educação ambiental e patrimonial, ensino de história, geografia e no turismo após estudos de impacto ambiental.

De maneira geral, para os três municípios que apresentam fortes tendências de uso social do patrimônio arqueológico dever-se-ia elaborar e colocar em prática em regime de urgência um "Programa de Arqueologia Pública".

Para tanto seria necessário a aproximação entre instituições governamentais (IPHAN, IBRAM e SISEM), arqueólogos (acadêmicos e

[54] Durante os anos de 2009 e 2010, Silvio A. C. Araújo acompanhou por diversas vezes grupos de alunos monitorados por funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva, situação também acompanhada por José Luiz de Morais.

profissionais), representantes dos grupos interessados dos mais variados segmentos populacionais (educadores, lideranças sociais, artesãos, ONGs).

Outro aspecto que poderia ser complementado é a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção do licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico que estão estabelecidas na Portaria nº 230 do IPHAN de 17 de dezembro de 2002.

O município de Itapeva mais especificamente poderia e tem condições de ser eleito como pólo regional das pesquisas arqueológicas. Isso daria novo alento ao patrimônio arqueológico.

CAPÍTULO VII: CONCLUSÃO

Esta pesquisa apresentou o perfil de como as comunidades de 11 municípios no Paranapanema superior estão utilizando seu patrimônio arqueológico e outros bens conjugados a eles.

Acreditamos ter alcançados os nossos objetivos que foram expressos no desenvolvimento dos capítulos anteriores, a respeito destes conclui-se que:

- O uso qualificado ou destruição de um bem patrimonial está diretamente relacionado com a identificação, reconhecimento e respeito por parte da comunidade;
- Existe demanda pelo conhecimento arqueológico e suas interfaces com as disciplinas escolares de história e geografia por meio dos sistemas de ensino, intersecções com turismo e artesanato, além da organização e inclusão social, elementos básicos do desenvolvimento humano;
- A presença de legislação específica municipal e pessoal especializado é de extrema importância no uso qualificado do patrimônio arqueológico regional, pois, a capacidade de atuação das prefeituras tem enorme peso sobre a gestão desse patrimônio. A atual falta de legislação e profissionais em quadros funcionais das prefeituras é uma regra em todos os municípios;
- Itapeva, Itararé e Ribeirão Grande pretendem avançar na fruição de bens arqueológicos e históricos;
- Os sítios arqueológicos e artefatos são vistos pelas comunidades como referências da identidade e história regional;
- Os Centros Culturais/Museus são manifestações de preservação da história local, regional e nacional e utilizam bens arqueológicos como meio de explicar/validar a história social e econômica local;
- Re-ordenação urbana, parcelamento e zoneamento do solo, projetos educacionais, organização de museus, acervos e projetos turísticos não devem ser vistos como problemas, mas como oportunidade de aprofundar noções de humanidade e desenvolvimento social;

- A participação dos governos municipais em relação ao patrimônio arqueológico deve ser pró-ativa. As prefeituras por estarem próximas dos bens patrimoniais têm um importante papel sobre a gestão dos mesmos e não devem abster-se dessa tarefa;
- As prefeituras preservam o patrimônio arqueológico por saber que podem render bons frutos, por exemplo: fortalecimento de identidade regional, preservação da história local, educação e turismo. Ao mesmo tempo este patrimônio corre sério risco por não existir suporte ou aparato técnico-científico para colocar em prática os meios sustentáveis de utilização social.

Entre as ações e perspectivas propostas relacionamos as seguintes:

- As prefeituras deveriam emitir parecer de autorização municipal e acompanhar o licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico em seus territórios por meio de (EIA/RIMA e EIV);
- Em empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, após a pesquisa realizada por entidade pública ou privada, caso se encontre patrimônio arqueológico, este seja devolvido para extroversão junto à comunidade de acordo com a Portaria IPHAN 230/2002 fortalecendo centros culturais e museus locais;
- A contratação de pessoal especializado (arqueólogos, museólogos e historiadores), parcerias e convênios entre prefeituras ou ainda a criação e fortalecimento de um Núcleo Regional de Arqueologia e Museu em Itapeva por estar lá os trabalhos de extroversão tem se polarizado em termos regionais, além da forte presença de sítios arqueológicos e acervo museológico de diversas origens;
- Treinar e capacitar pessoal: operadores de máquinas, operários, técnicos, arquitetos e engenheiros da área da construção civil,

além de funcionários de prefeituras a fim de minimizar impactos sobre o patrimônio arqueológico.

Em relação à compreensão dos cenários de ocupação humana e a arqueologia regional:

- Foi produzido um inventário regional sobre os sítios arqueológicos existentes consolidando os cenários de ocupação humana na região em textos, fotos, imagens e mapas;
- A respeito dos mapas foi possível localizar espacialmente[55] os cenários de ocupação humana nos 11 municípios, sendo que: há forte presença Kaingang nos flancos sul e sudeste (serra do Mar) enquanto os Guarani estão na área central e norte próximos a grandes rios como Paranapanema, Apiaí, Taquari, Pirituba em relevo da depressão periférica; há necessidade no aprofundamento de estudos sobre os grupos caçadores-coletores no interior a área (Itapeva, Taquarivaí, Ribeirão Branco, Buri e Capão Bonito (não existem datações para este grupo, a exceção é Ribeirão Grande nos 11 municípios estudados – existe um vácuo de datação e quase ausência geográfica); os sítios arqueológicos históricos são de presença marcante em Ribeirão Grande com os encanados, as capelas de Taquarivai, Vila Velha sítio históricos da antiga casa de Barão de Antonina Taipinha, sítio histórico Santa Maria e Fazenda Pilão d'Àgua demonstram claramente ocupações de ciclos econômicos distintos (bandeirismo minerador/prospector e tropeirismo), ciclos econômicos pouco aprofundados do ponto de vista arqueológico;
- Contextualizou-se a arqueologia (referências arqueológicas) com a história e geografia regional;

[55] Vide mapas em anexo no final ou CD anexado com mapas digitalizados. Sítios não identificados por pesquisadores quanto à origem cultural/tradição, ocorrências arqueológicas, feições doliniformes, montículos e sítios adjacentes a área de estudo ainda que estejam nas tabelas apresentadas anteriormente não foram mapeados. Foram 219 sítios arqueológicos plotados aqui nos mapas em anexo.

- Produziu-se conhecimento científico e ao mesmo tempo conhecimento para as comunidades locais;
- Aprofundou-se a evolução cronológica e espacial de alguns dos cenários de ocupação humana a partir de bens arqueológicos e histórico-arquitetônicos, destacam-se: a diferenciação dos grupos pré-históricos com grande possibilidade de existência de três macrossistemas de agricultores indígenas, Guarani, Kaingang e Tupi conforme Morais e Araújo haviam preconizados.
- Sobre os povos Tupis no Paranapanema superior em tempo mais recente dos que os Guarani e Kaingang. O Sítio Cerâmico Furnas -1 (SCF-1) no município de Itaberá com cerâmica lisa datada de 380±30 A.P. remete esta ocupação entre os anos de 1601 a 1661 da era cristã, data relativamente próxima do Sítio Bianco com idade de 295±30 A.P que remete ao período aproximado entre os anos de 1686 a 1746. Porém acreditamos ser preciso estudo mais aprofundado da cerâmica com revisita e coletas de material para mais datações neste conjunto de sítios que acreditamos ser Tupi;
- Buscou-se a incorporação e integração de cenários de ocupação humana de cronologia mais recente com farto material arqueológico ou sítios relacionados ao contato interétnico e escravidão, tropeirismo e ciclos econômicos propulsionados no início do século XX pela Estrada de Ferro Sorocabana. Destacam-se também as Revoluções de 1930 e 1932;
- Foi possível levantar algumas questões relativas ao atual sítio urbano de Itapeva como a evidente situação de contato interétnico corroborando relatos etno-históricos (ainda que a cultura material do sítio HCR esteja em início de estudos);
- Foram realizadas datações que antecedem em muito a fundação oficial de Itapeva, remetendo a ocupação humana do local próximo ao pré e pós ano de 1500. A primeira datação (Amostra SH-NSA3 nº 7 com 530±40 anos A.P.) já calibrada para 2011 remete o atual assentamento urbano para o período entre os anos de 1441 a 1521 da era cristã. Observa-se que esta datação

abrange um período relativamente curto na variação temporal ±40 anos. A segunda datação (Amostra SHT2 nº 1 com 470±80 A.P.) já calibrada para o ano de 2011 remete o atual sítio urbano para o período entre os anos de 1461 e 1621 da era cristã;

- A área urbana de Itapeva (núcleo histórico originado junto a igreja e hoje Catedral de Santana em 1785) apresentou-se como um grande sítio arqueológico ainda não mensurado;
- A realização de um zoneamento de cunho arqueológico se faz urgente na área urbana central de Itapeva e nos sítios arqueológicos e áreas conjugadas para a exploração do turismo (também zona rural de Itapeva e Ribeirão Grande);
- Algumas áreas das cidades com casarões antigos: Ribeirão Grande próximo a Casa Grande, Ribeirão Branco no centro, Capão Bonito no centro da cidade e Itararé com seus casarões centenários podem portar sítios arqueológicos semelhantes ao encontrado em Itapeva (a casas centenárias, seus quintais e porões parecem ser verdadeiras cápsulas do tempo, em especial para as cidades centenárias);
- Foi possível obter subsídios para a retomada da construção da memória regional por meio por meio de bens arqueológicos. O resultado são os próprios cenários de ocupação regional com artefatos, ruínas e edifícios apresentados.
- Espera-se a construção de outros cenários mais detalhados para o futuro;
- Espera-se também a extroversão do conteúdo desta tese e dos resultados das análises laboratoriais do sítio HCR para a população regional;
- Buscar-se-á a elaboração de cartilhas e atividades de Educação Patrimonial e Ambiental orientadas pelo arcabouço teórico-metodológico da arqueologia, museologia, geografia e história, indispensáveis para a compreensão dos cenários e estabelecimento de diálogo entre a academia e a sociedade.

Quanto à localização do acervo arqueológico do Paranapanema superior, chegou-se as seguintes cidades: além dos museus dos próprios municípios e colecionadores existe material arqueológico em: São Paulo no MAE, Piraju no Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme, em Curitiba Universidade Federal do Paraná, Campinas no Museu Cidade de Campinas e em Jacareí no Núcleo de Arqueologia da Fundação José Maria de Abreu, provavelmente há acervos em outros locais não identificados. Não foi possível confirmar a história do Sr. Gilberto Cortes de Itararé sobre a venda de artefatos na década de 1960.

Quanto ao que foi proposto inicialmente responde-se as hipóteses.

a) O município de Itapeva teria hoje condições mínimas de criar seu próprio Núcleo Regional de Arqueologia e Museu Arqueológico?

Resposta: Sim, o município Itapeva já começa a assentar as bases para ter um núcleo e museu de arqueologia ou ainda um museu histórico e arqueológico. A parceria com a Universidade de São Paulo avança nesse sentido. (Porém falta aproximação com IPHAN, IBRAM, Secretaria Estadual de Cultura, SISEM, CONDEPHAT, etc.).

A viabilização da implantação de um Núcleo Regional de Arqueologia ocorreria por meio da Arqueologia Pública com parcerias realizadas entre as municipalidades e empresas com empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico de acordo com Portaria nº 230 do IPHAN.

> No caso da destinação e guarda do material arqueológico retirada nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas as pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso (IPHAN, PORTARIA nº 230/2002, Art. 6º, §8º).

b) A compreensão da legislação e o funcionamento estrutural das secretarias ou departamentos de cultura dos municípios podem dar indicativos

sobre como proceder em relação a uma política de conservação integrada para bens arqueológicos?

Resposta: Sim, podem dar indicativos, por exemplo: nenhum município tem legislação específica para o patrimônio arqueológico, corpo de profissionais (arqueólogos, museólogos e historiadores) o que reflete o problema da preservação e extroversão arqueológica deficitária.

c) É possível elaborar e propor considerações razoáveis sobre os cenários de ocupação humana do Paranapanema superior paulista e áreas adjacentes com base nos estudos de bens arqueológicos, considerando estes, como referências patrimoniais?

Resposta: Sim, sem dúvida é possível propor cenários de ocupações humanas na região inserindo os bens arqueológicos na história local e regional (conforme capítulo exposto sobre a consolidação dos cenários de ocupação humana).

d) O estudo dos bens arqueológicos e suas conjunções podem gerar resultados bivalentes: subsidiar a educação patrimonial contribuindo para a inclusão social do indivíduo que está excluso da compreensão de sua própria história e ao mesmo tempo promover à re-valorização do patrimônio cultural material?

Resposta: Sim, isto é percebido na prática pedagógica dos professores de história e geografia, na promoção dos Projetos (Viagem do Saber e Lugares de Aprender), no uso comunitário dos espaços que portam bens patrimoniais, além das viagens a museus distantes. Porém, os bens patrimoniais em uso no Paranapanema superior necessitam ser potencializados para serem extrovertidos (diagnóstico, preservação, restauração, conservação). Em resumo, existe forte demanda pela utilização social dos bens patrimoniais (arqueológicos e histórico-arquitetônicos), mas boa parte deles não está adequadamente preparada para serem utilizados.

Para o futuro espera-se o aprofundamento das relações entre a Universidade de São Paulo e município de Itapeva estabelecida no convênio firmado em 2010 e a consolidação de mecanismos legais de proteção e salvaguarda do patrimônio arqueológico. Como conseqüência espera-se a realização de atividades de diagnóstico e inclusão bens arqueológicos para a fruição da população regional de acordo com protocolos próprios.

Acreditamos estar em numa encruzilhada: ou instrumentalizam-se as comunidades locais na gestão do patrimônio arqueológico ou se continua o subaproveitamento deste patrimônio com risco a se perder para sempre. Neste sentido, vale ressaltar o pioneirismo da Universidade de São Paulo desde Luciana Pallestrini até hoje, sempre encampando tarefas que acompanham gerações e os projetos que unem a construção do desenvolvimento científico e socioambiental a partir dos anos de 1980.

Quanto aos municípios sem condições ou interesse no uso do patrimônio arqueológico, no caso de implantação de um Núcleo Regional de Arqueologia e Museu em Itapeva, poder-se-ia utilizar a Casa Grande do Pilão d'Água ou Casa da Cultura Cícero Marques (após diagnóstico, trabalho de especialistas e implantação de estrutura para a extroversão) como sede atendendo a uma região com no mínimo 250 mil habitantes.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, S. F.
1975 A riqueza mineral do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

ABREU, S. F.
1973 Recursos minerais do Brasil. Editora Edgard Blucher. Edusp. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Tecnologia.

AB' SÁBER, A. N.
2003 Os domínios de natureza do Brasil. Potencialidades paisagísticas.Ateliê Editorial. São Paulo.

AFONSO, M.C
1997 Levantamento do Patrimônio na Área da Duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (BR-111) no estado de São Paulo. Relatório Final. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

AFONSO, M.C.
2005 Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo. Tese apresentada ao concurso de Livre-Docência no Museu Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Área de Arqueologia Brasileira.

AFONSO, M.C; MORAIS, J. L.
2002 Estudo de uma "casa subterrânea" na bacia do rio Ribeira de Iguape, São Paulo. Pesquisas: Antropologia, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p. 157- 164.

AIDAR, G.
2006 Museus e Jovens: a experiência do Programa de Inclusão Sociocultural da Pinacoteca do Estado. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=9070 e acessado no dia 12 de outubro de 2011.

ALCÂNTARA A. A. DE,
2007 Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-História. Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

ALENCAR ARARIPE, T.
1887 Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidares no Brasil. Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, vol L, p 225 a 233, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, L. C. DE,
1944 Nossos Bandeirantes – Baltazar Fernandes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nº XLII.

ALMEIDA, A.
1951 A história de Sorocaba: 1589-1822. Editora Guarani.

ALMEIDA, A.
2002 Sorocaba: 3 séculos de história. Editora Ottoni. Reedição. Itu SP.

ALMEIDA, F. F. M
1944 Collenia itapevensis SP. N. – um fóssil pré-cambriano do estado de São Paulo. Boletim da F.F.C.L. da Universidade de São Paulo. XLV, Geologia n.º 1, p. 89-1006.

ALMEIDA, F. F. M.
1964 Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista. (In) Instituto Geográfico e Geológico - IGG. p. 169-262.. São Paulo.

ANDRADA, M. F.
1805 Diário de uma viagem mineralógica pela província de São Paulo no ano de 1805. IEB/ESB.

ANDRADE, O.
1928 Revista de Antropofagia, Ano I, nº. I.

ANDRADE, M.
1936 Carta de Mário de Andradea Rodrigo de Mello FrancoAndrade em 29/07/1936. *In:*. Cadernos de Sociomuseologia nº 17, p.88. Museus de Arqueologia no Brasil: uma história de coadjuvantes. Cristina Bruno. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

ARAÚJO, A. G. M.
2005 Estudos e Projetos do Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgotos Sanitários do Município de Guareí. Diagnóstico Arqueológico. Dezembro de 2005.

ARAÚJO, A. G. M.
1995 Levantamento arqueológico da área alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, A. G. M.
2001 Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo. 2001. 365 fls. 2vol. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, A. G. M.
2007 A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos gruposJê no sudeste do Brasil. Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira, v 20. São Paulo.

ARAÚJO, M.; BRUNO, M.C. O.
1995 A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM.

ARROYO, M..
2011 Palestra sobre o Acessibilidade e Inclusão Social proferida no 3º Encontro Baiano de Museus em 22 de setembro. Disponível em http://dimusbahia.wordpress.com/2011/09/22/miriam-arroyo-e-gabriel a-aidar-palestram-no-3%C2%BA-encontro-baiano-de-museus/ em 12 de outubro de 2011.

ASCHERSON, N.
2000 *Public Archaeology*. Editorial. 1 (1) 1- 4 James & James. London.

AYTAI, D.
1972 As gravações rupestres de Itapeva. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas – CCLA n 1. Campinas.

AYTAI, D.
1970 As gravações rupestres de Itapeva. Revista Universidade Católica de Campinas, n.º 33, p 29-61. Campinas.

BACHA, C. J. C.
2008 Análise da evolução do Reflorestamento no Brasil. Revista de Economia Agrícola. Volume 55, nº 2. Jul/dez.

BARBOSA
1985 Mapa da cidade de Itapeva entre os séculos XIX e XX. Trabalho de pesquisa junto aos alunos de História e Geografia da Faculdade Metodista de Itapeva. Documento disponível no Centro Cultural Cícero Marques. Itapeva -SP

BARBOSA, E.
1987 A Revolução Constitucionalista. Prof. Oswaldo Prado Margarido. Coletânea de artigos publicados no Jornal Folha do Sul. Itapeva, SP.

BARBOSA, E.
1988 A curiosa história de Itapeva no século XIX. Documento disponível no Centro Cultural Cícero Marques. Itapeva -SP

BARROS, L. S.

1996 Levantamento cadastral do patrimônio histórico/arquitetônico de Itapeva – SP. Trabalho Final de Graduação para a obtenção do título em Arquitetura. Departamento de arquitetura e urbanismo Universidade de Taubaté.

BASTOS, R. L.
2002 Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia Letras, e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A.
2005 Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo: 9ª SR/IPHAN.

BASTOS, R. L
2006 Arqueologia Pública no Brasil: Novos tempos. Organizadores: Victor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos e Haroldo Gallo. 9º Sr/IPHAN.

BASTOS, R. L.; BRUHNS K.
2006 As várias faces do patrimônio arqueológico. *In*: As várias faces do patrimônio. Universidade Federal de Santa Maria. (org) Saul Eduardo Seiguer Milder. Santa Maria.

BELLOTTO, H. L
1976 O governo do Morgado de Mateus:primórdios da restauraçãoda Capitania de São Paulo.Faculdade de FilosofiaLetras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BESSEGATTO, M. L.
2004 Patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas: Editora Evangraf. 2ª Edição Porto Alegre.

BORNAL, W. G.
2004 Peritagem Arqueológica – Área de Mineração de Filito e Quartzito. Mineração Kalfiller LTDA. Nova Campina.

BORNAL, W. G.
2004 Peritagem Arqueológica da Mineração Cristo Rei. Itapeva – SP.

BORNAL, W. G.
2008 Projeto de Diagnóstico e Reconhecimento Arqueológico – Sistema de Esgotos Sanitários do Município de Guareí.

BORNAL, W. G.
2009 Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Guareí I. Município de Guareí – SP, maio de.

BORNAL, W. G.
2009 Relatório Final- Diagnóstico e reconhecimento Arqueológico da Estação de Tratamento de Esgotos. Guareí.

BORGES, V.P.
1997 Memória paulista. Edusp. São Paulo.

BARROS, L. S.
1996 Levantamento Cadastral do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Itapeva – SP. TFG – Universidade de Taubaté. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

BRASIL. DECRETO-LEI N.º 25.
1937 Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL. LEI N.º 378.
1937 Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

BRASIL. DECRETO-LEI N.º 2.848
1940 Código Penal Brasileiro.

BRASIL. DECRETO N.º 30.073
1951 Autoriza o cidadão Brasileiro Antônio Navega Trancho a lavrar caulim no município de Itapeva, estado de São Paulo. Diário Oficial de 24 de outubro

BRASIL. LEI FEDERAL N.° 3.924.
1961 Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 2 DE 27 DE OUTUBRO.
1965 Altera a Constituição Federal de 1946, Constituições Estaduais e respectivas emendas.

BRASIL. LEI FEDERAL N° 6.938.
1981 Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

BRASIL. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS N.° 9.605.
1988 Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providencias.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 01. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
1986 Dispõe sobre a necessidade de se estabelecerem ás definições, as responsabilidades, os critérios básicos e das diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO.

1988 Constituição da República Federativa do Brasil. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.

BRASIL. PORTARIA SPHAN N.° 007.
1988 Considera a necessidade de regulamentar os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País a fim de que resguarde os objetos de valor científico e cultural localizados nas pesquisas.

BRASIL. LEI N.º 9.649.
1998 Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 610.
1994. Dispõe Sobre Alteração Na Lei 8.490, de 19 de Novembro de 1992, Na Lei 8.876, de 2 de Maio de 1994, e da Outras Providências.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237.
1997 Dispõe sobre os procedimentos administrativos para o licenciamento ambiental e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 10.257. ESTATUTO DAS CIDADES
2001 Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO N° 5.264.
2009 Define as Instituições

BRASIL. PORTARIA IPHAN N.° 230.
2002 Dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica.

BRASIL. PORTARIA IPHAN N.° 28.
2003 Resolve que os empreendimentos hidrelétricos dentro do território nacional deverão doravante de renovação da licença ambiental de operação devem prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico. Dispõe sobre os artigos 20, 23, 215 e 216 da Constituição Brasileira.

BRASIL, DECRETO Nº 5.264
2004 Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

BRASIL, LEI Nº 11.904
2004 Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências.

BRASIL, IPHAN. PORTARIA Nº 1

2006 Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências.

BRASIL, IPHAN. PORTARIA Nº 1
2007 Dispõe sobre as relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais, Centro Culturais vinculados ao IPHAN e a outras associações de amigos.

BRASIL, LEI 11.904
2009 Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências.

BRASIL, LEI FEDERAL 11.906
2009 Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

BRUHNS, K.; LINO, J. T.
2005 Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social. Estudo do patrimônio arqueológico, arquitetônico e Paisagístico da Linha de Transmissão de 500 kv. Bateias - PR / Ibiúna - SP

BRUNO, M. C. O.
1994 A pré-história nos museus: uma contribuição à educação. *In:* TENÓRIO, Maria Cristina, FRANCO, Teresa Cristina (orgs) Seminário para implantação da temática Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º Graus. UFRJ, Museu Nacional. Rio de Janeiro.

BRUNO, M. C. O.
1991 Pesquisa em Museologia: O Programa Técnico-Científico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Ciências em Museus 3, 9-26.

BRUNO, M. C. O.
1995 Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema.Tese apresentada a F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo.

BRUNO, M. C. O.
2001 Caderno de Quadros Referenciais. Material Apostilado da Disciplina de Patrimônio Arqueológico e Musealização. Pós-Graduação em Arqueologia p. 07 – FFLCH/MAE, 25/08 a 07/10 de 2003.

BRUNO, M. C. O.

2010 Wladisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Org. Maria Cristina Oliveira Bruno – São Paulo. Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

BUENO, B. P. S.
2009 Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez.

BURI, MUNICÍPIO DE. LEI Nº 09
1990 Lei Orgânica Municipal.

BURI, MUNICÍPIO DE
1995 Fica regulamentada a cria da Casa da Cultura de Buri "Edgard Ângelo Zilocchi".

CALDARELLI, B. S.
2001-2002 A Arqueologia do Interior Paulista Evidenciada por suas Rodovias. Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo.

CALDARELLI, S.B.; BRUNO, M. C. O.
1982 Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado. Pesquisas e exposições do Instituto de Pré-História da USP. Revista de Pré-História, vol III, n 4. São Paulo.

CALI, P.
2005 Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Abastecimento de Água de Itapeva – SP.

CALI, P.
2005 Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Abastecimento de Água de Itapeva SP. Itapeva – SP.

CALI, P.
2005 Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itararé – SP.

CALI, P.
2005 Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itararé – SP.

CALI, P.
2004 Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água de Itapeva – SP.

CAMRAGO ARAÚJO, S. A.

2006 Arqueologia de Itapeva/SP: contribuição a formação de políticas públicas para a gestão patrimonial. Dissertação apresentada ao MAE/USP para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

CAMARGO ARAÚJO, S. A.
2008 Estudo de Arqueologia Preventiva para o Relatório Ambiental Preliminar do empreendimento denominado Aterro Sanitário de Itapetininga – SP.

CAMARGO ARAÚJO, S. A.
2009 Estudo de Arqueologia Preventiva para o Relatório Ambiental Preliminar do Aterro Sanitário de Itapeva – SP.

CAMARGO ARAÚJO, S. A.
2008 Estudo de Arqueologia Preventiva para o Relatório Ambiental Preliminar do empreendimento denominado Mineração Cristo Rei, Itapeva – SP.

CARDOSO, J. P.
1927 Carta ao Exm°. Secretário de Agricultura, Commercio e Obras Publicas Grande região comprehendida pelas folhas topographicas denominadas Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé, que começa próximo á esta Capital e extende-se até o rio Itararé. Commissão Geographica e Geologica**.**

CARVALHO, I.
200? Itararé e suas memórias. Trabalho de Pesquisa do Ensino Médio disponível no Centro Cultural de Itararé João Benedito Martins Ramos.

CAVALHEIRO, A. C. M.
2004 Pinturas Rupestres dos Campos Gerais – Paraná. Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, F.
2008 Porcelana Brasil. Guia de Marcas: guia prático para a identificação e datação de louça de mesa e louça decorativa no Brasil. All Print Editora. São Paulo.

CARVALHO, M. C. P. DE & SCHMITT, A.
2000 Relatório Técnico-Científico da Comunidade do Quilombo do Nhunguara, Localizada nos Municípios de Eldorado e Iporanga - SP.

CARVALHO, M. C. P. DE
2000 Relatório Técnico-Científico da Comunidade do Quilombo do Galvão, Localizada nos Municípios de Eldorado e Iporanga no Vale do Ribeira - SP.

CARVALHO, M. M. X.; E. S. NODARI.
2009 A Lumber, o Contestado e a história do desmatamen to das floresta de araucária (1991-1950). Disponível em http://www.historiaambiental.org/index.php?option=com_content&view=article&id=190:a-lumber-o-contestado-e-a-historia-do-desmatamento-da-floresta-de-araucaria1911-950&catid=86:artigos&Itemid=278 e acessado dia 12/11/2011.

CAVALHEIRO, A. C. M.
2004 Pinturas Rupestres dos Campos Gerais – Paraná. Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

CARRIL, L. F. B.
1995 Terras de negros no vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. F.F.L.C.H. – USP. Dissertação de Mestrado.

CBHALPA.
1999 Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Paranapanema. Mapa Básico da UGRHI – 14. Escala 1: 250.000. Lins-SP.

CHIARI, S. I.
1999 Perfil museo-arqueológico do Projeto Paranapanema. Perfil museo-arqueológico do Projeto Paranapanema. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Arqueologia. São Paulo.

CHMYZ, I.
1967 Dados parciais sobre a arqueologia do Vale do rio Paranapanema. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi. *In:* Programa Nacional de pesquisas arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Publicações avulsas nº 6. Belém - Pará

CHMYZ, I.
1968 Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Pesquisas – Antropologia 18: 115-125.

CHMYZ, I.
2001 Relatório Final da Linha de Transmissão de 750kv Ivaipórã - Itaberá III. Comunicação entre o Centro de Estudos e pesquisas

Arqueológicas – CEPA e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP. Curitiba.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M.; VOLCOV, J. E.
1999 Arqueologia da área prioritária Projeto Hidroelétrico Tijuco Alto. Rio Ribeira de Iguape. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Universidade do Paraná. CEPA/CBA/FUNPAR. Curitiba.

CHIOVITTI, N. M.
2003 O Discurso do Progresso: Sorocaba e o fim da Feira de Muares (1850-1900). Dissertação de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

COCOCI, A. M.
1927 Carta a Commissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo referente a exploração Geograaphica comprehendida pelas folhas topographicas denominadas Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé em 1915.

CORRÊA, D. S.
1997 Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930) Tese de doutorado apresentada a FFLCH – Universidade de São Paulo.

CORRÊA, M. E. P.; NEVES, H. M. V.: MELLO, M.G.
1991 Arquitetura escolar paulista: 1980-1920. FDE. Diretoria de Obras e Serviços. São Paulo.

CORTESÃO, J.
1955 A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil. Livros de Portugal, Rio de Janeiro.

COSTA, S. P.
1992 Não Verás Nenhum País Como Este. Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A. Rio de Janeiro - RJ.

CURY, M. X.
2006 Para Saber o que o público pensa sobre arqueologia. (in) Revista de Arqueologia Pública n° 1. Campinas.

D'ALESSIO NETO,V.
2003 Claro Jansson: o fotógrafo viajante. Série Documentários da América Latina. Dialeto Documentary. São Paulo.

DE BLASIS, P A.
1988 Ocupação pré-colonial do rio Ribeira de Iguape, SP: os sítios líticos do médio curso. Dissertação de Mestrado. FFLCH – USP.

DE BLASIS, P A.
1996 Bairro da Serra em três tempos: uso do espaço regional e continuidade cultural no médio vale do Ribeira. Tese de Doutoramento. FFLCH – USP.

DE BLASIS, P A.
1991 Reconhecimento arqueológico no alto vale do rio Ribeira de Iguape. Relatório para EIA/RIMA da UHE de Tijuco Alto para a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA.

DE BLASIS, P.
1998 Salvamento Arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia – Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo – Trecho Paulínia/Rio Paraná. Universidade de São Paulo.

DE BLASIS, P A.
1999 Indicadores da Transição do Arcaico para o Formativo na Região Montanhosa do Médio Vale do Ribeira.*In:* Pré-história da Terra Brasilis. Org: Maria Cristina Tenório. UFRJ. Rio de Janeiro.

DE BLASIS, P.
2000 Resgate arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: Trechos IX e X (de Paulínia à Fronteira com o Paraná) – Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEBRET, J. B.
1954 Viagem Pitoresca e História do Brasil. Biblioteca Histórica do Brasil. Editora Martins. São Paulo.

DERNTL, M. F.
2010 Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1775 – 1811. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo.

DIEGUES, A. C. S.
2001 O Mito Moderno da Natureza Intocada. Editora Hucitec, 3ª Edição. São Paulo.

DILLEHAY, T. D. & MELTZER, D. J.
1991 The First Americans: Search and Reseach. CRC Press, Boca Raton, Florida, USA.

DIAS JR, O. F.
1964 Cerâmica Cabocla. Boletim de Arqueologia do IAB 3(2): 7-11.

DUARTE, A.

1994 Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de Museus e Tempos Livres. Educação Hoje. Texto Editora. Lisboa.

SOUZA, E. S. B. D.
2006 História dos Encanados. Impressão do autor. Ribeirão Grande – SP.

FACCIO, N. B.
1998 Arqueologia do cenário das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema-SP.Tese (Doutorado) -- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FACCIO, N. B.
1992 Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FAIRCHILD, T.R.; SALLUN FILHO, W;
2004 Geologia do Continente Sul Americano: Evolução da Obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. Cap. XI. São Paulo.

FAIRCHILD, T.R.; SALLUN FILHO, W;
2005 Estromatólitos- Os Fósseis mais antigos do Brasil. Ciência Hoje. vol 37. São Paulo.

FONTANA, A.
1980 História da minha vida. Editora Vozes. Petrópolis.

FUNARI, P. P. A. ; NOELLI, F. S.
2001 Pré-história do Brasil. Editora Contexto. São Paulo.

FUNARI, P. P. A.; ORSER C. E. Jr.; SCHIAVETTO, S. N. O.
2005 Identidade, Discurso e Poder: estudos da arqueologia contemporânea. Annablume. São Paulo.

FUNARI, P. P. A.; E. M. ROBRAHN-GONZÁLEZ.
2006 Editorial da Revista Arqueologia Pública nº 1. São Paulo.

FUNARI, P. P. A.
2007 Arqueologia e Patrimônio. Editora Habilis. Erechim –RS.

2008 Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. Praxís Arqueológica 3. P. 131-138. Disponível e visitado em 12 outubro de 2011. www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2008 _131138 .pdf

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.

2009 Patrimônio Histórico e Cultural. Ciências Sociais passo-a-passo. Editora Zahar. 2ª edição. Rio de Janeiro.

FURTADO, C.
1997 Formação econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. 26ª Edição. São Paulo.

GUAPIARA, MUNICÍPIO DE.
1990 Lei Orgânica do Município.

GOMES, D. M. C.
2001 Turismo e museus: um potencial a explorar. (in) Turismo e Patrimônio Cultural. Org. Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky. Editora Contexto. São Paulo.

GOMES, J. M. L. O.
2007 Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campo Gerais do Paraná. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

GUARNIERI, W. R. C.
1976 Algumas considerações sobre uma política cultural para o estado de São Paulo. *In:* Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Org. Maria Cristina Oliveira Bruno, 2010 – São Paulo. Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

GUARNIERI, W. R. C.
1979 Museologia e Museu. *In:* Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Org. Maria Cristina Oliveira Bruno, 2010 – São Paulo. Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

HOLANDA, S. B. DE.
1948 Expansão paulista em fins do século XVI e princípios do século XVII. Publicação do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da USP,nº 29.

HERBERTS, A. L.
2009 Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. Tese apresentada a FFCH da Pontifícia da Universidade Católica –RS.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
1975 Mapa 1:50.000. Folha SG-22-X-B-II-1. Ribeirão Branco.

ICOM
2001 20 ª Assembléia Geral. Barcelona. Espanha. Código de ética Profissional.

ICOM
1992 Declaração de Caracas. Venezuela.

ICOMOS/ICAHM.
1990 Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico. Lausanne.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 1.
2003 IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPT.
1981 Mapa Geológico do Estado de São Paulo, vol. II. Escala 1:5.000.000 – Série Monografias, n. 5. São Paulo.

IPT.
1981 Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo, vol. II. Escala 1:100.000 – Série Monografias, São Paulo.

ÍSOLA, I.
2004 Atlas Geográfico Saraiva. Editora Saraiva. São Paulo.

ITABERÁ, LEI ORGÃNICA DO MUNICÍPIO.
2004 Lei Orgânica Municipal do Município de Itaberá. Gráfica Schimidt, Itaberá SP.

ITAPEVA, LEI ORGÃNICA DO MUNICÍPIO.
2008 Lei Orgânica Municipal do Município de Itapeva. Disponível em http://www.educacaoitapeva.com.br/conteudo/rh/legislacao/LEIS/LEIORGANICADOMUNICIPIODEITAPEVA.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2011.

ITARARÉ, LEI ORGÃNICA DO MUNICÍPIO.
200? Lei Orgânica Municipal do Município de Itapeva. Disponível em http://www.educacaoitapeva.com.br/conteudo/rh/legislacao/LEIS/LEIORGANICADOMUNICIPIODEITAPEVA.pdf, acessado em 15 de setembro de 2011.

ITARARÉ, DECRETO MUICIPAL Nº 03 de 04 DE FEVEREIRO.
1999 Dispõe sobre os Bens de Interesse Histórico e Cultural do Município com 101edifícios, Decreto Municipal nº 03 de 4 de fevereiro de 1999.

ITARARÉ, O.
1937 HOMENAGEM! A LAVOURA, AO COMMERCIO, A INDÚSTRIA DO “OURO BRANCO” NA ZONA SUL DE SÃO PAULO! ITARARÉ 4 de ABRIL DE 1937.

ITESP
2000 Terra e cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva". Editores Tânia Andrade, Carlos Alberto Claro Pereira e Márcia Regina de Oliveira Andrade. 2ª Edição revisada e ampliada. Vol. 4.

JULIANI, L. J. C. O.
2004 Diagnóstico Arqueológico – Relatório de Arqueologia Preventiva - Mineração de Argila Fazenda Mandaçaia, Buri – SP.

KAMASE, L.M.
2004 Casas subterrâneas feições doliniformes: um estudo de caso na bacia do alto Taquari/SP. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

JÙNIOR, C. P.
1989 Formação do Brasil contemporâneo. Editora Brasiliense. 21ª Edição. São Paulo.

KAMASE, L.M.; AFONSO M.C.
2002 Colóquio sobre casas subterrâneas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, n°12, p. 325-327.

KAMASE, L.M.
2002 Exame de qualificação junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Orientadora Profª Drª Marisa Coutinho Afonso.

KASHIMOTO, E.M.
1992 Geoarqueologia no baixo Paranapanema: uma perspectiva geográfica de estabelecimentos humanos pré-históricos. Dissertação de Mestrado apresentado a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

KOK, G.
2004 O sertão itinerante. Expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. Editora Hucitec. Fapesp. São Paulo.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.
2001 Fundamentos de metodologia científica. Editora Atlas 4ª edição. São Paulo.

LA PENHA A. D. H.
1992 O Papel dos Museus Antropológicos no Brasil. *In:* Conferência **Ciências em Museus**, 1992, n. 4, p. 51-61.

LITTLE, B. J.
2002 Archaeology as a Shared Vision. Public Benefits of Archaeology 1-19. Florida: University Press of Florida.

MARQUES, M. E. A.
1980 Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 (Reconquista do Brasil, nova série, vol. 3-4).

MARQUES, S. C.
2001 História e memória do Jaó: um bairro rural de negros. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MARQUES, S. C.
2008 Fazenda Pilão d'Água da Velha Faxina: Proposta de Gestão do Patrimônio Arqueológico. Artigo publicado nos Anais do V Simpósio de Ciências Aplicadas da FAIT, Itapeva, SP.

MARQUES, S. C.; BARROS, A. L. M.
2011 União e progresso entorno de um nome: Acácio Piedade. Biografia para exposição da História da Educação de Itapeva – SP. Secretaria Municipal de Educação de Itapeva – SP.

MAACK, R.
1959 Sobre o itinerário de Ulrich Schmidt através do sul do Brasil (1552 -1553). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade do Paraná, Curso de Geografia e História, Geografia Física nº 1, Curitiba.

MAXIMINO, E. P. B.
2001 Projeto de pesquisa Arqueológica Interventiva para Implantação de extração de minério dolomito da Companhia de Cimento Portland Itaú.

MAXIMINO, E. P. B.
2001 Relatório Final do Levantamento Arqueológico Interventivo Realizado na área de Implantação do Plano de Exploração de Dolomito das Fazendas do saldo e Itambé. Companhia de Cimento Portland Itaú. Bom Sucesso de Itararé.

MAXIMINO, E. P. B.

2005 Anteprojeto: Levantamento Arqueológico Interventivo na Área de Implantação da Mineração de Dolomito – Companhia de Cimento Portland Itaú. Itapeva – SP.

MAXIMINO, E. P. B.
2005 Relatório Arqueológico Interventivo na Área de Ampliação da Mineração de Dolomito no Município de Itapeva – SP.

MAXIMINO, E. P. B.
2006 Relatório Final. Prospecção Arqueológica Interventiva na área de Ampliação da Lavra de Calcário na Mineração Horical Ltda. Guapiara – SP.

MAXIMINO, E. P. B.
2008 Relatório Final: Levantamento Arqueológico Interventivo. Implantação da Lavra de Filito, IBAR. Itapeva – SP.

MELLO, H. G. S.
2002 "Imagens da memória (1922-2002) – Os campos de São Pedro a sudoeste paulista na divisa do rio Itararé". Itararé, SP.

MENDES. E. G.
1994 Perfis de Mestres: Paulo Duarte. Estudos Avançados vol. 8, nº22.

MENESES, U. B DE.
2002 A paisagem como fato cultural. *(in)* Turismo e paisagem. (org) Eduardo Yázigi. Editora Contexto, São Paulo.

MILLER, E. T.
1967 Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. In: Programa Nacional de pesquisas arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações avulsas nº 6. Belém - Pará.

MONTEIRO, J. M.
1994 Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, 4ª edição. São Paulo.

MONTEIRO, D. T.
1956 Documentos interessantes para a História de Itapeva . Publicado por iniciativa do Centro de Pesquisas Sociais do Instituto de Ensino Otávio Ferrari no 187º aniversário de Itapeva-SP. Disponível na E. E. Otávio Ferrari. Itapeva-SP.

MORAIS, J. L.
1978 A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema. Dissertação de Mestrado. Museu Paulista. Universidade de São Paulo.

MORAIS, J. L.
1981 Projeto Paranapanema: avaliação de perspectivas. Revista de Antropologia. USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais, São Paulo.

MORAIS, J. L.
1985 Aerofoto-arqueologia: um estudo de caso no projeto Paranapanema.Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 30, p. 99-110.

MORAIS, J. L.
1986 Aerofotoprospecção arqueológica através da fotointerpretação geomorfológica: mapeamento da bacia do médio Paranapanema. Relatório Técnico Científico. Museu Paulista.

MORAIS, J. L.
1994 Homem pré-histórico de Salto Grande do Paranapanema. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia São Paulo, v. 4, p. 220-222.

MORAIS, J. L.
1996a Inventário do patrimônio arqueológico do município de Sarutaiá, Estado de São Paulo. Relatório técnico referente ao ProjPar - Projeto Paranapanema: cenários da ocupação humana e meio ambiente da Bacia do Rio Paranapanema. São Paulo.

MORAIS, J. L.
1996b Inventário do patrimônio arqueológico do município de Itaí, Estado de São Paulo. Relatório técnico referente ao ProjPar - Projeto Paranapanema: cenários da ocupação humana e meio ambiente da Bacia do Rio Paranapanema.

MORAIS, J. L.
1999 Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista. Tese de Livre-Docência - Área de Arqueologia Brasileira. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

MORAIS, J. L.
2000 Projeto Paranapanema - PROJPAR. Plano Diretor de Pesquisa. Documento disponível no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

MORAIS, J. L.
2000 Tópicos de Arqueologia da Paisagem. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 10: 3-30.

MORAIS, J. L.
2002 Relatório Final do Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto - Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

MORAIS, J. L.
2003 Diagnóstico de Gleba Rural para Outorga de Concessão de Lavra de Filito. Mineração Baruel. Nova Campina – SP.

MORAIS, J. L.
2005 Protocolos de Arqueologia. Estudo do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Paisagístico da Área de Influência da LT 500KV Bateias/Ibiúna, 54p. PR/SP.

MORAIS, J. L.
2006 Reflexões acerca da arqueologia preventiva. *In:* Patrimônop atualizando debate. Organização: Victor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos e Haroldo Gallo. IPHAN.

MORAIS, J. L.
2008 Estudo de Arqueologia Preventiva para a Usina Vira Machado Açúcar e Álcool. Agropecuária Guatambu & Heber Participações. Buri – SP.

MORAIS, J. L.
2008 Estudo de Arqueologia Preventiva. Mineração Itapeva. Itapeva – SP.

MORLEY, E.J.
1999 Como Preservar os Sítios Arqueológicos Brasileiros. In: Pré-História da Terra Brasilis. (org) Maria Cristina Tenório. Editora UFRJ. Rio de Janeiro.

NEVES, E. G.
2000 Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. *In*: A temática indígena na escola. Org. Aracy Lopes da Silva e Luis Donisete Benzi Grupioni. Global editora e distribuidora. 3ª Edição. São Paulo.

NOELLI, F. S.
1999-2000 A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. (in) Dossiê antes de Cabral: arqueologia brasileira II. Revista USP. São Paulo.

NOELLI, F. S.
2004 O Mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. *(in)* Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. (org) Kimiye Tommasino, Lúcio Tadeu Mota e Francisco Silva Noelli. Eduel. Londrina.

NOELLI, F. S.
1998 The tupi: explaining origin and expansions in termo f archaeology and historical linguistics. Antiquity, 72:648-663.

NOGUEIRA, O.
1968 Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo: Nacional/Edusp. Parte II.

NOVA CAMPINA, MUNICÌPIO DE
1993 Lei Orgânica Municipal.

NOVA CAMPINA, MUNICÌPIO DE
1993 Lei Municipal nº 592 de 11 de março de 2009 dispõe sobre a criação do Centro Cultural Antônio marcos de Oliveira – Marquinho"

OLIVEIRA, L. R.
1995 Santa Casa de Misericórdia de Itapeva: 95 anos de existência e história. Cartgraf Editora S. A.

OLIVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, A. P. DE P. L. DE.
2004 Educação patrimonial, memória e saberes coletivos. (in) Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira. v 17, São Paulo.

OOSTERBEEK, L.
2007 Arqueologia Patrimônio e Gestão do Território. Editora Habilis,Erechim - RS.

FOLHA DO SUL, Nº 256
1965 O Presidente da República Marechal Castelo Branco em Itapeva. Jornal Folha do Sul de 31 de outubro 1965.

PALLESTRINI, L.
1968/1969 O sítio arqueológico Jango Luís. Revista do Museu Paulista. 18:25-56. São Paulo.

PALLESTRINI, L.
1969 Sítio Arqueológico Fonseca. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 104p.

PALLESTRINI, L.
1974 Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

PALLESTRINI, L.
1974 O sítio arqueológico Alves. Revista do Museu Paulista. 21:47-96. USP - São Paulo.

PALLESTRINI, L.

1975 Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do estado de São Paulo. Coleção Museu Paulista. (série arqueologia) n.º1 Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

PALLESTRINI, L.; MORAIS, J. L.
1983/1984 Prassévichus aldeia pré-histórica no município de Itaberá, SP. Revista do Museu Paulista, volume XXIX, São Paulo.

PARELLADA, M. I.
2005 Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do Gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. Tese de doutorado, MAE –USP.

PETRONE, M. T. S.
1976 O Barão de Iguape. Editora Nacional - INL. São Paulo.

PETRONE, P.
1995 Aldeamentos Paulistas. SP: EDUSP.

PROUS, A.
1989 Arte Rupestre Brasileira: uma tentativa de classificação. Revista de Pré-história. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Vol 7.

PROUS, A.
1992 Arqueologia Brasileira. Editora Universidade de Brasília. 605p. Brasília.

PROUS, A.
1979 Premiére information sur les maisons souterraines de l'État de São Paulo. Revista de Pré-História. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 1(1):127-145. São Paulo.

RECH, R. M.; GOMES, M. J. S.
2003 Projeto de Reconhecimento e Diagnóstico Arqueológico. Minerais & metais e Indústria Ltda. Ribeirão Branco.

ROBRAHN-GONÁLEZ, E. M.
2006 Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, Sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. *In:* Revista de Arqueologia Pública n° 1. Campinas.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.
2003 Programa de Diagnóstico Arqueológico Mina Calcária SP - 01 e SP – 04. Ribeirão Grande – SP. .

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.
2005 Programa de Diagnóstico Arqueológico. Área da Jazida Calcária SP -106. Bairro Ouro Fino. Município de Ribeirão Grande.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.
2005 Relatório Final do Programa de Resgate Arqueológico Mina Limeira. São Paulo. Documento Antropologia e Arqueologia.

ROSS. J. L. S.
2001 Geografia do Brasil. Edusp. 4ª Edição. São Paulo.

SALLUN FILHO, W; SALLUN A. E. M; FAIRCHILD, T.R
2007 Proposta para Monumento Natural Estromatólitos de Nova Campina:proposta de proteção, conservação e utilização em educação ambiental e turismo.

SAINT-HILAIRE, A.
1972 Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Livraria Martins Editora / EDUSP, São Paulo.

SÃO PAULO. RESOLUÇÃO DA SMA-SP N.° 34.
2003 Dispõe sobre as medidas necessárias á proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de significativo impacto ambiental, sujeitos á apresentação de EIA/RIMA e dá outras providências.

SÃO PAULO. RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA N.° 60.
2010 Dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930. Processo CONDEPHAAT nº 24929/1986.

SCATAMACCHIA, M. C M.; CERAVOLO, S.; DEMARTINI; C. M. C.
1992 A “caverna do ódio: um exemplo de utilização social do sítio arqueológico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. 2:115-121, São Paulo.

SCHMITZ, P. I.
1989 O patrimônio arqueológico brasileiro. Síntese do Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica.Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA.
2002 Salvamento Arqueológico do sítio Itapetininga1, Rodovia SP – 127. Relatório Final. São Paulo.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA.
2002 Patrimônio Arqueológico. Rede de Distribuição de Gás Natural na Região de Itapetininga – SP.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA.

2003 Avaliação Arqueológica de Área de Mineração de Filito em Itapeva –Magnesita S.A. SP.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA.
2003 Levantamento e Monitoramento Arqueológico do Sistema de Gás Natural – Ramais Itapetininga, Sorocaba Norte e Sorocaba - Mairinque - São Roque – São Roque Ibiúna – Araçariguama /SP. São Paulo.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA.
2004 Levantamento Arqueológico do Sistema de Gás Natural – Ramais Itapetininga, Sorocaba Norte e Sorocaba - Mairinque - São Roque – São Roque Ibiúna – Araçariguama /SP. São Paulo.

SILVA-MÉNDES, G. L.
2007 Caçadores-coletores na serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno médio para o tardio (5920 -1000 AP). Dissertação de Mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, M. R.
2003 A importância geoeconômica das Estradas de Ferro no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental. UNESP. Presidente Prudente.

SOARES, A. R.
2002 Educação Patrimonial como identidade local. *in*: Informativo do Grupo de Estudos Ambientais - Cílios da Terra. 1ª edição. Disponível na Biblioteca do Instituto Metodista de Ensino Superior de Itapeva-SP.

SOARES, I. V. P.
2007 Proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Erechim - RS. Editora Habilis.

SOUZA, C. R. G. SOUZA, A.P.
2000 O Escarpamento Estrutural Furnas na região S-SE do Brasil. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil.

STUCCHI, D.
1998 Laudo Antropológico. Comunidades negras do Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Ministério Público Federal, São Paulo.

SUPRINYAK, C. E.

2008 O mercado de animais de carga no centro sul do Brasil imperial: novas evidências. Estudos Econômicos , vol. 38, nº2, pp. 319-347. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000200005&lng=en&nrm=isso&tlng=pt> Acessado em 21/04/2011.

TAQUARIVAI, MUNICÌPIO DE
2004 Lei Orgânica Municipal. Taquarivai – SP.

TATIT, E. B.
1989 De volta as raízes... (um livro de memórias). Editado nas Oficinas da Tribuna Itararé. Disponível no Centro Cultural de Itararé.

TRINDADE, J. B.
1992 Tropeiros, Editoração Publicações e Comunicações Ltda. São Paulo.

VALENTIN, A.
2000 Estrutura familiar e posse de escravos em Apiaí, 1732-1798. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_1.pdf> Acessado 09/11/2011.

VARINE-BOHAN, H.
2000 A Nova Museologia: Ficção ou Realidade. *In*: Museologia Social, Porto Alegre.

VASCONCELLOS, C. de M.; CARNEIRO, C. G.; ELAZARI, J. M.
2004 Recursos Pedagógicos: “Kit” de objetos indígenas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, n.º 14. São Paulo.

VASCONCELLOS, C. DE M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P. R.
2000 A Abordagem do Período Pré-Colonial Brasileiro nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, n.º 10. São Paulo.

VASCONCELLOS, C. de M.
2010 A educação em museus em um contexto global: o caso brasileiro. O ICOM – Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro. Vol. 1. Coordenação Maria Cristina Oliveira Bruno. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

VIALOU, A. V.
1980 Tecno-tipologia das indústrias líticas do sítio Almeida em seu quadro natural, arqueo-etnológico e regional. Museu Paulista. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.

VIALOU, A. V.

1984 Brito, o mais antigo sítio arqueológico do Paranapanema, Estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista/Instituto de Pré-História, São Paulo.

ANEXO/MAPAS